

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Ricardo Abussafy de Souza

**Subjetivações e tecnologias da cidadania:
cartografias sobre uma rede social**

Florianópolis
-2006-

Ricardo Abussafy de Souza

**Subjetivações e tecnologias da cidadania:
cartografias sobre uma rede social**

Dissertação aprovada com requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis
-2006-

Folha com banca examinadora.

AGRADECIMENTOS

Ao grupo de amigos que compõem a CIRCUS – Circuito de Interação de Redes Sociais, pois, pela insistência de continuarmos juntos, me possibilitou alçar este vôo.

À tantos outros amigos que compõem minha vida e que me proporcionaram encontros com idéias que não seriam possíveis de serem alcançadas sozinho.

À “família da Costa da Lagoa” que pela simplicidade e alegria me mostraram outras formas de existência.

Ao meu orientador Prof. Dr. Kleber Prado Filho, mais do que orientador, um amigo que me encontrou perdido e nem por isto me obrigou um caminho, mas me mostrou como me posicionar nesta perdição.

À Rede de Instituições e Entidades Articuladas do Bairro Monte Cristo pela possibilidade de acesso e troca de experiências que foram a base fundamental de construção deste trabalho e em especial a Donizete José de Lima, o Dodô, que pela sensibilidade me mostrou como participar de acontecimentos coletivos.

À professora Maria Juracy Figueiras Toneli que me deu os melhores conselhos nos momentos exatos.

À Professora Tania Maria Galli Fonseca... pelos encontros surpreendentes.

À Professora Sônia Aparecida França... pelas conversas provocadoras e inquietantes.

Ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina pelo apoio institucional.

*Dedico todo este trabalho aos meus pais,
Armando e Neuza, que pelo amor e confiança
me preenchem de vida.*

RESUMO

O fio condutor desta análise diz respeito às práticas da Rede de Instituições e Entidades Articuladas do Bairro Monte Cristo. Esta rede, localizada no município de Florianópolis – SC, atualmente, é composta por ONGs (Organizações Não Governamentais) e pela Escola Estadual América Dutra Machado. Este grupo afirma ter como desejo a melhoria da qualidade de vida da população local, fortalecendo espaços de participação popular nas comunidades que formam o bairro Monte Cristo. O objetivo deste estudo é fazer uma cartografia das subjetivações que estão sendo (re)produzidas nas práticas desta rede social, identificando agenciamentos coletivos que sustentam o discurso da cidadania como dispositivo de enunciação e como este mecanismo se utiliza de tecnologias que operam sobre o sujeito. Na construção de análise sobre o tema, fez-se notar algumas linhas de determinação enunciativa, que habitam o discurso da tríplice relação entre Estado, mercado e sociedade civil organizada. A partir destas análises, foi possível perceber e posicionar acontecimentos que contemplam e ultrapassam as práticas específicas desta rede social, ampliando a concepção de tempo e espaço. Para isto, foram descritos, em forma de cartografias, alguns planos de imanência, como no caso da história de ocupação e apropriação do bairro, de seu movimento de reurbanização, da construção de sua imagem na cidade e, por fim, das práticas específicas desta rede social. Nestas descrições, é possível sinalizar algumas reproduções maquínica se criações singulares que constroem outros espaços, tempos e práticas em relação ao território referido, bem como, identificar processos que reproduzem políticas capitalísticas, mas que também constroem movimentos autônomos.

Palavras chaves: cartografia das subjetivações, cidadania e rede social.

ABSTRACT

The standpoint of this analysis concerns to the Institution Net practices and Articulated Entities of Monte Cristo Neighborhood. This net placed in Florianópolis – SC, nowadays, is organized by ONGs (Non-Governmental Organizations) and America Dutra Machado State School. This group assures to have the desire of improving the local population quality of life, strengthening popular participation spaces in the communities that form Monte Cristo Neighborhood. The study aim is to elaborate cartography of the subjectivities that are being re-(produced) on the practices of these social net, identifying collective arrangements that sustain the citizenship speech as the enunciation device and how this mechanism uses the technology that works on the subject. On the analysis construction about the subject was noticed some enunciating determination lines that house the speech of the triple relationship between State, market and organized civil society. From those analyses, it was possible to realize and place happenings that gaze and surpass the specific practices of this social net, amplifying the time and space conception. Therefore, it was described, in a cartography way, some immanence plans, as in the case of occupation and appropriation history of the neighborhood, its re-urbanization movement, construction of its image in the city and, at last, specific practices of this social net. In those descriptions it is possible to signalize some mechanism reproductions if singular creations that construct other capitalist spaces, times and practices, but that also construct autonomous movements.

Key-words: cartography of the subjectivities, citizenship, social net.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
PARTE I: METODOLOGIA	08
1. Perspectivas epistemológicas e discussão conceitual	09
1.1. Panorama epistemológico.....	09
1.2. Viagens de um cartógrafo.....	14
1.2.1. Múltiplas paisagens em uma paisagem: descaminhos da bricolagem.....	14
1.2.2. Mapear as diferenças: a molecularidade das fissuras.....	17
1.3. Dispositivos de enunciação coletiva.....	20
2. Instrumentos de análise	23
PARTE II: DIAGRAMA DE ANÁLISE:	
<i>A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E A TECNOLOGIA EM REDE</i>	25
1. Cidadania: enunciados de um dispositivo	28
2. Estado, mercado e sociedade civil organizada:	
quando a cidadania se conecta com a rede	37
3. A formação do diagrama e algumas pistas acerca das subjetivações	45
PARTE III: CARTOGRAFIAS	52
1. A necessidade faz o coletivo:	
uma arqueologia da noção de cidadania	54
1.1. A “Ilha da Magia” e sua lei de mercado:	
a “vocação turística” versus o movimento migratório.....	58
1.2. CAPROM: a primeira conexão com o Terceiro Setor.....	62

1.3. Relação das comunidades com(tra) o Estado.....	65
1.4. Movimento de ocupação: um cotidiano coletivo e necessário de luta social.....	67
2. Governa(r)mentalidades: estratégias e táticas numa sociedade de controle.....	72
2.1. O espetáculo a serviço da vigilância.....	75
2.2. Projeto Habitar Brasil: quando o conflito deixa de ser o território.....	84
2.3. A estratégia de governa(r)mentalidades e suas tecnologias de controle.....	92
3. Movimentos segmentários: a Rede de Instituições e Entidades Articuladas do monte Cristo.....	99
3.1. Os primeiros passos da rede: o Dia Internacional de Combate ao HIV/AIDS.....	100
3.2. I Seminário do Bairro Monte Cristo: “Vozes do Monte Cristo: Paz – fruto da justiça social”.....	103
3.3. II Seminário do Bairro Monte Cristo: o momento de discutir as políticas públicas.....	107
3.4. Rede: a afirmação de um grupo.....	109
4. Processos de subjetivação na rede social: a construção das relações.....	113
4.1. A construção do tempo.....	113
4.2. A construção do espaço.....	117
4.3. A construção das práticas.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129
ANEXO.....	133

"Só o acaso pode nos parecer uma mensagem. Aquilo que acontece por necessidade, aquilo que é esperado e se repete cotidianamente é coisa muda apenas. Somente o acaso tem voz. Tenta-se ler no acaso como as ciganas lêem no fundo de uma xícara os desenhos deixados pela borra do café".
Milan Kundera

INTRODUÇÃO

Vê-se, na atualidade, novas formas de protagonizar a cidadania como discurso de governamentalidade das massas que se diferenciam de outros momentos históricos na sociedade brasileira. No lugar do exercício público da cidadania, encontra-se a disseminação de conceitos como a solidariedade e o voluntarismo. Surge, então, a inquietação para indagar sobre acontecimentos e interesses que contribuíram para a construção de um discurso que se alia à produção de uma moral privada, no lugar de se fortalecer uma ética a partir dos debates públicos.

Durante a década de 90, houve um grande aumento das chamadas organizações de sociedade civil. Concomitantes a este movimento, emergem práticas sociais de vários segmentos da sociedade que não apresentam histórico nesta área, como, por exemplo, empresas privadas através das campanhas sobre responsabilidade social e os benefícios que este tipo de “marketing” pode trazer. O envolvimento do mercado e um reposicionamento da sociedade civil sobre a questão social promovem um debate em favor da democracia participativa, da filantropia e do voluntariado.

Fatos como estes evidenciam que o exercício da cidadania ganha um protagonismo nas relações do sujeito, levantando questões quanto às subjetivações produzidas nesta prática. Discursos pela cidadania mais participativa, principalmente no aspecto social, promovem mudanças nos valores morais e na conduta ética do indivíduo frente às crises atuais. Neste contexto, produzem-se formas de enunciações coletivas que são agenciadas por dispositivos sociais, econômicos e políticos objetivando a produção de modos normativos de existência. Nesta perspectiva, problematiza-se o novo trato sobre o conceito de cidadania, considerando suas produções subjetivas enunciadas na atualidade.

Neste estudo, como ponto de apoio a esta análise, escolheu-se descrever o funcionamento do conceito de redes sociais por entender este espaço de relação como mais uma manifestação atual de promoção de uma “nova cidadania”. A cidadania que produz o discurso de um sujeito mais atuante em prol do bem-estar social.

A priori, as relações em rede caracterizam-se pela sua potencialidade de integração, de

flexibilidade e de descentralização. Estes princípios de funcionamento permitem que o poder seja visualizado mais claramente enquanto fluxo, pois flexibilidade implica em um movimento, e não em estagnação, de um jogo contínuo de forças descentralizadas no plano coletivo e que, para isto, pressupõe o jogo entre atores em seu processo e sustentação.

Neste tipo de realidade, o discurso defendido é de que as relações deixam de se construir por conflitos dicotômicos e se reúnem para colocar suas diferenças e negociar seus posicionamentos. No entanto, uma rede pode ser tanto instrumento de massificação cultural, quanto pode ser formada por uma multiplicidade de cores ou nuances, um repertório de pontos e entrelaçamentos e uma grande variação de espaçamentos. Pode-se dizer que o primeiro modo seria a representação da sustentação em massa da norma e o segundo seria a representação de uma rede que permite uma variedade de posicionamentos éticos e uma possibilidade infinita de formas. Obviamente, estes dois modos de funcionamento não são indissolúveis entre si, mas, ao contrário se encontram e se mesclam na no jogo de forças que se efetuam no cotidiano.

A construção deste cenário compõe um território mais complexo de análise, pois implica em deixar de posicionar o sujeito de um lado ou de outro das forças políticas. Um funcionamento em rede possibilita ações mais fluídas da norma, mas também coloca o ser humano e as instituições em contato com múltiplas forças existentes, sendo assim, o mais lógico é mapear que forças estão postas em um território a que o sujeito se integra.

Um território de análise é formado por um emaranhado de acontecimentos que se divergem e convergem de formas múltiplas. São diferentes campos de possibilidades ou de consistências que compõem os relevos do território. Isto significa que é possível captar qualquer um desses campos para, em decorrência, percorrer sua superfície e deixar-se bifurcar, até mesmo, trifurcar e trançar pontos de confluência entre discursos que se fazem apresentar (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

O fio condutor ou circuito ao qual esta pesquisa se dirigiu foi uma rede social, a Rede de Instituições e Entidades Articuladas do Bairro Monte Cristo. Esta rede tem como prática ser um espaço aberto de problematização sobre as condições sociais do conjunto de comunidades que formam o bairro Monte Cristo. A rede tem como estratégia organizar eventos e fóruns de discussão junto com os moradores da região para dar encaminhamento às demandas do bairro e promover a troca de informações. Dentro deste complexo co-habitam 09 comunidades: Monte Cristo, Nossa Senhora da Glória, Chico Mendes, Novo Horizonte, Santa Terezinha I e II, Nova

Esperança, Panorama e PROMORAR.

Estas comunidades costumam ser classificadas pelos órgãos oficiais de análise social e econômica como sendo de “baixa renda” ou “comunidades carentes” ou “comunidades pobres”. Esta lógica representa um olhar macropolítico de constituição sócio-econômica do local, pois compara estas comunidades conforme um padrão de bem-estar social que seria de direito do cidadão, mas que, no entanto, seus moradores não teriam acesso. As categorias de análise são, em geral, renda per capita, condições de moradia, educação, saúde e acesso às políticas públicas que o Estado deve garantir por direito. A base dessa idéia está em analisar o território a partir do que lhe falta, ou seja, de suas carências.

Toda rede em seu tecer compõe-se não apenas por linhas e nós, ou seja, por seus sentidos e conexões, mas também pelos seus espaços. Dependendo do distanciamento que um olhar se posiciona perante a esta trama, torna-se possível apenas visualizar seu formato geral ou suas partes isoladas. Isto implicaria em ignorar toda uma gama de acontecimentos responsáveis pelos traços singulares a esta rede. Seria como descrever um rosto citando apenas se há ou não rugas, cicatrizes, pintas ou outros tipos de marcas sem considerar como elas chegaram a se expressar. É necessário que o olhar também seja dinâmico a ponto de não visualizar apenas padrões de movimentos delimitados e definição de formas, mas também estes espaços que ajudam a definir as tensões e o movimento do todo.

Autores como Foucault, Deleuze e Guattari dedicaram suas obras a pensar um modo de análise dos acontecimentos que pudesse transgredir o modernismo ascético a que se dedicou o cientificismo positivista tradicional. O eixo epistemológico que deu voz a estes autores não pretende desvelar a realidade de maneira a impor uma ordem natural aos fatos. Para estes pensadores o compromisso está em denunciar um mundo caótico, impregnado de multiplicidades impossíveis de serem encerradas em um tipo de saber ou método científico (DELEUZE; GUATTARI, 1986).

Sobre esta pesquisa, pretende-se lançar um olhar que possibilite deixar aparecer uma microfísica do território e algumas de suas conexões. Várias camadas compõem este bairro, como, por exemplo, sua história de ocupação e apropriação do local, a heterogeneidade de articulações construídas durante o processo e a fabricação de intervenções sociais, tanto pelo Estado, como pela Sociedade Civil. Estas ações são motivadas pelo discurso social acerca dos direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado, como os de moradia, trabalho, educação,

saúde, lazer e segurança. Prova desta confluência de tensões políticas em torno dos direitos do cidadão é a própria rede em análise que não se constitui apenas por ONGs (Organizações Não Governamentais), mas por representantes de instituições católicas como a Paróquia do Monte Cristo e as Irmãs Catequistas Franciscanas, por lideranças populares da comunidade e pelo Estado, representado pela Escola Estadual América Dutra Machado, que além de participar da rede, oferece guarida para que sejam realizadas suas reuniões.

Outro fator que compõe o território é a localização urbana do bairro Monte Cristo que se situa às margens da principal rodovia que dá acesso à única ponte que liga a ilha de Florianópolis-SC aos bairros que se localizam na outra margem (chamados bairros do continente). O bairro por várias vezes é anunciado pelos jornais locais como um complexo de favelas onde ocorre o maior número de furtos e homicídios na cidade e, por motivo de sua localização representa um perigo para os moradores dos arredores e para os turistas que querem chegar à região ilhéu.

A presença destas várias formações discursivas produz nuances, institui saberes e mobiliza poderes focados na comunidade, alterando sua imagem, tanto de ordem concreta, como subjetiva. A partir desta sucinta descrição paisagística sobre o território de análise, cabe enumerar outras contextualizações que convergem para a percepção de uma imagem compilada por tempos e movimentos, ou seja, fluxos para além da própria rede social que também a definem.

Sobre este mesmo plano vê-se, ainda, o fortalecimento de um tipo de participação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil sobre a gestão dos bens públicos que, a priori, defende uma relação não-hierárquica e popular e que se afirma, portanto, como participativa. A formação das redes sociais vem criando força desde a proliferação do discurso de democracia participativa e teria como princípio envolver estes três setores de forma que um não se imponha sobre o outro, tendo assim, a intenção de eliminar qualquer predominância ideológica e uniforme nas negociações e ações a que estão dispostas.

A produção da cidadania e o modo como ela se inscreve no cotidiano é uma prática que se desdobra e influencia modos de pensar e agir do sujeito. Parte-se do princípio de que alguns valores estão sendo produzidos quando se vê surgir uma forma de organização da sociedade civil que deseja obter, não apenas uma maior participação dos cidadãos, mas também formatar este processo que implica em deliberações sobre gestão dos bens públicos. No entanto, outros valores ligados a uma cidadania, refém de um Estado paternalista, se confrontam e se misturam com esta

prática (FERNANDES, 1994, 106-107). Cada um destes valores conecta-se obtendo um poder de enunciação coletiva e que funciona como dispositivos de subjetivação.

Quando se fala em valores morais, conduta ética e formas de desejar, remetemo-nos, logicamente ao campo das subjetividades ou, melhor dizendo, da produção de subjetividades. Afirmar a existência das subjetividades a partir de um processo de produção significa atribuir uma outra ordem de construção dos desejos, que não os localiza na ordem da intimidade, mas os reconhece como atravessamentos historicamente arraigados nas relações políticas do sujeito. É a subjetividade como exterioridade e vulnerável a interesses legitimados no sujeito que reproduzem constantemente e de forma maquínica as práticas históricas e sociais (FOUCAULT, 2002; DELEUZE; GUATTARI, 1995, vol.1-5, GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Há ainda outras linhas de expressão que compõem os processos de subjetivação que não são reproduzidas, mas criados como verdadeiros acontecimentos: são formas alternativas de se pensar e agir no mundo que resistem a uma forma normatizada dos afetos. Por vezes, estes acontecimentos alternativos à norma se localizam nos chamados comportamentos desviantes ou minoritários. Nessas fissuras ou espaços se encontram os parâmetros para identificar como algumas formas de existência são reproduzidas em escala industrial (GUATTARI; ROLNIK, 1986; DELEUZE, 1992).

Para se ter uma ampla compreensão de como operam as subjetivações, não se pode entender as formações discursivas apenas a partir de seus discursos diretos, mas de um conjunto de enunciados que são construídos coletivamente e que promovem, justamente, cristalizações ou rupturas de um fluxo de poder. É assim o funcionamento de um dispositivo de enunciação coletiva, conceito este trabalhado por Foucault (2002), Deleuze (1990) e Guattari & Rolnik (1986) e que será detalhado em momento oportuno.

A partir deste posicionamento, far-se-á um mapeamento das formas discursivas que produzem novas tecnologias de cidadania no atual contexto referente às políticas de intervenção social realizadas no Brasil, atribuindo um foco mais detalhado sobre o papel de uma rede social e, tendo sempre em vista, como estas práticas operam na constituição do sujeito contemporâneo.

A proposta de se fazer um mapeamento dos dispositivos de enunciação coletiva que constituem o sujeito contemporâneo é concretizada no desenho de uma cartografia das subjetivações. Cartografar implica em reconhecer práticas que formam linhas de valores condutoras das relações cotidianas: estes valores são agenciados coletivamente e produzem

dispositivos de subjetivação.

Traçar uma cartografia também implica em voltar o olhar para outras linhas que sejam criadas e que não seguem o rumo lógico da história: são as criações, os devires que podem ou não se transformar em linhas sólidas, mas que podem, também, não passar do formato de segmentos; compõe-se por sua própria volatilidade, por seu próprio movimento criativo e singular. Estas linhas são os próprios desejos reconhecidos em cada sujeito e que se diferenciam pela sua normatividade ou criatividade e expressão de resistência (DELEUZE, 1992, p.209-217).

Para descrever com maior clareza, três planos são apresentados: 1) a descrição da perspectiva epistemológica, com a qual se pretende descrever e fundamentar esta prática e, em seguida, elencar os instrumentos possíveis de análise; 2) a compilação de um diagrama de análise sobre os diferentes posicionamentos acerca dos temas cidadania e redes sociais; 3) o próprio trabalho cartográfico que implicará na descrição das várias camadas que compõem as práticas de uma rede de articulação social no território do Monte Cristo e seus processos de subjetivação.

No plano introdutório, faz-se um recorte sobre este cenário que posicionará, epistemologicamente, a análise, apresentando o conceito de produção de subjetividade e sua relação com os dispositivos de enunciação coletiva para a formação de uma cartografia das subjetivações. A partir destes esclarecimentos será possível levantar quais instrumentos de análise se farão presentes durante o processo.

Na segunda parte deste estudo, é feito um levantamento bibliográfico que permitirá reconhecer algumas formas de problematização acerca do tema cidadania e redes sociais. Conforme Foucault (1998b, p. 15), submeter à investigação as próprias formas de problematização a que o sujeito se impõe, implica em fazer uma arqueologia dos saberes que impulsionam estas questões, ou seja, trata-se de colocá-las como construções históricas e inerentes a fluxos de poder.

Toda produção de saber implica em relações de poder e sua recíproca é verdadeira. Os saberes legitimam a ação que se configura conforme as relações de poder postas dentro de um campo de possibilidades e estas, por sua vez, formam saberes provenientes de seu próprio exercício (FOUCAULT, 1979, p. XXI). Sendo assim, a questão não está na pura verificação de práticas, mas no reconhecimento de estratégias de poder que modelam a relação entre estas práticas e o sujeito (FOUCAULT, 1995).

Para isto, falar sobre cidadania e sobre redes sociais implica em vê-las como tecnologias

de produção de sujeitos. A construção deste plano toma a forma de um diagrama de análise em que será possível, posteriormente, localizar os diferentes fluxos de subjetivação que atravessam o território em estudo, bem como, seus posicionamentos.

Em um terceiro momento, pretende-se descrever como se configuram as relações de poder que perpassam e influenciam os trabalhos da Rede de Instituições e Entidades Articuladas do Monte Cristo. No entanto, como o território apresentado será descrito de modo a se compor uma cartografia, não será suficiente analisar o interior deste *topos*, mas de extrapolar o funcionamento técnico e institucional desta rede social para fazer figurar um emaranhado de conexões no território, provenientes de outras ordens, mas que produzem e criam práticas em rede acerca do mesmo tema e do mesmo território.

Todos estes recortes, sobre a formação de uma rede social do Monte Cristo, têm o objetivo de considerar os processos de subjetivação que se entrecruzam no sujeito referentes a uma produção da cidadania e o uso da tecnologia em rede neste contexto. Ao final da análise, será possível visualizar pistas que indicarão as normatizações do exercício tecnológico e as diferenciações na construção de singularidades.

PARTE I:

METODOLOGIA

1. Perspectiva epistemológica e discussão conceitual

Para esclarecer esta proposta, realizar-se-á, neste capítulo, uma discussão sobre alguns conceitos fundamentais que serão utilizados para descrever os instrumentos de análise. Uma breve contextualização epistemológica pode auxiliar no objetivo de por em discussão o conceito de subjetividade. Sendo assim, serão obtidos elementos suficientes para explicar no que implica realizar uma cartografia e visualizar, com maior propriedade, qual será o objeto de estudo que fundamentará as etapas que vêm a seguir.

1.1. Panorama epistemológico

A postura indutivista e experimentalista da ciência moderna sempre primou pelo controle de variáveis com o princípio da delimitação de um problema de pesquisa para construir leis científicas. Tal rigor é instaurado com a perspectiva de se construir um conhecimento que submete os fenômenos das ciências humanas às leis gerais das ciências naturais.

Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, defendem uma postura crítica frente à própria produção científica. Estes autores tratam não mais os acontecimentos como variáveis independentes, mas sim, como elementos históricos dentro de um contexto que é impossível de se isolar ou controlar. Um pensamento como este acaba por romper ainda com as fragmentações disciplinares e estanques de forma a ser transdisciplinar. Um acontecimento tem propriedades heterogêneas e transversais ao conhecimento disciplinar, propondo, conseqüentemente, pesquisas temáticas que respeitem uma outra geografia. Em convergência com esta idéia, Roberto Machado, ao introduzir o livro que organizou sobre algumas falas de Foucault a respeito de uma política microfísica sobre a relação entre sujeito e saber, observa que:

(...) toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados – organizando-os, explicitando suas inter-relações, desenvolvendo implicações – mas que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos a partir do novo material trabalhado (ROBERTO MACHADO, In: FOUCAULT, 1999, p. XI).

Outra característica que obedece à mesma lógica deste raciocínio não propõe o esclarecimento sobre a origem do problema, instaurando uma essencialidade na questão, mas sim, conforme Foucault (2002), busca as proveniências que constituíram uma invenção legitimada como verdade e que pode ser desconstruída. Seguindo esta linha, convém contextualizar o próprio conceito de subjetividade no sentido de desnaturalizá-lo como um fenômeno originalmente e essencialmente humano e concebê-lo como uma construção histórica e social.

Nessa perspectiva, a construção da subjetividade apóia-se na crítica perante dois outros conceitos, pilares da formação do homem moderno: cultura e identidade. Conforme Guatarri & Rolnik (1986, p. 15-24), o conceito de cultura torna-se reacionário quando pretende isolar e cristalizar o sujeito em formas ideológicas que os confinam em padrões identitários. Estes autores não desconsideram os processos de identificações culturais, mas defendem ainda a importância de se perceber uma outra maneira de formação cultural que atravessa transversalmente estas fronteiras.

Limitar-se ao conceito de cultura, remete a processos de segregação em favor de uma lógica de agrupamento de significações, às quais os homens são remetidos e que coloca em detrimento outras formas singulares de produção semiótica naquela realidade. O homem é submetido a um modo de semiotização dominante que obstrui modos de singularização. Recortá-lo apenas a partir de sua cultura, reifica esta produção de sentidos e nega um campo de possibilidades que se encontra nas minorias e nos comportamentos que resistem a esta norma.

Sob este mesmo aspecto, Guattari e Rolnik (idem, p. 68-69) apontam que o conceito de identidade cultural circunscreve a realidade a quadros de referência que podem ser imaginários. Esses quadros de referência agrupam outros processos de subjetivação que não são contemplados singularmente. A subjetividade não se constitui freudianamente por processos de identificação causados por elaborações íntimas - bem ou mal sucedidas. Isto significa que o processo não está originalmente na interioridade, mas sim na introdução de uma subjetividade produzida na exterioridade.

Essas produções de subjetividade são enunciações que se reproduzem de forma industrial e maquínica e, portanto, totalmente “fabricada, modelada, recebida, consumida” e que operam sobre os modos de vida do sujeito, em detrimento de potenciais processos de singularização (Ibid., p. 25). A noção de subjetividade inconsciente na psicanálise, por exemplo, é reinventada, (re)produzida externamente e inscrita no cotidiano do sujeito, independente de como se darão

suas elaborações. A subjetivação capitalística trata de “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (Ibid., p. 27).

Sobre este plano epistemológico, Guattari e Deleuze (1995) propõem uma outra concepção de análise que torne possível um olhar que não se resuma apenas em negar uma postura de neutralidade ou disciplinar afirmando um sentido transversal e complexo. Trata-se de admitir uma prática engajada e transformadora da realidade a que se dirige. Este engajamento implica em assumir um posicionamento ético e político, que joga com a realidade em que participa, de forma a investir em sua potência transformadora. Significa não ser estável, ou seja, não adota apenas uma aplicação metodológica neutra e ascética, mas assume potência produtora de realidades, assim como qualquer processo de subjetivação ao qual não se pode isentar.

É com esta perspectiva que a análise cartográfica irá compor um território onde seja capaz de visualizar tanto as estruturas mais cristalizadas, quanto reconhecer os próprios acontecimentos que rompem com o que está posto. A cartografia leva em conta o campo de intensidades das relações de interesses que se apresentam em um local. Não estrutura uma verdade em si, mas, a partir de relações politicamente desejantes, denuncia as verdades produzidas e as resistências que se apresentam.

A partir destas concepções, torna-se necessário discutir sobre o papel do cartógrafo, pois o que interessa ao processo cartográfico é como se constituem as subjetivações no território, fluxos estes que atravessam o próprio pesquisador. Deleuze e Guattari (id., p. 16), ao discutirem os processos de formação subjetiva, renegam a idéia de uma subjetividade no sujeito que espera ser preenchida. Substituem por uma concepção em que definem uma forma de desejo substantivado, que não se localiza nem no sujeito e nem no objeto, mas sim, em dispositivos que enunciam modos de existência localizados na exterioridade. São os fluxos existentes no mundo que compõem processos de subjetivação. Os fluxos são, assim, linhas determinantes de relações e expressões, como, por exemplo, o modo que cada um interpreta a realidade e como a expressa a partir disso. O cartógrafo não está imune a estes acontecimentos, resta a ele perceber quais fluxos influenciam um campo de intensidades e como estes o afetam.

Ora, se o pesquisador está vulnerável aos acontecimentos em que se debruça significa que qualquer produção de sentido estará impregnada de valores. Perceber estes fluxos em forma de segmentos – sem meio nem fim, apenas fragmentos - impede qualquer linha lógica de

significação que queira ser produzida. Neste sentido, não se pretende achar o “fio da meada”, ou a solução dos problemas. Trata-se de perceber os fragmentos heterogêneos que estão postos no território.

Esta análise, como dito a pouco, é estabelecida num movimento de segmentaridades, ou seja, sobre uma multiplicidade de acontecimentos a que o sujeito atribui suas práticas. São figuras, que passam umas nas outras, se atravessam e se multiplicam em uma infinidade de estratégias conjuntamente locais e flexíveis, que só existem enquanto postas em relação. Segmentarizações são, portanto, traços fragmentados com funções heterogêneas que compõem nossas relações, tanto as mais cristalizadas, quanto as potenciais criadoras.

Deleuze e Guattari (1986) aliam estas dimensões ao trabalharem numa perspectiva de análise molar e molecular das relações do sujeito. Estes dois níveis referem-se ao modo como as identidades dos sujeitos são produzidas: molar trata de um nível de produção social mais amplo, enquanto que o molecular seria responsável por reconhecer o processo de personalização que é construído pelo sujeito sobre esta produção. Então, este processo de segmentarização produz subjetivações (modos de existência) que implicam em um processo de objetivação (as próprias ações do sujeito) a partir das práticas capturadas capitalisticamente (produção maquínica ou industrial dos desejos), ultrapassando o controle disciplinar encerrado nas instituições e se multiplicando em técnicas de controle dos corpos.

Explicando mais detalhadamente, as relações são atravessadas por dois tipos de segmentaridades que as recortam e formatam: a segmentaridade dura ou molar e a segmentaridade flexível ou molecular. Na segmentaridade molar as relações se dão de forma estática ou cristalizada, respeitando regras instituídas que sustentam dimensões bem definidas de modos de existência, por meio, por exemplo, de grandes máquinas de binarização ou categorização. Já as relações que não assumem uma forma cristalizada, uma manifestação única e transcendente, são formatadas a partir de uma segmentaridade molecular, se estabelecendo, justamente, onde não se pode identificar uma forma ou uma estratégia, como a binaridade, mas sim como uma “multiplicidade n de dimensões”.

Desta forma, um recorte molar seria, por exemplo, a definição de classes sociais e todo o seu desdobramento ou ressonância em formas institucionalizadas de existência como no hospital, na prisão, na escola e na família. Todavia, é a partir de um território menos distinto ou mais flexível de vivência que estas transcendências se tornam possíveis. Esta segmentaridade mais

flexível, então, recorta também as singularidades. O indivíduo atua em um campo mais diluído e de possibilidades múltiplas de relações que se remetem a uma “massa”, que não é homogênea e nem binária, mas um todo temporal e espacial construído por micro-relações políticas. As formas de categorizações são assim legitimadas, pois se perdem e se infiltram no todo tornando possível a sua estrutura dura e moderna. É assim que os processos de segmentarização conseguem se infiltrar no todo e no cada um e produzir tanto objetividades, quanto subjetividades.

A segmentaridade molecular é o movimento rizomático e imanente a um plano do território e as arborificações são um movimento de corpos endurecidos por categorizações institucionalizadas. No rizoma não se encontra um início ou um fim. Trata-se de reconhecer os acontecimentos e as reproduções sem imputar-lhes uma linha de significação com começo, meio e fim, mas de descrever uma multiplicidade de segmentos de sentidos fragmentados que compõem imagens do cotidiano.

Ítalo Calvino, em seu livro “As cidades invisíveis” (1990), expressa com clareza este pensamento. A partir das viagens de Marco Pólo e seus relatos ao imperador Kublai Khan, é possível presenciar a constituição de uma cartografia que revela o próprio cartógrafo enquanto narra suas viagens. Mas não é apenas o conteúdo da narrativa que alude sobre o tema em questão, o próprio formato da obra, a distribuição dos capítulos e a colocação dos diálogos entre Marco Pólo e Kublai Khan, mostram como Calvino consegue praticar uma cartografia e é destes elementos que extrairei os instrumentos de discussão epistemológica.

1.2. Viagens de um cartógrafo

1.2.1. Múltiplas paisagens em uma paisagem: os descaminhos da bricolagem

A obra “As cidades invisíveis” conta histórias das viagens de Marco Pólo que tinha como incumbência percorrer todo o império de Kublai Khan, cidade por cidade, e voltar para relatar ao imperador. O livro intercala estes relatos com as conversas entre os dois personagens que adotam perspectivas diferentes de como se deve relatar as cidades visitadas.

Nitidamente, percebem-se, em Kublai Khan, as concepções modernas em que se exige uma observação objetiva e fiel sobre as características de cada lugar. Ele valoriza a observação de forma neutra, a descrição fiel das formas, de maneira que permita a qualquer um visualizar o território da mesma maneira a partir dos relatos de quem observa. Kublai é a expressão clara do

pensamento científico moderno, das formas definidas e do padrão rígido do método. No caso de Marco Pólo, identificamos outra postura, um relato sobre a flexibilidade das aparências, o total abandono da objetividade do mundo que dá lugar a subjetivação presente no mesmo. O viajante se entrega às próprias sensações e parte delas para relatar o que conhece. Aos poucos é possível perceber não as cidades visitadas, mas o próprio Marco Pólo e referências de sua história de vida e modo de existência impossíveis de serem renegadas. Marco é a própria resistência ao modo normativo, é a linha de fuga que escapa das linhas rígidas impostas por uma subjetividade maquínica que atravessa Khan. Trava-se, entre os dois, um conflito epistemológico, ou seja, um conflito de modos de existência, de concepções de mundo, um conflito temporal e espacial.

Após o pôr-do-sol, nos terraços do palácio real, Marco Pólo expunha ao soberano o resultado de suas missões diplomáticas. Normalmente, o Grande Khan concluía as suas noites saboreando essas narrações com os olhos entreabertos até que o seu primeiro bocejo desse o sinal para que o cortejo de pajens acendesse os fachos para conduzir o soberano ao Pavilhão do Sono Augusto. Mas desta vez Kublai não parecia disposto a ceder à fadiga.

- Fale-me de outra cidade – insistia.

- ... O viajante põe-se a caminho e cavalga por três jornadas entre o vento nordeste e o noroeste... – prosseguia Marco, e relatava nomes e costumes e comércios de um grande número de terras. Podia-se dizer que o seu repertório era inexaurível, mas desta vez foi ele que se rendeu. Ao amanhecer, disse: - Sire, já falei de todas as cidades que conheço.

- Resta uma que você jamais menciona.

Marco Pólo abaixou a cabeça.

- Veneza – disse Khan.

Marco sorriu.

- E de outra cidade imagina que eu estava falando?

O imperador não se afetou.

- No entanto, você nunca citou o seu nome.

E Pólo:

- Todas as vezes que descrevo uma cidade digo algo a respeito de Veneza.

- Quando pergunto das outras cidades, quero que você me fale a respeito delas. E de Veneza quando pergunto a respeito de Veneza.

- Para distinguir as qualidades das outras cidades, devo partir de uma primeira que permanece implícita. No meu caso, trata-se de Veneza.

- Então você deveria começar a narração de suas viagens do ponto de partida, descrevendo Veneza inteira, ponto por ponto, sem omitir nenhuma das recordações que você tem dela.

(...)

- As margens da memória, uma vez fixadas com palavras, cancelam-se – disse Pólo. – Pode ser que eu tenha medo de repentinamente perder Veneza, se falar a respeito dela. Ou pode ser que, falando de outras cidades, já a tenha perdido pouco a pouco. (Ibid., p. 81-82)

Apenas por este fragmento já é possível extrair alguns elementos de discussão. Frente à insistência do imperador, que tentava provocar uma objetividade nas narrações de Marco, este se

viu sem mais o que dizer, já que o que dizia não fazia efeitos sobre Khan. Quando Marco Pólo afirma estar sempre falando de Veneza quando fala das outras cidades, podemos aludir, em analogia, uma crítica a um modo de observação neutra que seria impossível de ser realizada. Obviamente, Marco iria sempre refletir sobre qualquer objeto como alguém que possuía os hábitos ou a vivência de um veneziano. Relutante, Khan procura afirmar como é simples o fato de que, quando se quer falar sobre algum lugar, deve-se falar claramente. Todavia, o viajante resiste dizendo que o relato de qualquer lugar é o seu relato e não de outro, o qual, por consequência, estaria relatando outro lugar.

Tal postura denuncia, ainda, a fragilidade de qualquer tipo de observação e que esta deve ser encarada deste modo, ou seja, apenas uma interpretação do território. Suely Rolnik (1989) vai dizer que um cartógrafo deve “dar língua a afetos que pedem passagem” (p. 15), deve identificar intensidades que lhe afetam, mas que isto não significa que deve extrair verdades delas. Estas reflexões apontam para a existência de uma heterogeneidade, de uma pluralidade de sentidos que tenta predominar uma sobre a outra. É assim que se coloca a postura metodológica da cartografia, a partir do campo relacional entre o cartógrafo e o território.

Sobre as paisagens descritas ao longo do livro, paisagens que vão revelando, não somente Marco Pólo, mas também o seu autor, há uma outra paisagem. Não se trata, portanto, de uma sobreposição de paisagens, trata-se sim de uma outra composição, uma bricolagem. Compõe-se uma paisagem de todas as paisagens. É assim a cartografia: percorrer territórios, compor paisagens, descrever situações, personagens, interesses, ou seja, constituir quadros de relações e não resumi-los em um único quadro destas relações.

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas; (...) a esquizoanálise recusa toda idéia de fatalidade decalcada, seja qual for o nome que se lhe dê, divina, analógica, histórica, econômica, estrutural, hereditária ou sintagmática (DELEUZE; GUATTARI, 1995, vol. 1, p. 22).

É desta forma que o mapa se diferencia do decalque. O mapa é a composição entre o que está posto, ou seja, o que se manifesta e quem pretende interpretar, como diz Deleuze e Guattari (ibid., p.22), uma composição entre vespa e orquídea. O decalque, para ser possível, precisa

impor limites, cristalizar, isolar as coisas em formas, ele não compõe, ele sobrepõe. Neste sentido, todas as paisagens não formam uma sobreposição de paisagens, formam uma outra paisagem. Outro fragmento do livro de Calvino pode ilustrar esta idéia:

- Marco Pólo descreve uma ponte, pedra por pedra.
 - Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.
 - A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que estas formam.
 Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
 - Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Pólo responde:
 - Sem pedras o arco não existe. (p. 79)

Este diálogo revela um olhar microfísico de Marco Pólo, uma descrição que abandona as medidas e estatísticas para retratar uma cidade e torna a vê-la como paisagem. Nelson Brissac Peixoto, em seu artigo “Ver o invisível: a ética das imagens” (Novaes (org.), 1992, p.301-320), utiliza-se do mesmo livro de Calvino para debater a questão da produção de imagens no mundo contemporâneo e a falta de enxergá-las a partir do que não é possível mensurar. O autor indaga se ainda é possível pintar imagens ao invés de desfigurá-las em medidas. Seria uma questão de saber ouvir o silêncio para fazê-lo falar. Mas, por que a paisagem teria esta função de dizer outras coisas? Justamente porque a paisagem, assim como o quadro em um museu, não tem função de relatar e informar a verdade sobre um lugar, mas de perceber uma composição momentânea de luzes, ventos, tempo, e outros fatores que denunciam a circunstancialidade da descrição. Esta perspectiva circunstancial significa perceber as formas discursivas e forças que estão à mostra em um território e como elas se agenciam para se transformar em dispositivos de enunciação.

1.2.2. Mapear as diferenças: a molecularidade das fissuras

Até agora, afirmou-se a necessidade da ciência abrir-se para novos paradigmas, ou como que contrariam o reducionismo em favor da heterogeneidade de sentidos que se pode atribuir às coisas e a compreensão de que esta pluralidade é impossível de ser controlada, pois não está no sujeito e nem no objeto, está na relação. As intensidades, ou seja, as possibilidades de modos de existência estão postas. A maneira como o sujeito se relaciona é uma questão de tática e estratégia de ação a partir de um território.

A idéia de pluralidade remete, no caso, à compreensão das diferenças que se produzem em um plano, ou seja, ao ato de reconhecer o que resiste a um modo produtivo normativo, homogêneo ou massivo. Retornando, mais uma vez, as nossas alusões ao livro de Calvino, refletidos nos diálogos entre o Grande Khan e Marco Pólo, podemos exprimir mais um fragmento que se refere a esta idéia.

(...) – Parece que você conhece melhor as cidades por meio do atlas do que visitando-as pessoalmente – disse o imperador a Marco, fechando o livro de repente.

E Pólo:

- Viajando percebe-se que as diferenças desaparecem: uma cidade vai se tornando parecida com todas as cidades, os lugares alternam formas ordens distâncias, uma poeira informe invade os continentes. O seu atlas mantém intactas as diferenças: a multiplicidade de qualidades que são como as letras dos nomes (CALVINO, 1990, p. 125).

Mais uma vez nosso cartógrafo expõe com clareza pontos essenciais que contribuem para a compreensão destas reflexões. É, justamente, este o papel da cartografia: o de permitir distinguir quais diferenças são produzidas em um território. As diferenças são expressas em formas de resistências ao modo molar de existência. Resistências estas que, por muitas vezes, podem ser deixadas de lado, no sentido de despotencializá-las, para que se possa garantir o funcionamento maquínico das coisas, pois a normatividade é sempre mais cômoda e conserva as verdades cristalizadas. Muitas vezes, quando estamos inseridos em uma prática, somos sugados pelo cotidiano e corremos o risco de passar por cima de processos criativos em potencial. A confecção da cartografia se apresenta como uma das estratégias de reflexão sobre como estas resistências estão sendo tratadas, por quais fissuras elas se apresentam e como estas fissuras conseguem marcar o território (DELEUZE, 1992).

Todavia, estas fissuras não são possíveis de serem percebidas em um campo maior de percepção onde analisamos apenas as estruturas, mas sim em um campo micro de relações. Vemos em “As cidades invisíveis”, um embate entre os dois discursos apresentados que remete a estas duas dimensões das quais estamos tratando. Kublai Khan é muitas vezes referido como o Grande, aquele que vê as grandes transformações ou as grandes estruturas, ou, ainda, as grandes categorias. Ao imperador não interessam as minuciosas observações de Marco Pólo que trabalha muito mais no campo das relações cotidianas que compõem as cidades. Marco Pólo está sempre atento ao emaranhado de relações que se tecem nas cidades e que as transformam. É sobre uma relação micro sobre a qual Pólo discursa, porém, isto não implica em desconsiderar formas

maiores de expressão (maiores no sentido de transformações da ordem do coletivo, do geral). No entanto, Marco Pólo considera estas transformações como provindas da ordem dos desejos que são politicamente conduzidos.

- (...) As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

- Eu não tenho desejos nem medos – declarou o Khan –, e meus sonhos são compostos pela mente ou pelo acaso.

- As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

- Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da Esfinge (CALVINO, 1990, p.44).

Quando então remetemos a Khan como o Grande, vemos que ele adota um olhar que prioriza as macro-relações e desconsidera os desejos e os medos. Enquanto que Marco Pólo vislumbra a participação essencial que estes sentimentos têm para tornar possível uma leitura do real. A micropolítica leva em conta as relações políticas do sujeito que se constitui destes medos e desejos, os quais são possíveis de serem notados tanto no nível molar, quanto no nível molecular, como, por exemplo, na história da ponte de pedra citada anteriormente. Trata de localizar no sujeito o exercício do próprio poder. A partir deste processo de subjetivação, podemos perceber níveis de diferenças sociais de caráter mais amplo, no caso molar, em contraste com as minúsculas diferenças que percorrem o agir de cada sujeito, no caso, em nível molecular.

Opor uma política das grandes organizações, presentes em qualquer nível da sociedade (micro ou macro), a uma função molecular que considera as problemáticas da economia do desejo, igualmente presentes em qualquer nível da sociedade, não implica uma valoração na qual o molecular seria o bom e o molar, o mau. Os problemas se colocam sempre e, ao mesmo tempo, nos dois níveis (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 133).

É neste nível molecular que se torna difícil localizar um inimigo, pois se trata de algo que atravessa o próprio sujeito, avança em sua própria subjetividade. A distinção entre o que é bom e o que é mau não é mais tão clara, pois não se reflete sobre algo que é característico do sujeito ou do objeto.

A partir do que foi exposto até agora, foi possível elencar alguns elementos importantes de diferenciação epistemológica entre o paradigma moderno e o perspectivismo. A obra de Calvino veio auxiliar nas diferenciações expostas, por meio do embate entre dois personagens que representam de forma ilustrativa as diferenças paradigmáticas apresentadas. Kubali Khan é o expoente de uma perspectiva positivista que valoriza a observação neutra e fiel das formas, acreditando na essência verdadeira inerente ao objeto. Marco Pólo nega esta postura e denuncia sua fragilidade enquanto produção de saber, colocando suas observações de forma participativa, sensível e totalmente dependente das vivências do observador. Ele faz uma cartografia do invisível propondo uma geografia das subjetividades. No entanto, resta ainda esclarecer com maiores detalhes como é possível decodificar esta forma de leitura dos territórios. Sobre tal tema, Deleuze (1990) apresenta o conceito de dispositivo coletivo de enunciação como meio de leitura das linhas que compõem um mapa. Mas, para refletir com mais profundidade sobre este tema será necessário dedicar-lhe um tópico em separado.

1.3. Dispositivos de enunciação coletiva

Até agora foi exposto que a cartografia permite ao pesquisador considerar ao mesmo tempo relações que são produzidas maquinicamente e formas singulares de se relacionar com o mundo. Para o cartógrafo não é o objeto isolado que interessa, mas os múltiplos movimentos que permeiam a existência dos sujeitos e o que eles produzem e criam.

Como estes movimentos são múltiplos, não se pretende sintetizá-los em uma conclusão ou significado, ou ainda, determinar uma forma única e verdadeira pela qual este objeto se enuncia. O objetivo fundamental da cartografia é reconhecer uma multiplicidade de enunciações existentes em um território, por meio de seus acontecimentos, e como eles são agenciados por sujeitos e objetos. Não se trata de um objeto ou conceito, nem de formações psíquicas íntimas de um sujeito, mas de uma composição de movimentos e de incertezas dentro de um espaço-tempo territorializado. Esta relação de incertezas pode ser apreendida por estes dois pólos de maneira repetitiva – referindo-se à norma – ou de maneira criativa, nômade, ou seja, uma relação que não está prevista e que não pretende se deixar prever futuramente (GUATTARI, 1990, p. 19). Isto implica em não resumir um plano possível de existência neste território, mas vários.

Os movimentos que possibilitam estes planos são os próprios agenciamentos de enunciação e são eles que compõem dispositivos, ou seja, uma teia multilinear composta por

várias linhas, tanto flexíveis (nômades, criativas ou de fuga), quanto duras (cristalizadas e normativas), que determinam o movimento daquele território. Não se trata de uma descrição estática dos elementos em si, mas do lugar que ocupam. Deleuze em seu livro “Michel Foucault, filósofo” (1990), dedicou um capítulo (p. 155-161) a explicar o que é um dispositivo segundo o pensamento de Foucault. O dispositivo se constitui a partir de suas formas de visibilidade, enunciações formuláveis, exercícios de poder e sujeitos que estão sempre a assumir determinadas posições. Estas formas se complementam em agenciamentos coletivos de enunciação resultado de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não apenas sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia, entre outras. Neste caso, consideramos que as subjetividades individuais são atravessadas por estes dispositivos.

Para Deleuze (id., p. 155) os objetos visíveis e as enunciações são a própria historicidade dos dispositivos. Visibilidade trata de um regime de luz que faz com que um objeto apresente algumas facetas e oculte outras. As curvas de visibilidade seriam como holofotes e refletores em um palco de teatro fazendo algumas coisas e situações serem vistas em detrimento a outras. Mais objetivamente, no caso deste estudo, implica em identificar quais saberes até hoje contribuíram para ressaltar uma maneira de exercer a cidadania em detrimento de outras formas de expressão e quais os saberes atuais que se chocam em um outro tipo de exercício cidadão, ou seja, em que espaço-tempo é possível determinar uma conduta cidadã na contemporaneidade e como um trabalho em rede recebe foco de luz nesta realidade.

Em outro plano, tem-se a forma pela qual estes saberes foram enunciados, ou seja, identificar quais foram os discursos adotados para valorizar o que quer ser visto. São linhas de enunciação que distribuem variáveis definidas por um regime de seu movimento. São os próprios discursos, agora em seu conteúdo e não mais em seu formato. No caso de nosso estudo, compreender como se estabeleceu uma imagem da cidadania ao longo da história a partir de seu regime de enunciação. Deleuze (id., p. 156) fala em regime, mas não se trata nem de sujeitos e nem de objetos, mas regimes que definem “em função do visível e do enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações”.

Os planos de visibilidade e as suas formas de enunciação constituem, em conjunto, uma concepção estética com a capacidade de objetivar ações do sujeito determinando suas nuances e suas significações.

As linhas de forças influenciam a formação de dispositivos quando reificam ou abrem tangentes nos regimes citados. São estas linhas que começam a dar uma dinâmica ao existente e é assim que elas determinam o movimento, entrando e saindo por todos os lados. Nega-se, portanto, uma forma política binária em favor de um movimento multilateral e plural (op. cit.). Seguindo este ponto de vista, no estudo presente, é preciso considerar uma multiplicidade de interesses ou mesmo de planos que direcionam uma determinada forma de ver e enunciar e que resulta em uma maneira particular de exercer o que se compreende como cidadania naquele território e de fazer surgir uma ação social no formato de rede.

Até agora, tratou-se de pontos que complementam os dispositivos sem figurar a participação de um sujeito singular que também impõe suas forças no mundo. A ele reservam-se as linhas de singularização: é quando uma linha de força subjetiva não se alia a uma linha de forças linear, mas volta em si mesma para produzir uma outra forma de relação. É uma linha de fuga que escapa às linhas anteriores. Deleuze (op. cit.) afirma ser este o si-mesmo que não respeita nenhuma linha de saber ou poder preestabelecidas, afirmando-se como um processo de individuação. No entanto, nem todos os dispositivos contemplam linhas como estas. Caberá tentar identificar linhas de fuga que contestam os saberes e os poderes que fundamentam o discurso sobre cidadania naquele território.

O objetivo deste capítulo, como dito de início, foi de detalhar alguns conceitos que serão necessários para definir os instrumentos de análise que construirão uma cartografia da Rede de Instituições e Entidades Articuladas do Bairro Monte Cristo. Entender esta rede social enquanto dispositivo de enunciação coletiva envolve descrevê-la transversalmente, levando-se em consideração suas formas de enunciação e visibilidade, suas tensões políticas e suas implicações enquanto processos de subjetivação. No próximo capítulo serão indicados os caminhos encontrados para a sua descrição.

2. Instrumentos de análise

Para compreender o que será exposto como instrumentos de análise, vale descrever como se decorreu o encontro do pesquisador com a rede, bem como, o seu cotidiano de trabalho, porém apenas na sua forma estrutural, pois a efetivação de uma descrição mais detalhada já faz parte do próprio processo cartográfico.

A Rede de Instituições e Entidades Articuladas do Bairro Monte Cristo engloba instituições não-governamentais, igrejas e instituições do poder público. No entanto, ao longo de seu processo de construção, muitas destas instituições tiveram um papel de maior ou menor intensidade. As instituições que compõem a rede realizam reuniões com uma periodicidade quinzenal e as reuniões têm uma duração média de duas horas.

O objetivo destes encontros é elaborar espaços de ações coletivas, conforme as necessidades do bairro no que concerne o acesso aos direitos sociais sobre as políticas públicas, a melhoria das condições políticas e econômicas do território e a troca de informações sobre estes temas. A partir desta rápida contextualização, podem-se entender melhor alguns instrumentos de análise que serão explicitados a seguir.

Comecei a frequentar estas reuniões e as ações planejadas pela rede explicitando os objetivos do estudo e meu papel no local como pesquisador que se vê, inevitavelmente, participante do processo de construção do presente. Neste sentido, incorporei-me ao grupo da rede como representante da instituição acadêmica a que estou ligado (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC) e contribuí com pareceres e com o registro de algumas reuniões e eventos.

A exposição conceitual, que foi realizada no capítulo anterior, instrumentaliza para partir para o campo das práticas. Fazer uma cartografia da produção da cidadania como processo de subjetivação em relação às práticas de uma rede social implica em descrever quais os saberes que produzem uma verdade sobre estes conceitos, bem como, as práticas que os confirmam ou rechaçam. Isto envolve evidenciar suas formas, posicionamentos e constituições como

determinantes de ações cristalizadas e de ações de resistência.

Neste sentido, o próprio conceito de cidadania e a forma como ele foi constituído no Brasil trará à luz algumas linhas cristalizadas de saberes e, portanto, de interesses e como estas linhas se encontram como processos de subjetivação. Para tal, será feita uma descrição da bibliografia acerca do tema que discute sobre a participação de três tipos de instituições que, historicamente, participam deste processo de construção de tecnologias da cidadania: o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada.

Em seguida, colocar-se-á uma discussão bibliográfica em torno das problematizações contemporâneas sobre o conceito de rede social e quais as perspectivas que são produzidas em torno desta prática. No caso, o que interessa é apresentar algumas concepções sobre este conceito como tecnologia de intervenção social e conectá-lo com o discurso de cidadania que vem sendo produzido no Brasil.

A descrição destes posicionamentos permitirá estabelecer linhas macropolíticas que fundamentam o tema em foco. Será possível perceber a construção de um diagrama, de maneira que sirva como analisador dos processos de subjetivações encontrados no território.

O próximo passo será feito em direção às próprias práticas que vão construindo redes sociais no bairro Monte Cristo. Neste plano, serão levantados quais ações e agenciamentos são efetuados com as concepções de cidadania e de rede social ilustradas no diagrama. Este posicionamento levará à produção de alguns recortes: como o bairro se constituiu e qual as participações em rede neste processo; qual tipo de intervenção o mercado e o Estado promovem diante de tal realidade; como a Rede de Instituições e Entidades Articuladas se movimenta no bairro; quais suas práticas efetivas; como ela se apresenta entre si, entre os moradores do bairro e entre as instituições com as quais se relaciona; como ela se diferencia de projetos sociais tradicionais; entre outros acontecimentos que podem afetar o cartógrafo em sua busca pela produção de um mapeamento de subjetivações e de singularidades.

Fazer uma descrição sobre as práticas efetivas desta rede social significa considerar uma composição entre tempo, intensidade, perspectivas ideológicas e o público envolvido. Todos em relação a uma maneira de agir que se pretende em rede, ou seja, em coletividade. Neste item, é importante descrever por onde foi possível concretizar ações e por onde elas foram barradas ou impossibilitadas e quais as propostas estratégicas ou táticas inerentes.

A história de ocupação e apropriação do bairro Monte Cristo vem ilustrar algumas

concepções iniciais que os próprios moradores construíram para a busca de melhores condições de vida e como foi o processo reivindicatório, tanto de forma representativa, como de forma coletiva, perante a sociedade. Para tal, serão utilizados relatos de moradores sistematizados pelo pesquisador em um curso de capacitação para lideranças do bairro, promovido pela rede social em estudo.

Em seguida, destacar-se-á como foi sendo construída uma imagem do local, utilizando como documentos matérias de jornais locais, que culminaram em um discurso coletivo por parte dos moradores do município de Florianópolis frente a uma nova realidade que os cerca.

Neste mesmo plano, será descrito por quais fundamentos e instrumentos o poder público local realiza suas intervenções a partir da imagem que foi sendo criada. Serão utilizados como documento os projetos de intervenção formulados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, em especial os referentes ao projeto Habitar Brasil, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outros documentos também serão contemplados como relatórios e estudos realizados por estagiários e docentes do curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

Para a análise da rede, propriamente dita, serão utilizados documentos como relatórios, atas de reuniões e avaliações de eventos, assim como, os registros dos encontros que foram acompanhados pelo pesquisador e que se assemelham a um diário de bordo.

Este último instrumento diz respeito à própria participação deste pesquisador nas reuniões da rede, bem como, nas elaborações da mesma sobre suas práticas ao longo deste ano. Como foi dito, o cartógrafo nega qualquer tipo de neutralidade sobre o objeto de estudo e o entende enquanto afeta a si próprio. Como Marco Pólo, trata-se de viajar sobre as diferentes subjetivações postas no local e perceber como estas o afetam. É esta uma maneira de refletir sobre os acontecimentos referidos de forma a não pressupor uma neutralidade e um saber a priori.

PARTE II:

DIAGRAMA DE ANÁLISE **A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E A TECNOLOGIA EM REDE**

A trajetória a ser percorrida nesta segunda parte do estudo vai se desdobrar no campo das ações sociais. O movimento será conduzido por um fluxo de enunciados que, aparentemente, sustentam o conceito de cidadania. Pretende-se, ainda, identificar como este discurso utiliza-se da tecnologia em rede para suporte de suas práticas. Provocar uma tensão entre estes dois dispositivos – cidadania e rede – não pretende esgotar a questão, mas apenas exercitá-la.

Remontar uma história da construção da cidadania no Brasil, não é uma tentativa de contextualizar os acontecimentos atuais, pois estaria colocando-os em uma relação teleológica e esta não é a proposta. Deleuze (1992) coloca que um acontecimento não respeita uma suposta lógica histórica, mas desvia-se dela enquanto é efetuado. É o devir que se reconhece como diferença histórica. É o próprio ato de fazer história. A história apenas “capta do acontecimento sua efetuação em estados de coisa, mas o acontecimento em seu devir escapa à história” (p. 210). Sendo assim, captar os acontecimentos que se reconhecem historicamente é instrumento para reconhecer o que é ou não é referência histórica nas ações contemporâneas, o quê, neste caso, diz respeito ao tema cidadania e sobre as práticas de redes sociais.

Durante a década de 90, houve um grande aumento das chamadas organizações de sociedade civil. Esta pesquisa limitará sua análise sobre instituições que têm como princípio ações não lucrativas e não governamentais e como prática a gestão dos bens públicos e o acesso aos direitos constitucionais pelos cidadãos. Concomitantes a este movimento, emergem práticas sociais de vários segmentos da sociedade que não apresentam histórico nesta área, como, por exemplo, empresas privadas através das campanhas sobre responsabilidade social e os benefícios que este tipo de “marketing” pode trazer. O envolvimento do mercado e um reposicionamento da sociedade civil sobre a questão social promovem um debate em favor da democracia participativa, da filantropia e do voluntariado. Fatos como estes evidenciam que o exercício da cidadania ganha um protagonismo nas relações do sujeito levantando questões quanto às subjetivações produzidas nesta prática. Discursos pela cidadania mais participativa, principalmente em seus aspectos político e social, em substituição ao modelo representativo

paternalista, que a história nacional cultivou, promovem mudanças nos valores morais e na conduta ética do indivíduo frente aos problemas sociais. Vê-se, a partir deste contexto, formas de enunciações coletivas que são agenciadas por dispositivos sociais, econômicos e políticos objetivando a produção de modos normativos de existência. Nesta perspectiva, problematiza-se o novo trato sobre o conceito de cidadania a partir das produções subjetivas por ele enunciado.

1. Cidadania: enunciados de um dispositivo

A palavra cidadania tem sua origem epistemológica no latim *civitas*, derivação de *civis* que significa o ser humano livre. O requisito para a existência da cidadania é a existência de um ou mais conjuntos de cidadãos livres para compô-la. A palavra República, por sua vez, encontra sua raiz epistemológica no latim *res publica* que significa lugar comum. Portanto, para fins de esclarecimento, falar em cidadania é ter como prerrogativa a constituição de um sujeito que tenha condições básicas para garantir sua liberdade individual e o comprometimento de constituir o coletivo da cidade ou Estado e contribuir na gestão dos bens e espaços públicos. O ser humano, na condição de cidadão, orienta-se por um conjunto de direitos e deveres em acordo com o Estado, tendo como perspectiva de interação a garantia da igualdade civil, política e social.

Ao delimitar esta análise sobre as práticas de uma rede “social”, torna-se necessário apresentar, sucintamente, alguns fatores importantes para que se entenda de onde provém a conceituação que delimita o cidadão em três planos distintos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais.

Uma obra sempre utilizada como referência é a do sociólogo inglês T. H. Marshal (1967), que foi um dos primeiros autores a discutir as problematizações referentes a estes três tipos de direitos que sustentam a produção da cidadania na modernidade, aliando-os a uma reflexão marxista sobre a construção do status social.

O autor afirma que a finalidade ideológica sobre a produção da cidadania na sociedade moderna é de diminuir as desigualdades sociais ao máximo, mas que sua real intenção não está na igualdade de renda e sim na igualdade de um status, ou seja, está nas oportunidades que cada cidadão tem em alcançar os mesmos benefícios disponíveis. Este estudo partirá de uma divisão fundamental dos direitos de cidadania, para visualizar, com maior clareza, seu processo de construção. Sobre este tema o autor afirma:

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar

todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (Ibid., p. 63-64).

Como foi dito, atualmente, esta divisão ainda é utilizada quando se debate e se constrói estratégias sobre o exercício de cidadania. Sob esta divisão, Marshall faz um estudo sobre a história da cidadania na Inglaterra. Não é intuito deste texto fazer uma comparação com tal processo, todavia acompanhar o raciocínio do autor nos levará a uma compreensão de um discurso que se faz predominante na construção da estrutura social contemporânea.

Antes do século XVIII, estes direitos eram considerados em conjunto, nos quais os que prevaleciam eram os direitos civis. Marshall (ibid.) coloca uma cronologia à divisão e desenvolvimento destes direitos: direitos civis durante o século XVIII, direitos políticos durante o século XIX e os direitos sociais durante o século XX. Nesta lógica progressiva, Marshall aponta a conquista da universalização dos direitos políticos como trampolim para o desenvolvimento dos direitos sociais. Sendo assim, o desenvolvimento dos direitos políticos no final do século XIX foi essencial para a conquista dos direitos sociais recorrentes no século XX.

O que interessa nestas afirmações não é propriamente como cada um desses itens se desenvolveu e nem colocá-los em uma cronologia de evolução. O objetivo é de analisar como se configuram alguns enunciados essenciais para a sustentação do projeto da modernidade no século XX, ou seja, durante o período em que a máquina capitalística se encontra em pleno funcionamento.

As práticas que configuram os direitos civis (do cidadão circular pela sociedade, se expressar, acreditar, acumular propriedades, cumprir seus deveres e atuar de acordo com a legalidade) são relacionadas à legitimação da “liberdade individual”. Sustentadas juridicamente, estas ações são produzidas sem qualquer limitação social e agregadas para produzir um modelo de valorização ao espaço privado. Portanto, o primeiro terço dos direitos caracteriza o cidadão moderno a partir do reconhecimento de sua liberdade dentro de um processo de individualização formatado a partir de normas jurídicas.

As participações políticas, ou seja, práticas dirigidas a questões de interesse comum, estão institucionalizadas nas corporações deliberativas de grupos sedimentados da sociedade e que são identificados como autoridades políticas. É por estas instituições que o sujeito se vê representado sobre seu modo de participação nas decisões acerca da gestão pública. Desta forma, o discurso da cidadania promove um jogo político estanque e representativo que distancia o sujeito e faz protagonizar as corporações sociais ou estatais.

Aos direitos sociais, é conferida a noção de um “tudo” genérico acerca das “heranças sociais” e a um modo de participação “completa” do sujeito que se conduz de acordo com “padrões” estabelecidos pela sociedade. Neste processo, o sujeito deve obstruir-se de si mesmo para trabalhar em prol de um bem-estar social. As instituições que disciplinam o sujeito para estes objetivos são as educacionais e as de assistência social (op. cit.).

Vêm-se, no conjunto destes três elementos, delimitações sobre as possibilidades de existência do sujeito na sociedade que se caracterizam como: 1) a importância do sujeito se reconhecer livre a partir de sua individualidade; 2) restringir-se, no campo da política, a uma forma representativa de deliberação sobre a gestão de bens públicos; e 3) estabelecer a supressão da singularidade como pré-requisito para a produção de um bem-estar social.

Conforme Marshall, a cidadania representa um status de igualdade para a população. Esta forma de significação, atualmente naturalizada, é construída dentro do conceito de cidadania que deveria representar o combate à existência da desigualdade refletida nas classes sociais.

A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do status e um aumento no número daqueles a quem é conferido o status. A classe social, por outro lado, é um sistema de desigualdade. E esta também, como a cidadania, pode estar baseada num conjunto de ideais, crenças e valores. É, portanto, compreensível que se espere que o impacto da cidadania sobre a classe social tomasse a forma de um conflito entre princípios opostos (Ibd., p. 76)

O discurso da igualdade social toma corpo definitivo a partir da distinção dos direitos sociais no século XX. Por estes, o projeto de cidadania deixaria de ser um conjunto de leis a serviço da elite para atuar na diminuição das desigualdades entre as classes sociais. No entanto, a concepção do social pautada por uma sociedade estratificada por classes econômicas, afirma e

reproduz uma política voltada para os “menos favorecidos economicamente”. O risco que se corre é de naturalizar o lugar do desfavorecido, a partir de medidas que garantam o seu papel como cidadão. Neste sentido, a figura do excluído se encontra perfeitamente incluído na montagem da sociedade moderna.

Marshall ainda coloca que o progresso do discurso da cidadania não seguiu para o aprimoramento de uma igualdade econômica, refletida na renda familiar, mas sim no sentido de proporcionar uma igualdade de status. Deste modo, o que importa seria dar o direito de oportunidades à população de baixa renda, iguais aos que a elite pode pagar. Vê-se, portanto, a confirmação de uma cidadania que se constrói para assegurar o bem-estar social, mas não o bem-estar do sujeito que compõe esta sociedade.

Logicamente, as oportunidades oferecidas pelo Estado, responsável pela manutenção destas resoluções legais, não estão no mesmo nível de qualidade das oportunidades que as elites podem comprar. O que se pretende é diminuir o máximo possível a distância entre estas duas esferas. Conforme um exemplo citado por Marshall (ibid., p.100-101), um estudante de escola pública nunca terá a mesma qualidade de ensino do estudante de escola privada, mas os dois estudantes desfrutarão, legalmente, do mesmo status para se inserir no mercado de trabalho. Estes dois estudantes passarão pelos anos letivos e encontrarão um afunilamento das vagas oferecidas, já que há menos vagas no ensino superior do que no ensino básico. Neste processo seletivo, certamente o estudante que foi beneficiado por um ensino de melhor qualidade será o escolhido para continuar no percurso acadêmico, enquanto que ao outro restará o consolo de ter tido o direito de tentar.

No Brasil não é diferente, pelo menos no que diz respeito ao processo de fragmentação dos direitos reservados à cidadania. O Estado é o responsável por garantir os benefícios ao cidadão nos três planos de ação (civil, político e social). A história sobre os acontecimentos que envolvem os direitos de cidadania no país mostra uma cultura de massa que foi produzida e apoiada na idéia de que a soberania do Estado Nacional detém a legitimidade para resolver tudo.

O historiador José Murilo de Carvalho, em sua obra *Os Bestializados* (1987), relata engendramentos do cotidiano que levam à construção de uma “estadania”, no lugar de uma cidadania propriamente dita. O autor descreve o cenário de transição nacional de um modo de governo monárquico para o advento do governo republicano. Com a I República instaurada, vê-se

o crescimento das cidades e o fortalecimento do discurso iluminista de se construir uma sociedade livre, igualitária e fraterna.

Neste ínterim, reaparece a figura do cidadão sobre a do sujeito que, em seu sentido etimológico, significa o habitante da cidade. A cidade, por sua vez, lugar clássico do desenvolvimento da cidadania, torna-se o palco para o desenvolvimento de um sistema de governo operante sobre o modo de (pseudo) participação do indivíduo na questão dos bens públicos (Ibid., p. 12).

Carvalho (ibid.) revela como o primeiro governo republicano foi atravessado por concepções liberalistas, positivistas, socialistas e anarquistas para construir formas de cidadania, ao invés de uma prática una em torno deste tema.

No que concerne ao ideal liberal, trata-se de um desenvolvimento desenfreado de um espírito do capitalismo, sem a ética protestante, como articulou Max Weber (1989). O resultado é a formação de uma cultura individualista de enriquecimento a qualquer custo e que, para isto, tudo tem um preço, até mesmo, os próprios direitos do cidadão.

Os positivistas, influenciados por Auguste Comte e seus princípios da “Religião da Humanidade”, defendiam, em seu modelo maior, uma Ditadura Republicana em que o cidadão era, por definição, um sujeito virtuoso e defensor da causa pública, pela sobreposição do conceito de coletivo sobre o de indivíduo nas práticas coletivas. Em defesa da liberdade espiritual e a incorporação dos proletários à sociedade, o modelo de Ditadura Republicana reclamava o direito de uma moral pública, a qual somente os burgueses seriam capazes de garantir (Ibid., p. 54). A relação que se afirma nesta concepção baseia-se no discurso paternalista, em que o Estado deve zelar pelo seu povo, pois julga impossível estabelecer deliberações político-estatais racionais num plano tão heterogêneo.

Com a abolição da escravatura e o advento da república, a classe operária começou a aparecer mais no cenário político urbano e também participou das deliberações sobre a participação do cidadão. Afirmavam um modelo socialista democrático que possibilitasse construir uma participação político-partidária pelos cidadãos, por meio do sistema representativo. A idéia era que se formassem partidos socialistas para lutar por reformas para os trabalhadores operariados (ibid., p. 55).

Os movimentos anarquistas variavam entre o radicalismo individualista e a perspectiva comunista. O primeiro, além de reivindicar a queda do Estado, negava qualquer tipo de

organização que não fosse espontânea e exaltava um individualismo exacerbado. No segundo caso, também defendia a queda do regime republicano, mas reconhecia o sindicalismo como arma de luta (Ibid., p. 56-58).

Apesar destes discursos produzirem uma diversidade de concepções sobre a cidadania no cotidiano do sujeito, nenhuma delas considerava a prática individual associativista como via de intervenção social. Mesmo nas organizações beneficentes, irmandades religiosas ou organizações operárias, o trabalho social era de cunho comunitário, ou seja, sem um caráter diretamente institucionalizado (ibid., p. 151-152).

Dentro dos modelos apresentados, os vetores liberal e positivista tiveram a maior influência na construção de uma norma sobre a cidadania. Sua prática fazia com que os sujeitos construíssem um Estado distante da participação popular, pois não interessava ao governo republicano a existência de uma cidade deliberante, mas apenas saudável e com o ideal igualitário.

Uma expressão bem delimitada deste raciocínio são os acontecimentos que permearam a Revolta da Vacina. Consagrada historicamente como um levante popular, esta manifestação ocorreu no Rio de Janeiro do início do século XX. O resultado foi a construção de um discurso de valorização do espaço privado e uma delimitação restrita sobre o uso do espaço público. Esta estratégia de ação urbana marcaria profundamente a construção de uma norma política sobre os modos de relação entre cidadão e seu trânsito nos espaços urbanos.

Em outro período, a história de conquistas dos direitos civis, políticos e sociais demonstra ainda uma maneira corporativista de organização do Estado, em que cada grupo de trabalhadores se organiza separadamente para defender seus interesses. Nota-se o enraizamento deste fato pela política social implantada por Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 e 1950, que definiu benefícios trabalhistas a partir da cultura sindicalista e, também, no momento das discussões sobre a Constituição de 1946, na qual cada categoria negociava seus interesses com o Estado. Sendo assim, naquele momento os professores conseguiram diminuir em cinco anos seu tempo para a aposentadoria, os funcionários públicos conseguiram estabilidade no emprego, os aposentados um piso de um salário mínimo para as pensões e assim sucessivamente.

A ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer. A representação política não funciona para resolver os grandes problemas da maior parte da população. O papel dos legisladores reduz-se, para a maioria dos

votes, ao de intermediários de favores pessoais perante o Executivo. O eleitor vota no deputado em troca de promessas de favores pessoais; o deputado apóia o governo em troca de cargos e verbas para distribuir entre seus eleitores. Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais (CARVALHO, 2002, p. 224).

No processo de desenvolvimento da cidadania no período do Estado Novo (1937-1945), o crescimento e desenvolvimento das cidades, bem como seu processo de higienização e urbanização, fundamentam-se pelo discurso que afirma um sujeito trabalhador e que valoriza a boa organização dos espaços privados, ou, em termos básicos, a moradia.

O Estado concentrou a figura do cidadão no homem trabalhador que se preocupa com a organização do lar e o bem-estar de sua família. Em troca da obediência destas recomendações o poder público garantiria a cidadania desenvolvendo os direitos trabalhistas, estabelecendo assim uma relação de tutela. No entanto, se alguma disfunção no comportamento privado viesse a perturbar o espaço público, como sempre ocorria com a população dos cortiços, a casa e a família eram invadidas pelo saber e autoridade do Estado, que decretava o diagnóstico e a sentença. Desta forma, os conflitos, e por consequência, as relações pessoais eram recusadas e condenadas pelo governo do público, tendo como um de seus desdobramentos a despolíticação destas relações (DUARTE, 1999, p.324).

Observa-se que neste período de advento da República, há a construção de valores para a sociedade que deveriam ser acatados pacificamente pelo “bom” cidadão. Luiz Antonio Baptista (1999, p 64) demonstra como os saberes médicos que sustentavam este governo, atribuíam perigo em tudo que era diverso do cotidiano prescrito. O patrão Gordo vira pai, surge a mesa de jantar, as refeições em família e a boa educação para a cidadania. A sociedade respeitável se transporta para dentro do lar e o espaço público começa a adquirir valores insalubres trazidos por doenças impregnadas nos vagabundos, prostitutas e bandidos. Para convencer o cidadão a se trancar em casa inventa-se os excluídos, os imundos e inúteis que habitam as ruas. Vê-se a construção da exclusão como condição para a promoção da cidadania, ou seja, a produção de uma imagem do errado, para trazer à luz o seu produto como certo.

A partir desta construção da cidadania, os valores da moral e dos bons costumes familiares se transformam na moeda para comprar os direitos e o acesso à cidade. Enquanto a família frequenta as novidades urbanas – médicas, culturais, educacionais e de moradia - a nova população de excluídos assiste a tudo sem entender nada. A categoria dos cidadãos agora tem

valor, número e endereços fixos. Está cadastrada, rotulada e carimbada e o que se perde com este processo são as diversidades que os conflitos das relações trazem. O Estado desvaloriza a vida que habita os espaços públicos, mas promove o modelo da família e seu lar (DAMATTA, 1997).

A idéia de cidadão como o indivíduo reinventado, teve um processo de institucionalização política tão intenso que começou a ser colocado como algo da natureza humana. No entanto, a cidadania é um papel socialmente institucionalizado e moralmente construído. Sendo assim, a população assiste à produção de um homem da moral que respeita as normas do bem-estar social e subtrai a expressão dos conflitos pessoais onde habitam as nuances da vida. Desta forma o homem deixa de construir sua singularidade a partir de sua relação com o mundo, para exercitar uma relação normativa que não necessita de sujeitos nem de predicados (ROLNIK, 1994, p.165-6).

Nos tempos atuais, em que se observa o crescimento de uma população a qual o mercado não conseguirá absorver pela via do trabalho, vê-se o desenvolvimento da assistência social como paliativo ao que é qualificado como miséria humana. São verdadeiros aglomerados de pessoas, muitas vezes confundidas como lixo urbano, sem uma utilidade social, excluídos de qualquer norma social a não ser por uma: o serviço de benefícios garantidos pelos direitos sociais. Assim, continua a se sustentar uma ilusão de pertencimento que os coloca à mercê de projetos e experimentos de desenvolvimento social. O mercado se humaniza através do discurso de responsabilidade social fazendo surgir os “novos atores”. Estes, por sua vez, se colocam como modelos de sucesso da sociedade moderna e estabelecem os meios e os fins das ações de contenção dos problemas sociais urbanos.

No entanto, a sociedade ainda não descobriu por qual outra via o cidadão pode ser inserido, senão por uma permanente situação de beneficiário destas ações sociais. São os válidos inválidos que, apesar de obterem o título de cidadãos, são caracterizados como excluídos pela situação de inutilidade na produção do capital nacional (CASTEL, 1998, p. 556-9).

A situação é evidente, os esforços concentram-se para a conservação da estrutura de valores da sociedade e não para a valorização da vida. O modo de reajuste sustentado promove graus de inserção social para ser o mais abrangente possível. Esta gradação é regulada conforme o poder de associação do indivíduo a grupos legitimados de participação na sociedade.

Na sociedade moderna, o que conta para o indivíduo ter valor social é a rede de relações a qual pertence, não bastando apenas sua condição de cidadão que acaba por assumir um sentido

negativo. É desta forma que se promove um *discurso que valoriza a sociedade* em detrimento de *práticas que valorizem a vida*.

2. Estado, mercado e sociedade civil organizada: quando a cidadania se conecta com a rede

Neste capítulo, as conexões que serão construídas se referem aos debates atuais acerca de um “reajuste” do modo de participação do cidadão sobre os problemas sociais. Neste estudo, o território a ser mapeado é uma rede de instituições que tem como objetivo realizar intervenções sociais na comunidade em busca de garantir aos seus moradores o acesso a bens públicos como saúde, educação, moradia, lazer, cultura e trabalho. Trata-se, portanto, de discutir sobre como a sociedade contemporânea produz uma “nova” prática sobre as políticas sociais utilizando como dispositivo o conceito de cidadania. Em outras palavras, descrever como algumas práticas se estabelecem, a partir de uma readequação social proposta pelo discurso do cidadão participativo.

De início, podem-se anunciar três possibilidades ou três vias pelas quais o sujeito contemporâneo pode exercitar a sua cidadania: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Estas três instituições são reconhecidas como possibilidades de atuação sobre as políticas sociais e gestão dos bens públicos. A rede social – plano de consistência deste estudo – é atravessada por estas instituições. Considerar seus modos de interação neste território implica em considerar linhas que os compõem e quais enunciados serão possíveis visualizar.

A maioria das instituições que participam desta rede possui o título de ONG (Organização Não-Governamental) e representa um modo de organização da sociedade civil que se particulariza por desenvolver ações sem cunho lucrativo e isenta de participação partidária sob as deliberações de interesse público. Embora instituições desta natureza estejam atuando na rede em maior quantidade, seria ingenuidade afirmar que o território é atravessado, predominantemente, por enunciações pautadas por este tipo de discurso. O Estado e o mercado sempre foram linhas de tensão essenciais para formatar este modo de expressão da sociedade civil. Retomar como a atuação das ONGs vem ganhando um protagonismo nas questões das políticas sociais implica em

rediscutir a relação destas com o Estado e o mercado e como este processo produz valores sociais e rearticulam conceitos.

Assim como na maioria dos países da América Latina, no Brasil, o crescimento da participação da sociedade civil sobre questões de interesse público inicia-se, a partir da década de 1980 com a queda do regime ditatorial. A partir deste ponto, vários debates se abrem sobre o nascimento de um terceiro setor que se afirma pela negação dos outros dois setores – Estado e mercado – intitulando-se como não-governamental e não-lucrativo. O autor Rubens César Fernandes, em seu livro *O Terceiro Setor na América Latina* (2002), chega a levantar a hipótese de uma espécie de “revolução virtual” que implica em mudanças gerais nos modos de agir e de pensar das pessoas, graças ao aparecimento desta terceira figura que, em seu início, era representada pelas associações voluntárias.

Terceiro Setor é determinado por Fernandes como “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visa a produção de bens e serviços públicos” (ibid., p. 21). A proposta está no sentido de expandir os direitos da sociedade civil sobre a gestão dos bens públicos. O discurso que sustenta esta idéia é de que “a ‘vida pública’ não é feita de atos do governo, mas também da atividade cidadã” (Ibid., p. 22). Portanto, a discussão sobre a gestão dos bens públicos que antes era atribuída como responsabilidade do Estado, agora se legitima em uma prática do sujeito, ou seja, a prática cidadã.

Durante o período pós-ditatorial do país, a memória que a população tinha de um Estado democrático remetia aos chamados governos “populistas”, nos quais o Estado mantinha uma relação paternalista com a sociedade civil. No entanto, o que ocorreu foi um rearranjo nas linhas de gestão dos governos subseqüentes baseadas em uma política-econômica neoliberal. Houve uma retração do Estado sobre várias ações reguladoras e protecionistas e que coincidiam com um momento de crise econômica nacional. Taxas altas de inflação, queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto refletiam na estagnação econômica do país. Este período de transição começa a gerar uma perda da credibilidade nas leis e no sistema estatal por parte da sociedade civil.

Para Fernandes (2002), se o Estado recua em alguma área, novas instâncias de poder a preencherão e, no caso, o mercado dispõe de uma estrutura mais ágil. As inseguranças plantadas pelo novo Estado neoliberal, o não cumprimento do acesso aos bens públicos por toda a

população e as carências orçamentárias fizeram insurgir uma sociedade civil que buscou no setor privado os recursos para fins sociais (ibid., p. 92-95).

Neste cenário, a esfera privada começa a desenvolver um relacionamento com a esfera pública no que concerne à gestão dos direitos sociais. Isto implica em construir novos laços entre suas respectivas instituições, no caso, o Estado e o mercado. É dentro desta relação que surge o termo “responsabilidade social empresarial” dentro das empresas privadas que implica em uma conduta empresarial voltada não estritamente para o lucro, mas também com preocupações de cunho social. No mesmo sentido, o aumento da pobreza e o crescimento da violência urbana fazem com que as elites pensem em estratégias para amenizar o terror cotidiano a que assistem passivamente.

Esta aliança, entre Estado e mercado, para administração dos direitos sociais, torna-se foco de debates entre os pesquisadores. Encontra-se, mais uma vez, uma versão polarizada, principalmente, no que diz respeito aos direitos sociais. Pode-se verificar em várias obras a discussão sobre as mudanças do cenário social, no que concerne à relação entre Estado, mercado e sociedade civil (GOHN, 1997; MONTAÑO, 2003; PAOLI, 2002; VIEIRA, 2000; SOARES, 2000; SCHERER-WARREN, 1999 e outros).

Uma das perspectivas problematiza a questão tendo como foco uma defesa do ideal de Estado. Propõe uma relação dialética entre o Estado e o mercado: no Estado encontra-se a garantia do cidadão e do bem-estar social keinesiano (Well Fare State) e no mercado a garantia do lucro e do bem estritamente privado. Esta relação torna-se possível apenas na perspectiva do embate e nunca como integração, ou seja, uma relação de anulação recíproca, inversamente proporcional: a promoção do Estado implica, obrigatoriamente, no detrimento do mercado e vice-versa.

Do outro lado, as reflexões sobre a participação dos bens privados nas questões dos direitos sociais sugerem uma resignificação das práticas sobre as lutas sociais no país. Neste sentido, os movimentos sociais tiveram que se adequar à política estatal que deu margens para financiamentos na área social beneficiando instituições organizadas da sociedade civil. Aí o discurso não se coloca mais pelo viés do conflito, mas sim como complementaridade. O Estado, devido ao seu sucateamento e ineficácia, não teria mais condições de garantir direitos sociais a todos os cidadãos. Necessitaria, portanto, da interferência dos saberes e competências privados sobre questões de bens públicos. Resultado disto seria a submissão destes a uma forma

burocrática de atuação, mas que, por outro lado, traria consigo uma perspectiva mais eficaz e objetiva de atuação, o que não acontecia nos movimentos sociais. Por esta perspectiva não caberá analisar aqui suas reflexões quanto ao processo de transformação dos movimentos sociais, mas apenas sobre o papel das ONGs nesta nova realidade.

Alguns autores que adotam o discurso ideológico estatal (MONTAÑO, 2003; VIEIRA, 2000; SOARES, 2000), pressupõem que a minimização da atuação do Estado submete todos os programas políticos, inclusive as políticas sociais, em favor de uma política econômica neoliberal e que este movimento causa prejuízos para a população em massa.

Nesta perspectiva, investe-se em idealizar o que seria o Estado de Direito. Neste modelo, Evaldo Vieira (2000) faz uma distinção esclarecedora sobre o papel do Estado de Direito que implica em quatro princípios: 1) o império da lei, em que a lei comum se relaciona e se subordina a uma constituição; 2) a decisão de poderes entre poder legislativo, poder judiciário e poder executivo; 3) a legalidade da administração que funciona conforme o poder judiciário; e 4) a garantia dos direitos e liberdades fundamentais que é o ponto central de qualquer Estado de Direito. Neste sentido, uma sociedade democrática é aquela que tem real participação sobre a gestão destes princípios.

A política social de uma sociedade democrática, assim como, política econômica, política educacional, política sanitária e outras afins, são projetos e estratégias do Estado. Em algumas situações, um desses programas políticos pode ser eleito pelo Estado como base para a condução de suas estratégias de ação. Em sua crítica ao contexto contemporâneo da ação do Estado, Vieira (op. cit.) reforça o embate entre Estado e mercado. No Estado Liberal, como no caso do Brasil, a estabilidade e o crescimento econômico são suas bases de ação subjugando todas as outras políticas de intervenção a esta proposta.

Outro autor, Soares (2000), defende a existência de um “ajuste neoliberal da questão social” que retrata o avanço do capitalismo aprofundando as diferenças sociais, instaurando padrões de produção e consumo que poucos conseguem atingir e criando os bolsões de pobreza e a internalização de valores neoliberais de unificação monetária e financeira. Por meio desta política macroeconômica, a autonomia do Estado Nacional é reduzida apenas às regulamentações econômicas em prejuízo a outras áreas que seriam de atuação estatal como é o caso das políticas sociais.

Os pobres passam a ser uma nova “categoria classificatória”, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de “pobre” por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio do mercado existem, “naturalmente”, ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora (SOARES, 2000, p. 13).

Tem-se, portanto, por esta perspectiva, a destruição de um Estado, supostamente eficaz e atuante, por meio da privatização das empresas estatais, que, estrategicamente, diminuem a atuação estatal quanto ao rumo estrutural de intervenção sobre os bens públicos. Segundo Soares (2000), quatro estratégias contribuem para o ajuste neoliberal: 1) a privatização, tanto total, quanto parcial, de serviços públicos; 2) a “focalização” do serviço público-estatal dirigido apenas à “categoria de pobres” dando, por exemplo, origem aos “testes de pobreza” ou aos “garotos de projetos sociais” e outros modos de exclusão social, por meio de uma falsa proposta de inclusão; 3) a atuação da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos como substituta do serviço público-estatal e; 4) os programas de combate à pobreza que se reduzem a um “caráter residual, emergencial e temporário” (p. 78-80).

Montaño (2003) coloca no mesmo sentido que o ajuste neoliberal visa promover um Estado Mínimo que garanta apenas a manutenção das estruturas financeiras com a finalidade de dar condições de desenvolvimento do mercado. O surgimento de uma outra categoria chamada “Sociedade Civil Organizada”, que viria com o intuito de “suprir o buraco” deixado de lado pelo poder público, surge como uma prática e um saber necessários para o desenvolvimento social.

Em uma outra concepção, Gohn (1997), Scherer-Warren (1999) e Mance (2000) atribuem às ONGs a função de órgão fiscalizador e proponente legal das discussões sobre os bens públicos e garantia de direitos.

Em outra perspectiva, Gohn (1997) afirma que o contexto atual decorre de um enfraquecimento dos movimentos sociais a estratégia de combatitividade e de manifestações populares é substituída pela mesa de negociações e estes “novos atores sociais” acabam por se limitar ao papel de cooperadores da máquina estatal. O Estado, por sua vez, estimula este processo, pois garante formas de movimentos sociais que não estejam voltados contra ele, mas que se adequem às suas diretrizes para atribuir um viés de maior profissionalização e eficácia de suas atuações.

Estas organizações, teoricamente surgidas das próprias comunidades de movimentos sociais, agora se institucionalizam e começam a produzir um conhecimento técnico. Estas novas

instituições não teriam nenhum vínculo partidário ou lucrativo de ação, mas se inseririam, assim mesmo, no mercado de trabalho como profissionais especializados no interesse público. As ONGs teriam, deste modo, um papel mediador entre o Estado e a comunidade que coloca a questão da eficiência do trabalho social terceirizado, imputando-lhe uma natureza idônea e solidária.

Nos locais em que havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social local. Estas redes são formadas pelas lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena, que agora assume o papel de responsável por etapas ou processos dos projetos em andamento, e por técnicos das ONGs, profissionais semiqualeificados ou com qualificação, mas principiantes no mercado de trabalho, atuando como assalariados num campo de trabalho pouco preocupado com as questões ideológicas ou político-partidárias, e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos projetos, pois disso depende a sua continuidade e, portanto, seu próprio emprego. Os partidos políticos perdem espaço e importância nesse novo cenário (ibid.. p. 36).

Nesta mesma lógica, a diferença na relação entre Estado e comunidade está em que antes era uma questão de demandas colocadas do segundo para o primeiro e que agora, a partir da década de 1990, não há uma verticalidade, mas sim uma horizontalidade, uma relação de parceria. Supõe-se que, desta maneira, o exercício de cidadania começa a se transformar, pois antes possuía uma postura corporativista, na qual interessava ao sujeito a garantia dos seus próprios direitos ou do seu grupo, mas agora a cidadania deveria ser pensada em termos coletivos e representada por instituições de interesse público que se caracterizam por estar entre o público e o privado. Um espaço público não-estatal e sem fins lucrativos, fortalecido pela possibilidade de fragmentar-se em instituições de personalidade jurídica de direito privado.

A argumentação para intervenção das ONGs sobre as questões sociais fundamenta-se na criação de um fato. A sobreposição do saber técnico, profissional e qualificado, em detrimento à vivência e militância dos personagens sociais inseridos no contexto focado a se interferir. Este saber técnico ganha o status de verdade ao se afirmar como idôneo de interesses e como produtor eficaz de resultados. O poder da qualificação profissional torna-se um fato acima de suspeitas e ponto de partida para a elaboração das novas estratégias de intervenção social. No entanto, esta nova tecnologia está submetida à volatilidade do mercado de trabalho que, por sua vez, irá definir em qual profissional deve-se investir. O trabalho social deve-se à produção de resultados para poder assegurar investimentos. Desta forma, qualquer tática de resistência não encontra muito

espaço neste cenário, já que este trabalho de resistência não pode depender de resultados para preservar sua potência transformadora.

Neste tipo de discurso, como consta no início da última citação, supõe-se que o movente principal seja a articulação de parcerias. Um tipo de relação que gera ações mais coletivas e permanentes e evita que a comunidade se sujeite às resoluções momentâneas e partidárias sobre questões sociais. Um dos conceitos apresentados para fundamentar este exercício de cidadania coletiva é então o de formação de redes de articulação. Estas redes seriam formadas por sujeitos sociais, por associações civis e pelo Estado. Sobre tais aspectos Scherer-Warren (1999, p.15) coloca que se trata de uma “relação de responsabilidade e de autocriatividade positiva, não destrutiva, que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com a sociedade em que vive. É a idéia do sujeito-no-mundo ou do cidadão-no-mundo”.

O novo cenário social, que se defende por esta linha, é produto de articulações e, é somente deste modo, concretizado nas redes de instituições em que as ações sociais assumem uma postura mais legítima e eficiente. As redes de articulação de interesse público são, portanto, colocadas como a menina dos olhos do ativismo social, o sustentáculo, a garantia de projetos mais completos e objetivos em benefício da comunidade, ou seja, o passo de modernização deste processo.

A constituição de redes na prática de intervenção social transformou questões, anteriormente corporativistas, como os movimentos dos favelados ou dos sem-terra, em questões éticas e de revalorização da vida humana de maneira geral, como os problemas de desemprego, moradia e fome. As redes ainda se caracterizam por apresentarem pluralidades culturais e ideológicas, o que contribui para o exercício de respeito às diferenças, adotando uma característica transversal de atuação, de maneira a cruzar por diversas instituições: ecumênicas, científicas, partidárias, estatais e populares (DOIMO, 1995).

Outro ponto seria de que as redes estabelecem uma relação de reciprocidade que trocam elementos entre si e que podem desdobrar-se em outras unidades, que, por sua vez, se articulam entre si e dão abertura a outros desdobramentos criando novas unidades. É uma estratégia contínua de articulação que impossibilitaria qualquer centralização do exercício político da cidadania (MANCE, 2000). As redes, por possuírem esta capacidade contínua e virtual, por exemplo, através de redes informacionais (revistas, livros e sites na internet), têm um alcance tanto local, quanto global em suas articulações. As redes ainda teriam a capacidade de se

articularem instantaneamente, conforme a demanda, não necessitando, assim, de uma mobilização constante sobre uma questão específica.

Nessa transformação, as ONGs ganharam maior espaço e centralidade na direção e condução do próprio movimento. Este aspecto também tem seu lado positivo: demonstra que a ausência de mobilização não significa colapso da rede movimentista social porque quando necessário, as ONGs acionam as ações coletivas e o movimento social reaparece em cena: impeachment, contra-reformas, etc (GOHN, 1997, p. 52).

Todos estes discursos produzem um saber que anuncia valores naturais ao funcionamento em rede como, por exemplo, o da coletividade, da maior oportunidade de participação do cidadão, da potencialização de informações, da autonomia política e, por fim, da capacidade de proliferar e dissolver rapidamente as propostas de mobilização popular. Completa-se então esta forma de pensamento colocando as redes como foco natural de resistência à precarização dos direitos do cidadão.

Pelbart (2005) ao pesquisar sobre a concepção do conceito de tempo-movimento nas obras de Deleuze afirma que um acontecimento está contido em um tempo e não o contrário. Isto significa não analisar o tempo incluído na rede, mas analisar a rede incluída em um fluxo de tensão e distensão que é produto e criador de linhas enunciativas. Ser produto envolve admitir o risco de se capturar pelo sistema normativo e ser criador implica em ter a autonomia de fugir destas capturas e fluir em novas práticas.

Uma rede social estaria aberta a receber instituições de diferentes focos estratégicos, mas resiste ao não reproduzir estas estratégias, portanto este é o seu risco e sua proposta. Sua metodologia de ação seria de construir táticas de acesso às políticas públicas para a população e táticas para esta se articular. No entanto, seria ingenuidade atribuir um funcionamento natural de coletividade e participação pelo uso da relação em rede como tecnologia de intervenção social. Se uma rede é aberta ela está sujeita também a se conectar com arborescências, ou seja, formas cristalizadas de poder que podem produzir sentidos coletivos que sejam de seu interesse (DELEUZE; GUATTARI, 1995, v. 1, p. 37).

Estes questionamentos finais tencionam, por sua vez, este estudo e o bifurcam para além de uma conexão entre os conceitos de cidadania e de rede social. O tema é lançado para o campo das subjetivações, ou seja, para dentro de um campo múltiplo de enunciados que racha a interioridade das análises apresentadas invertendo-as ou conectando-as com o fora.

3. A formação do diagrama e algumas pistas acerca das subjetivações

A proposta deste estudo não é de identificar, no plano social, categorizações fixas de função do Estado, do mercado ou do Terceiro Setor. O que interessa é identificar como se desenvolvem vias de captura carregadas de verdades subjetivadas focalizadas em formatar uma prática de ação [moral] social que defendem a preservação de direitos e deveres que não foram construídos pelo grupo a que se pretende beneficiar, mas que foi trabalhada dentro deles para beneficiar um funcionamento “saudável” da sociedade.

Entende-se por diagrama, o delineamento de traços gerais, os quais tornem possível posicionar determinado fenômeno. Tal e qual o trabalho cartográfico para a construção de mapas geográficos, a criação de um diagrama oferece parâmetros para definir as diferentes formas de se apresentar as nuances de uma superfície.

Sobre o primeiro ponto levantado no capítulo anterior, viu-se a construção de um modelo que afirma uma suposta prática de cidadania caracterizada por valorizar um tipo de participação da sociedade sobre as crises sociais. Este processo passa a ser hierárquico, quando apenas a sociedade civil que se organiza terá condições para deliberar sobre as crises sociais, ou, senão, comandar estas deliberações. Apenas a sociedade organizada terá o subsídio intelectual e tecnológico para receber o apoio do mercado ou do Estado, tanto político, quanto financeiro, por meio do financiamento de projetos e tecnologias sociais. Sobre esta concepção de intervenção, Deleuze (1992) expõe a seguinte crítica: “Não é de um comitê de sábios, comitê moral e pseudocompetente, que precisamos, mas de grupos de usuários. É aí que se passa do direito à política” (p. 210).

Vê-se, ainda, a estruturação de políticas de financiamento estatal para instituições desta área que ditam, a título de seleção, como esta atuação deve se configurar para receber tais financiamentos. Neste caso, uma ONG que delimita seu modo de atuação conforme o que o Estado exige como prioridade, está se submetendo a deliberações representativas e legitimadas pelo modelo democrático. Em contraponto, se a política de financiamento que sustenta uma

determinada ONG provém de instituições privadas, submetidas aos desejos do mercado, significa que seus projetos de ação foram configurados a partir desta demanda. Não se pretende determinar estas duas possibilidades de relação como opostas uma à outra ou, então, classificá-las como distintas, pois a forma é mais dinâmica.

O discurso pela participação democrática e pelo exercício de cidadania perde sentido e se esvazia ao se perceber sustentado por uma prática paternalista. Uma moral cidadã que é instrumento de poder social e aparece como um modelo de ação que se baseia em um sujeito voluntarioso e solidário a uma causa vazia.

O sujeito contemporâneo precisa respeitar um discurso que lhe oferece tecnologias de ações limitadas, isoladas e pontuais. O discurso, completamente inserido em um projeto de modernidade individualizante, esforça-se para construir um sujeito “politicamente correto”, mas eticamente vazio. Se for fato que a lógica de mercado está infiltrada nas ações sociais, torna-se coerente vê-lo conectado a todos os tipos de enunciados que o impulsiona.

Paoli (2002) discute sobre o surgimento de um empresariado social que começa a se apoiar em uma nova concepção de cidadania, ou seja, uma incoerente participação do empresariado em ações sociais que resulta na promoção de um tipo de intervenção social que lhes interessa e os promova na sociedade adotando um caráter filantrópico.

Neste contexto, duas verdades construídas historicamente são trazidas em pauta: o surgimento de uma democracia ampliada a partir da década de 1980 em que se supera o regime militar da ditadura e traz à tona uma concepção de cidadania atrelada ao Estado na forma da democracia representativa; e a o surgimento de grandes bolsões de pobreza, em que o modelo governamental neoliberal se agita para encontrar soluções.

Neste sentido, Paoli ressalta sua postura conceitual colocando que para pensar a questão da cidadania deve-se “manter a dimensão crítica do conceito muito próxima da complexidade empírica dos conflitos concretos por direitos, operando, assim, com os acontecimentos singulares que desvendam uma sociedade fragmentada pela multiplicação de suas históricas desigualdades” (ibid., p. 377). Sendo assim, a questão da cidadania está ainda atrelada à garantia de direitos pelo Estado. A autora ainda relata como se produz uma falsa concepção de fragilidade do Estado – já que o mercado é uma lógica de atuação do próprio Estado, para justificar a mercantilização do mesmo diluído no indivíduo, ou seja, no próprio cidadão.

A palavra “cidadania”, circulando como linguagem conotativa de civilidade e integração social, e portanto aparecendo como uma alternativa de segurança e ordem incapaz de ser fornecida pelos tradicionais modos autoritários e policiais de agir e de pensar sobre estes problemas, gerou na opinião pública uma demanda por responsabilidade apenas secundariamente dirigida ao governo. De fato, esta demanda foi capturada através do apelo ao ativismo social voluntário da população, e a palavra “solidariedade” tornou-se, no senso comum, a disposição altruísta voluntária de um indivíduo, uma organização ou uma empresa, um quase sinônimo de cidadania (ibid., p. 377).

Este parágrafo deixa claro o processo pelo qual tecnologias neoliberais se apropriam de uma demanda causada pelo contexto de crise produzido na crença de um Estado que deveria defender o bem-estar social gerando uma demanda pelo ativismo social voluntário da população. Com a construção desta demanda e, por conseqüência, a própria insatisfação de um desejo não saciado, a população frustrada com o Estado, não deposita mais neste a responsabilidade pelo alcance da justiça social.

Paoli localiza ainda um momento crucial destas transformações quando os movimentos sociais ou sindicais perderam força a partir da década de 1990. É neste momento que se fortalece um outro modo de organizar a sociedade civil. As ONGs se apropriam desta crise e defendem a ampliação de sua participação política sustentados pelo discurso de que os bens públicos precisam ser geridos de forma mais responsável e de que o Estado não teria mais a competência para tal empreita. Sendo assim, a discussão política sobre a questão social assume um caráter mais técnico e pragmático com os governos dispensando a massa populacional das decisões que lhes concerne. A problemática colocada pela autora é que novamente há, assim como, no Estado paternalista, a expulsão da população em massa nas decisões sobre a gestão dos bens públicos.

Outro fato que se desdobra é a protagonização do voluntariado que não se caracteriza por ser algo iniciado pela população, mas sim, uma produção desta demanda de cidadania despolitizada que se revela como uma tecnologia de controle da ação social. Este modo de intervenção autodenominado como solidário se torna privilégio de poucos que podem dispor de algumas horas semanais para “se dedicar aos pobres”. Não que esta experiência será em vão para as partes envolvidas, já que os dois pontos mais valorizados são a troca de experiências e a oportunidade de ajudar, todavia, o maior problema está no alcance local e emergencial desta ação.

Agora sujeitos a serem natureza descartável pelo próprio desmonte do setor público e pelo menosprezo à universalidade dos direitos de cidadania, sujeitos a todas as formas de violência, separados e hierarquizados pelas barreiras da passagem do privado ao público, resta-lhes a

esperança de serem capturados pelas políticas compensatórias e localizadas da filantropia social organizada do âmbito dos grupos da sociedade civil (ibid., p.389).

Uma nova idéia é passada para a população em que se faz necessário um levante voluntário por parte desta para solucionar os problemas mais emergentes. A produção desses “novos atores sociais” é comandada por estas ONGs que dependem de poucos financiamentos disponibilizados pelo Estado e que se configuram, em sua maioria, em financiamentos privados tendo como argumento sua eficiência em gerir projetos extremamente funcionais, pois apresentam soluções rápidas para os problemas de bem comum.

Como foi discutido no capítulo anterior, os trabalhos sociais também vêm se caracterizando por utilizar uma tecnologia em rede. Este tipo de relação organizacional se intensificou a partir dos anos 1980, se especificando primeiramente no setor econômico na organização da produção e na configuração dos mercados ao redor do mundo (CASTELLS, 1999). Este tipo de tecnologia permitiria maior flexibilidade e integralidade nas relações comerciais.

Conforme visto, as ONGs, em sua tentativa de modernizar suas ações, captaram (e foram capturadas por) algumas técnicas de mercado e o funcionamento em rede é uma delas. O que se observa é que, mais uma vez o discurso empresarial invade o plano das intervenções sociais, afirmando um modo de participação politicamente correto.

A proposta desta pesquisa, em analisar uma formação de rede social do Monte Cristo, não pretende descrevê-la neste sentido técnico, mas extrapolá-lo. Isto significa não reconhecer apenas um funcionamento em rede de forma técnica e limitada às instituições envolvidas nesta prática, pois implicaria em negar toda uma complexidade de ações sociais no local que podem funcionar em rede. É preciso que se faça notar um tipo de produção das práticas que não se baseie apenas por uma artificialidade técnica, que é reproduzida, mas que provenha de um tipo de relação em rede que a remeta como estilo de vida.

Neste ponto de discussão, situa-se mais uma diferenciação deste trabalho, ou seja, não se limitar ao discurso que anuncia uma organização em rede, mas fazer figurar um funcionamento em rede fora de qualquer modo institucionalizado de relação.

Pretende-se, portanto, não falar apenas de relações em rede no sentido técnico-institucional, mas de um movimento rizomático das articulações na área das políticas públicas deste local e os diferentes sujeitos envolvidos. Neste sentido, a rede pode ser um rizoma que não se limita a um tipo de conexão, mas é um eterno conectar de cadeias. É uma forma de dar vida à

rede. Proporcionar uma dinamicidade de convivências a partir de conexões entre suas atividades e as linhas marginais. O exercício de criar novas conexões e provocar tensões a-significantes que produzam outras linhas.

Fazer uma diferenciação entre uma rede e rizoma é colocar em planos diferentes o que se afirma como organizacional e o que revela como acontecimento. O conceito de rizoma, como indicado anteriormente, é desenvolvido por Deleuze e Guattari (1995, vol. 1, p. 7-37) a partir de uma lógica que parecia limitada à botânica. Na demonstração de um pensamento transversal este conceito se desloca para as práticas do sujeito.

Na concepção moderna, um sistema radícula, iria figurar um sistema de enraizamento implícito de arborificações que se faz ver e anunciar. Contudo, estes autores mostram uma outra possibilidade de existência das plantas que dispensa as arborificações. Neste processo, as raízes atuam na superfície e continuam a se ramificar sem que seja possível perceber um caule principal ou protagonista, para fazer figurar um caule em forma de raiz (ibid., p.14). Neste caso, é o movimento que se perde na multidão, para poder encontrar e potencializar um eterno multiplicar de acontecimentos.

Esta é a própria movimentação rizomática, um sistema em rede que não se preocupa em adequar-se a normatividades, pois não pretende se estabelecer. Não é uma instituição ou um saber uno. É a intersecção momentânea de ações e saberes que se territorializa, no momento seguinte se desfaz e, consecutivamente, se faz possível em outra forma (DELEUZE; GUATTARI, 1995, vol. 1). Não tem começo, não tem fim, não tem predominância ideológica: são linhas que se encontram e formam pontos de ação e, em seguida, tomam rumos diferentes para criar outros pontos de ação em outros lugares.

É neste sentido rizomático – formação múltipla e espontânea em rede – que se torna possível figurar uma descrição que não se caracteriza por limites externos, mas pelas suas formas de conexões, pelas suas convergências e pelas suas bifurcações. Desta forma, pretende-se fazer uma topologia de um todo aberto sem um princípio de causalidade para regê-lo ou de previsibilidade para limitá-lo. (KASTRUP, In: FONSECA; KIRST (org.), 2003, p.53)

Seria como o conceito de beleza desenvolvido pelo escritor tcheco Milan Kundera em seu livro “*A insustentável leveza do ser*” (1985). Em uma pequena parte deste livro (106-108), o autor compara as diferentes belezas que se fazem perceber na Europa e em Nova York. Na primeira constrói-se uma “beleza premeditada” pautada em uma “intenção estética e um plano

longo de alcance”. Enquanto que em Nova York faz-se notar uma “beleza involuntária” ou uma “beleza por engano” que se reflete em um misto de diferentes culturas, arquiteturas e, portanto, relações. Neste caso, não há uma previsibilidade técnica, há apenas um desencadeamento de acontecimentos que formam uma imagem multicolor e *non sense*.

Podemos, em analogia a esta ilustração, fundamentar as destinações deste trabalho que pretende situar, em uma topologia das subjetivações, as diferenças inerentes a uma rede técnica e uma rede involuntária que se formam no bairro do Monte Cristo sobre as mesmas questões sociais que o aflige. Os pontos de divergências e convergências neste território, tendo como pano de fundo as questões sobre o exercício de cidadania e a utilização da relação em rede como técnica ou possibilidade de intervenção, serão o movente da descrição a ser feita no próximo capítulo.

A partir destas pistas, é possível formular três tipos de analisadores que compõem o diagrama e enriquecem a composição do quadro em descrição. Como pano de fundo encontram-se as ONGs, que estabelecem um vínculo com a lógica de mercado para executar suas ações de interesse público.

Primeiramente, vê-se a produção subjetiva de um sentimento solidário que valoriza uma cidadania agora descolada do Estado e que se alimenta da “boa vontade do cidadão”, para produzir uma falsa noção de participação social. Este processo ainda se desdobra em um mecanismo de estratificação, pois os problemas sociais são indicados por meio de uma concepção de focos populacionais problemáticos. Este tipo de raciocínio hierarquiza a participação do cidadão em que os mais abastados precisam dar assistência aos mais pobres. O resultado é que estes “novos atores sociais” se tornam, por merecimento, melhores cidadãos participativos. No entanto, pode ser este um fator que impede um desenvolvimento real de processos de politização ativa do sujeito.

O segundo fator analisador põe em pauta a discussão sobre como o processo de institucionalização da esfera privada em terceiro setor visa conseguir maior influência para manter as deliberações sobre as políticas sociais nacionais longe do alcance da multidão. Neste processo, encontra-se um denominador comum entre Estado e mercado, pautados pela concepção neoliberal e positivista, que sempre se fez presente na história da democracia brasileira. Como dito em momento oportuno, este modelo implica em garantir os direitos civis e sociais do

cidadão, mas, em contraponto, lhe regula a potencialidade de exercer efetivamente seus direitos políticos.

Este último fator de análise permitirá reposicionar as perspectivas do trabalho em rede, no sentido de descrever em quais lugares fazem-se perceber as implicações de uma reprodução técnica deste tipo de funcionamento, bem como, perceber onde aparecem formas efetivamente coletivas e desejantes de um trabalho em rede.

Estas três características são colocadas como ações silenciosas de um “poder social” (GUATTARI, 1995), o qual não se encontra, não se localiza, mas se percebe, se habita. É nesta perspectiva que se construiu um diagrama de análise para posicionar os acontecimentos dos planos de consistência que virão a seguir.

PARTE III:

CARTOGRAFIAS

No plano precedente foi possível descrever como alguns enunciados podem esvaziar e, em seguida, (re)significar um conceito como o de cidadania, dependendo da forma que são agenciados no coletivo. As perspectivas apresentadas indicam por quais discursos é possível redimensionar uma ética cidadã e nos deixam algumas pistas a serem trabalhadas neste capítulo: 1) a produção de uma suposta ética de participação ativa sobre a gestão dos bens públicos implicando em uma nova forma de enunciar a cidadania; 2) a mercantilização da área social e o processo de terceirização da gestão sobre as políticas públicas; e 3) a construção de tecnologias de ação social, entre elas, a de rede.

Estes três eixos de análise carregam consigo as várias enunciações apresentadas até o momento, provocando conexões entre si e dando forma às práticas das redes sociais. Neste momento, estas conexões serão colocadas para fora de seu núcleo e re-significadas a partir de seu plano de possibilidades. Os fluxos, os territórios, as máquinas, os universos de desejo, independentes de suas diferenças de natureza, fazem parte de sistemas de tensão que são processos de engendramento e de transformação reais dentro do território que será descrito. Nestes planos de imanência transitam, tanto tecnologias de poder, como de resistência. Colocar a questão da nova prática da cidadania e o uso da tecnologia de rede em um plano como estes, envolve descrever como o sujeito contemporâneo se relaciona com estes discursos e estas tecnologias.

Partir de uma análise das subjetivações implica em abarcar formas de criações singulares que não estão imunes às tecnologias de controle, mas que têm a potência de invertê-las, revertê-las e re-significar. Neste sentido, o sujeito tem a capacidade de se posicionar, ou seja, de produzir lugares ou possibilidades até então inexistentes. Controle e resistência se movimentam e se comunicam por fluxos fazendo desvelar um território em constante movimentação de poderes. Desta forma, é preciso diferenciar como uma tecnologia pode ser utilizada como técnica de controle e como pode ser percebida como resistência quando se localiza na ordem dos acontecimentos táticos e coletivos próprios do território.

1. A necessidade faz o coletivo:

história de ocupação e apropriação do bairro Monte Cristo

No capítulo introdutório desta pesquisa, apresentou-se o território a partir de uma sucinta descrição paisagística. Dá-se o momento de ampliar este olhar em forma de planos de existência – ou platôs de imanência – que habitam e constroem o bairro Monte Cristo.

O conceito de cidadania, na forma como foi trabalhado no capítulo anterior, servirá agora como um diagrama, em que serão posicionados alguns acontecimentos que se fazem perceber enquanto articulações em rede, que têm como prática realizar intervenções sociais no local.

Ao decorrer da descrição será possível perceber que estes discursos podem transitar, como já foi visto, sobre três planos distintos que produzem intervenções sociais: o mercado, o Estado e as organizações da sociedade civil.

O primeiro acontecimento a ser registrado é a história de ocupação e apropriação do território que hoje é legitimado como bairro Monte Cristo. Como roteiro para a descrição será utilizado um registro que foi feito durante esta pesquisa sobre uma das etapas do Curso Permanente de Capacitação para Lideranças do Bairro Monte Cristo. O evento citado foi promovido pela Rede de Instituições e Entidades Articuladas do Bairro Monte Cristo com o objetivo de instrumentalizar as lideranças do bairro para elaborarem ações em conjunto pela melhoria de políticas públicas no local.

O registro se trata, especificamente, de uma atividade deste curso que tinha como objetivo resgatar a história de constituição das comunidades do bairro Monte Cristo, por meio dos relatos orais feitos pelos próprios moradores que estavam participando do encontro. Desta forma, foi sendo montado um registro histórico a partir de seus testemunhos como pode ser percebido a seguir.

Relato pelos participantes da história de ocupação do bairro Monte Cristo
Registro de atividade do Curso de Capacitação para Lideranças do Bairro Monte Cristo

O bairro Monte Cristo é formado por nove comunidades: Monte Cristo, Nossa Senhora da Glória, Chico Mendes, Novo Horizonte, Santa Terezinha I e Santa Terezinha II, Nova Esperança, Panorama e PROMORAR.

Éramos um grupo de migrantes vindo do oeste do Estado que chegou em Florianópolis há 23 anos em procura de lugar para morar. Recebemos a indicação por um funcionário da COHAB que havia um terreno para ser habitado. Fomos para lá em algumas famílias e montamos nossos barracos de três metros quadrados. No início as condições eram precárias, o banho era gelado e meus filhos sofriam com isto. Havia a família do Seu Pontes, Seu Elias, Dona Joaquina, Seu Romalino e Dona Neves. Naquela época não havia nem luz, nem esgoto e nem água. O banheiro era aquela região onde estão construindo a creche. Onde foi construída a rua onde moramos, nós havíamos aberto com inchada. Hoje é uma rua bonita e calçada. Hoje nós vemos como as coisas mudaram e como melhoraram em comparação ao que era antes. Naquela época nós catávamos papelão durante a noite e ajudávamos na construção das casas durante o dia em forma de mutirão. Tínhamos que fazer lajotas para tampar o esgoto que ficava a céu aberto. O banheiro foi feito e tinha que dividir com mais cinco famílias. Nós íamos em fila para a CELESC conseguir luz e eles viravam as costas para nós.

Cada uma dessas comunidades tem sua história, suas lideranças, seus objetivos. A história do Novo Horizonte começa em 27 de julho de 1990. Formou-se por 98 famílias e foi a primeira comunidade organizada pelo Movimento dos Sem Teto. O Espaço ocupado estava em posse da COHAB. Ocupamos e ficamos três meses sem luz e água. Quando se ocupa um espaço como este é formada uma comissão para conversar com os órgãos públicos, pois nós não queremos somente a terra, mas também uma moradia adequada que é de nosso direito. Se nós tivéssemos o dinheiro para comprar um espaço isto seria feito, mas ninguém tinha condições de comprar. E o melhor para conseguir este direito é unindo nossas idéias, pois unidos conseguimos várias coisas, como, por exemplo, o que nós já conquistamos: rede de esgoto, água, luz, centro comunitário e outras conquistas. O objetivo não é parar onde estamos, mas de conseguir mais coisas. Sabemos que nosso bairro, de certos anos para cá, veio se modificando como qualquer outro bairro em Florianópolis, pois a violência está aumentando, não apenas no continente, mas também em toda a cidade. A violência não está somente no Brasil, mas, como vimos no encontro passado, também está no mundo todo. O que nós temos que fazer é ir conversando, traçando idéias para mostrar que somos pessoas dignas e cidadãos que têm os seus direitos.

Este grupo do Movimento dos Sem Teto é um conjunto de pessoas ligadas aos sindicatos e igrejas formando o CAPROM (Centro de Apoio e Promoção do Migrante) que apoiava o pessoal que vinha de outra cidade e não tinha onde morar. O terreno ocupado era plano, sem nada em cima contendo apenas umas valas e pertencia ao órgão público. A nossa intenção não é ficar na terra de graça, pois ninguém quer nada de graça, mas sim pagar pelo que nós temos direito. Queremos ter nossa escritura para fazer o que bem entender com o que é nosso.

Há 13 anos na Chico Mendes era só barro, não havia quadra nem campo de futebol. Naquela época as caçambas da construção vinham jogar entulho e madeira. Então nós pegávamos as tábuas e madeiras para montar o nosso barraco. Aí nós começamos a puxar e aumentar os barracos. Ainda não havia esgoto nem nada. A vigilância sanitária da Prefeitura Municipal veio e pôs uns banheiros ao ar livre onde todos eram obrigados a dividir. Havia vezes em que os moradores utilizavam estes banheiros até para fugir da polícia.

Na época de 1990, ainda estavam acontecendo as ocupações de comunidades. Nas reuniões do CAPROM eram organizadas as ocupações dos terrenos e grupos voluntários para montar os barracos e fazer mudança. Diferente da comunidade do Novo Horizonte e Nova Esperança, a Chico Mendes não foi ocupada de uma vez só, mas sim aos poucos. Os primeiros habitantes

moravam perto da Escola América Dutra Machado e havia ainda muitos espaços. A luta implicava nas tentativas de alguém conquistar um pedacinho de chão para morar, trabalhar e viver uma vida.

Começou-se a montar o estatuto das associações de moradores destas comunidades em que tiveram seus primeiros presidentes e diretorias. Nas assembléias que o CAPROM fazia com os moradores, chegaram até a planejar um espaço para a creche. Este rumo foi perdido, pois a creche não foi montada pela comunidade conforme seu gosto. O estatuto da associação de moradores da comunidade da Nossa Senhora da Glória foi formado em 1995 e bem depois vieram os estatutos do Novo Horizonte e da Chico Mendes, pois a Nossa Senhora da Glória tinha moradores há mais tempo. Como foi dito, nestas comunidades não havia infraestrutura nenhuma e as conquistas que vieram até hoje não foram de graça. A primeira preocupação do assentado foi água e luz e eles foram apoiados por sindicatos e pelo CAPROM. A construção estatutária deu mais força para assegurar a moradia à comunidade. Então o próximo passo foi lutar por creche, escola, pavimentação e outras coisas que ajudam a melhorar a situação do bairro. Hoje nossas comunidades têm apenas o básico.

Na época das ocupações havia uma preocupação pelo teto. Havia a participação em massa e as assembléias tinham a participação das massas. Os “cabeças” das organizações tinham um apoio significativo. Atualmente, poucos dos que participaram dessas ocupações, participam das associações de moradores.

Naquela época, éramos obrigados a ir a pé até às Prefeituras de São José e de Florianópolis, pois nem tínhamos dinheiro para pegar o ônibus. Chegamos até a correr atrás de um prefeito para que ele pudesse nos atender. O descaso era enorme.

Na região da via expressa, onde é hoje o supermercado BIG, havia uma outra comunidade com mais ou menos 70 famílias que tinha até associação de moradores e que foi expulsa para outros lugares. Durante este período foi feito o cadastramento, em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina. Essas famílias foram mandadas para as regiões do Ratonés e Saco Grande. A comunidade do Monte Cristo havia ocupado primeiro um terreno onde é hoje a Assembléia Legislativa, localizado no centro de Florianópolis, e somente depois foi transferida para a região do pasto do gado.

As lideranças em conjunto ficavam responsáveis por fazer um cadastramento das famílias para que fosse possível lutar pelos direitos dos moradores. Conquistas como as pavimentações de algumas ruas foram feitas na base do mutirão e durante o orçamento participativo, organizado pela prefeitura. Em 1998, veio o Projeto Habitar Brasil que consistia em construir 142 habitações e, atualmente, veio o Projeto Habitar Brasil - BID que está deixando os moradores angustiados, pois eram para ser construídas 421 casas e foi mudado para 344.

Há 8 anos atrás ainda havia banhados e os esgotos ainda estavam a céu aberto. As únicas praias que as crianças freqüentavam era a Praia do Cagão. Nesta época ainda era possível perceber que os moradores eram mais unidos.

O único meio de conseguir água era esperar em uma fila muito grande que ficava em frente à escola, pois havia uma torneira para o lado de fora do muro e era ela a nossa única fonte. Havia ainda o Sopão que era distribuído pela escola. A escola, naquela época, era mais aberta para a comunidade. A Escola América Dutra Machado foi construída por motivo de reivindicação da comunidade PROMORAR. As comunidades do PROMORAR e do Panorama foram construídas para as pessoas que vieram trabalhar na empresa Eletrosul. Atualmente, percebe-se que a comunidade mudou muito, pois, ao mesmo tempo em que há água, luz, e esgoto para todos, há outras necessidades urgentes das quais os moradores não se mobilizam mais para resolvê-las em comunidade.

Antes da construção da Havan, ao lado do Big, a região era cheia de barro e havia também um posso que era conhecido como Pocinho do Big. As crianças passavam o dia todo nadando e para comer pediam a marmita de pessoas que trabalhavam por ali. Durante a construção do prédio da prefeitura, popularmente conhecido como Carandiru, as crianças brincavam de fazer umas arminhas de elástico e grampo.

Uma grande perda que a comunidade teve e sentiu foi a do campo de futebol. Todos utilizavam aquele espaço, tanto a criança e o jovem, quanto o adulto e o idoso. O espaço era utilizado para várias coisas. Ali o pessoal realmente se organizava: tinha espaço para jogar taco, tinha espaço para jogar tampinha, bolinha de gude, jogar pinhão, futebol; até os adultos utilizavam aquele espaço para jogar e agora, com a quadra e o campo de areia murados, ninguém joga mais.

Outra perda foi o centro comunitário que foi construído à base de promoção de bingos e mutirão. O resultado foi que ninguém o utilizou para o devido propósito e o centro comunitário se transformou em moradia.

A mudança não foi apenas na comunidade, mas também em nós, principalmente nos jovens. Hoje, tudo que somos e toda a compreensão que temos do mundo vêm do que foi vivido em nosso bairro. Se hoje temos uma visão maior do social é graças ao que vivemos no bairro Monte Cristo.

A creche, recém construída, é a mais nova conquista da comunidade que reivindicou esta estrutura durante três anos até conseguir a sua concretização. Outras conquistas das lideranças foram o posto de saúde, a Creche Chico Mendes que se localiza na comunidade Novo Horizonte, o Centro Comunitário do Novo Horizonte, a Casa da Cidadania que foi início de uma creche, saneamento, rede de esgoto, com a aprovação das comunidades foram mudadas as habitações em quase 100%, esta outra creche que acabou de ser construída.

A intenção de considerar um relato como este implica em delimitar com qual olhar ele será analisado. Primeiramente, é importante negar a intenção de se fazer uma análise de discurso limitada somente ao seu conteúdo semântico, sintático ou significante. O objetivo da utilização deste registro é entender as conexões realizadas neste discurso do coletivo que expressam dispositivos de enunciação e tecnologias para a manutenção, progressão, transformação e até criação de ações pautadas sobre o conceito de cidadania no mundo contemporâneo.

Vale ressaltar que o discurso apresentado não foi provocado por esta pesquisa, mas apenas registrado pelo pesquisador durante sua vivência com a rede do Monte Cristo em suas atividades. Isto significa que este relato não estava previsto como coleta de dados da pesquisa, mas, ao contrário, ele se fez perceber e expressar durante o processo de análise.

Michel Foucault em seu texto “*A ordem do discurso*” (2005, p. 26), datado de 1970, como aula inaugural no Collège de France, afirma que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”: ao fazer esta afirmação o autor direcionava sua compreensão sobre uma mesma ordem do discurso que sempre volta de forma diferente, mas permeada de outros discursos que revelam interesses aparentemente exteriores ao acontecimento.

Não se trata de analisar um discurso, mas de fazer desvelar um enunciado: de mapear seu posicionamento, de fazer aparecer os diferentes autores que o formatam e de apresentar os processos classificatórios que o delimitam. Sendo assim, deve-se tratá-lo como um dispositivo de enunciação coletiva que, como dito em outro momento, possibilita identificar um saber que aparece para determinar tensões políticas e conduzir os sujeitos que falam (DELEUZE, 1990).

Pode ser esta uma “ordem do discurso vigente”, ou seja, a expressão da lógica moderna de uma cronologia de eventos, uma harmonia de categorias e uma produção de verdades que suplante um movimento caótico dos eventos ou a singularidade dos acontecimentos.

Após esses esclarecimentos, pode-se entender este registro dos discursos dos moradores do bairro Monte Cristo como um documento que agrega uma multiplicidade de acontecimentos. A possibilidade de um mapa que conduzirá a análise pelas relações institucionais que produziram os discursos dos sujeitos daquele território. Compreender como estes discursos surgiram e impulsionaram as ações dos moradores do bairro pode permitir como a concepção acerca de um exercício de cidadania foi se configurando e quais as conexões orientadas para sustentá-lo.

1.1. A “Ilha da Magia” e sua lei de mercado: a “vocação turística” versus o movimento migratório

A história de ocupação do bairro Monte Cristo começa como um movimento retirante de moradores do oeste catarinense para o litoral do Estado. Este tipo de movimento se caracteriza pela migração de habitantes de áreas agrárias que se utilizam da agricultura familiar como geração de renda de forma direta ou indireta.

Desde finais da década de 1980 e início da década de 1990, o país e o mundo rendem-se à intensificação do processo de globalização das políticas sócio-econômicas neo-liberais. Este processo direcionou os investimentos estatais e privados para benefício de grandes corporações de bens e serviços levando a uma manutenção da relação com o trabalho implicando em um rearranjo territorial. Esta população, sem perspectivas de renda, abandona sua região e parte em direção a regiões mais desenvolvidas.

Neste mesmo período, nota-se, no caso do Estado de Santa Catarina, um movimento maior de migração para as regiões litorâneas, em especial para a capital Florianópolis. Esta cidade se diferencia das demais capitais por ser de porte médio, menos populosa e com um número quase inexistente de indústrias. Sua população economicamente ativa é formada basicamente por funcionários públicos e prestadores de serviço.

Durante a década de 1980 e, especificamente, durante o mandato do prefeito Édson Andrino do PMDB (1985-1988), houve uma campanha midiática muito forte por parte do poder público municipal e pelos empresários no sentido de fortalecer uma imagem de que Florianópolis possuía uma “vocação turística” e de que a cidade precisava investir e usufruir deste bem. Neste

mesmo período, surgiu a marca “Ilha da Magia” que começava a ser divulgada em plano nacional e internacional na tentativa de intensificar o projeto turístico (CANELLA, 1992).

É este contexto que os migrantes encontram e a chegada na cidade não poderia ser menos conflituosa, pois a lógica que segrega no campo é a mesma na cidade. O dinheiro conseguido pela venda de suas propriedades, em geral, não completa 50% do valor de uma casa na região litorânea do Estado.

No entanto, Florianópolis tem suas especificidades ou suas diferenças bem demarcáveis. Se o plano econômico está voltado para o turismo e, portanto, para olhares estrangeiros, conseqüentemente, o plano social seguirá o mesmo rumo. As elites econômica e política de Florianópolis querem investir no desenvolvimento urbano da cidade comunicando uma imagem de progresso e riqueza.

Neste discurso não cabem os movimentos migratórios que começavam a tomar a capital e ocupar terrenos privados e do Estado de forma ilegal para montar seus “barracos”. Os maiores movimentos de ocupação se localizavam em áreas de grande visibilidade urbana, como: região do “maciço” – conjunto de morros localizado em torno da região central da ilha; perto da casa do governador – localizado no Morro d’Agrônômica; e na via expressa – um dos principais acessos do lado da cidade que fica no continente para o lado que fica na ilha (CANELLA, 1992). No caso das comunidades do bairro do Monte Cristo a ocupação foi feita, em seu início por moradores que habitavam provisoriamente os arredores da via expressa (conforme foto abaixo).

Localização do Complexo de Bairros Monte Cristo



Fonte: Peres e Lima (2002)

Ao procurar o poder público local não encontram uma compreensão favorável sobre suas demandas, sendo que a primeira delas era a necessidade de moradia. Sem uma orientação clara por parte do Estado, a solução encontrada foi ocupar terrenos ociosos pertencentes à União Federal. Os cidadãos tentam se inserir num movimento global de urbanização das populações impulsionado por uma produção capitalística desse modo de habitar o mundo, mas não encontram apoio do Estado e são obrigados a criar táticas de sobrevivência. No entanto, estas técnicas de sobrevivência urbana não correspondem ao planejamento ascético de uma cidade moderna, o que contribui para intensificar o conflito entre cidade e migrantes.

Nos jornais aumentam as notícias sobre este novo incômodo social. Aparecem vários discursos de repúdio ao movimento, pois a estética da “Ilha da Magia” não combinava com a estética da favela. Adjetivos, como, por exemplo, a “porcalhada”, “horrrível” e “sujeira”, começam a proliferar em notas mandadas para os jornais por antigos moradores da cidade (CANELLA,1992).

CANELLA (1992) observa que a entrada destas notícias nas pautas dos jornais locais implicou em uma novidade para a discussão sobre a gestão pública. Novas questões sociais começam a se inscrever na cidade, o que levará à elaboração de novas estratégias e táticas anunciando novos posicionamentos políticos no coletivo.

Percebem-se, então, sujeitos que, mesmo sendo cidadãos legítimos, não encontram espaço no mercado e nem assistência do Estado para garantirem direitos básicos como o de moradia. Estes sujeitos acabam por se aglomerar em regiões que a sociedade não habita. Estes locais funcionam como verdadeiras lacunas urbanas podendo ser no meio da cidade – como no caso dos morros –, ou em regiões periféricas – como no caso do bairro Monte Cristo.

Estas lacunas urbanas compreendem em territórios considerados ociosos pela cidade onde, embora por vezes privados, não é interesse da sociedade habitar, transitar ou produzir qualquer coisa no local. Os migrantes se instalam nestes lugares da maneira mais precária possível, mas isso não significa que esta ocupação seja desorganizada e nem que o grupo não irá conseguir se organizar de alguma forma para construir o seu lugar na cidade. No entanto, mesmo com a ocupação do território por estes sujeitos, o local continua a ser uma lacuna urbana intransitável.

A cidade, por sua vez, não pode continuar ignorando este tipo de movimento que acontece dentro de seu território e começa a buscar seus instrumentos de leitura para definir a

população que ali se encontra. É preciso saber localizar esta população em algum estrato social para depois definir como operar. Esta forma de operar pretende abafar este conflito entre migrantes e cidades em prol de um bem maior: o bom funcionamento da sociedade conhecido como bem-estar social (well fare state).

Enfim, vê-se formado um cenário que se instaura como uma nova problemática com a qual a cidade terá que dialogar a partir de suas possibilidades de ação social. Com a abertura deste campo de relações serão descritas diferentes formas de leitura e intervenções existentes.

1.2. CAPROM: a primeira conexão com o Terceiro Setor

Voltando para o relato inicial dos moradores do Monte Cristo, vê-se que um dos primeiros grupos a se apropriar dos acontecimentos em questão foi o CAPROM (Centro de Apoio e Promoção ao Migrante) que orientava os migrantes e assessorava o Movimento dos Sem Teto (MST) em suas reivindicações.

O CAPROM iniciou seus movimentos em 1984, mas foi fundado oficialmente em 1986. Esta instituição foi a primeira legalmente registrada como entidade civil sem fins lucrativos a construir uma forte interlocução com os migrantes que chegavam na cidade. Ela é formada inicialmente por: migrantes de enchentes, como a de Blumenau (1984); lideranças comunitárias dos morros e periferias; e, principalmente, por lideranças comunitárias que se pautavam pelos princípios da Teologia da Libertação, que afirma uma ação eclesial mais próxima do cotidiano do povo, em especial, as comunidades de baixa renda, urbanas ou agrícolas (RAITZ, 1994, p.28).

O discurso da Teologia da Libertação afirma uma igreja progressista com uma nova dimensão histórica, produtora de realidade no presente, em que o sujeito social é responsável por este processo (ibid., p. 88). Sob este aspecto Guattari & Rolnik (1986, p.153-155) analisam o movimento da igreja progressista na América Latina, a princípio, como um marco de diferença no conservadorismo católico apostólico romano. Esta afirmação de uma multiplicidade de atitudes da Igreja Católica pode representar mudanças nos instrumentos e nas técnicas de luta social. Os movimentos sociais e as comunidades de baixa renda vêm aí um interstício pelo qual encontram estrutura e meios para desenvolver articulações em defesa de suas reivindicações. Os autores também colocam, a possibilidade deste processo ser interrompido ou cooptado caso o

episcopado conservador romano perceba a potencialidade de resistência desta vertente contra as cristalizações de poder eclesiais.

No caso desta análise, cabe lembrar que, neste momento da descrição, em que se trata do período de ocupação e apropriação do território do Monte Cristo, a Igreja, representada pelo CAPROM, adotou um tipo de posicionamento integrado com as questões da invasão urbana de forma a apoiar e até a incitar e organizar os movimentos de ocupação da região do Pasto do Gado, alvo das invasões. O CAPROM então começou a se especializar nestas situações de conflito urbano pelo direito de melhores condições de habitação e até pelo direito a ter uma habitação.

Com a fundação do CAPROM, os trabalhos começam a ter um fundo mais organizativo e coletivo, deixando para trás o atendimento de casos isolados, centrando forças na organização das áreas de conflito (área de disputa do solo urbano). A partir de 1988, o CAPROM desenvolveu um verdadeiro trabalho de defesa comunitária. Neste ano, surgem inúmeras ações de despejo, segundo as quais centenas de famílias seriam desalojadas, sem que houvesse qualquer proposta de solução. Neste momento, o CAPROM veio às áreas para organizar e fortalecer as comunidades; foi justamente essa união de forças que fez com que houvesse resistência às ações. Foram vários meses de negociações com a prefeitura, Governo do Estado, juízes e proprietários das terras, com a presença das lideranças das comunidades atingidas. O resultado é que das 60 áreas de conflito, nenhum despejo se consumou. Das 12 comunidades que estavam para serem despejadas, o trabalho foi vitorioso, *como o caso da comunidade do Pasto do Gado (grifo meu) e Morro do Horácio, onde as casas já estavam sendo derrubadas e uma negociação de emergência contornou a situação (Raitz, ibid., p. 29).*

Neste contexto, o CAPROM foi o porta-voz de um novo ator social na cidade. As reuniões sobre as táticas de ocupação, montagem de comissões para negociar a apropriação do território com o poder público e a construção de estatutos para legitimar associações de moradores começaram a ser geridas por esta instituição. Isto significa, que aquele processo de ocupação já começa a ser posicionado politicamente não mais como um grupo indefinido sem legitimidade para negociações, mas como um grupo do Movimento dos Sem Teto e auxiliado pelo CAPROM e, posteriormente, representado por associações de moradores. O movimento de ocupação começa a “entrar nos trilhos” da luta social institucionalizada.

Canella (1992) e Raitz (1994), em suas pesquisas de dissertação na área da sociologia política, analisaram a trajetória do CAPROM e sua metodologia de ação.

Sobre sua trajetória pode-se dizer que após um início basicamente respaldado pela Igreja Católica, durante o mandato do prefeito Édison Andrino, o CAPROM conseguiu fazer com que a

prefeitura liberasse três de seus funcionários para trabalhar na instituição. No entanto, em 1989, durante o governo do Espiridião Amin, que insistia em planos de urbanização que priorizassem obras faraônicas como a Beira-Mar do continente e centros de convenções, o CAPROM e o MST organizaram uma invasão à prefeitura pela garantia do não despejo. Com o conflito acirrado entre a Prefeitura Municipal e estas instituições, o prefeito retira os funcionários cedidos ao CAPROM.

Em busca de autonomia a ONG define buscar financiamentos internacionais e encontram a agência MISEREOR da Alemanha, ligada a Igreja Protestante e que financia instituições ecumênicas de fundo social. Neste período, segundo Raitz (*ibid.*, p. 36), pode-se observar uma profissionalização nos planejamentos e ações da instituição já que agências financiadoras como estas, exigem um projeto de ação para dois ou três anos, com resultados claros e bem definidos.

Ao final deste financiamento (3 anos), o CAPROM começou a receber ajuda de entidades sindicais, das próprias paróquias, de deputados estaduais e vereadores municipais. A LBA (Legião Brasileira de Assistência) e a FUNABEM (Fundo Nacional de Bem-Estar do Menor) também financiavam a instituição no seu início, mas com a intensificação da postura de resistência elas interromperam o repasse de verba.

Quanto à sua metodologia de ação, pode-se perceber a partir do relato demonstrado e dos estudos dos dois autores utilizados, uma multiplicidade de táticas de resistência tanto, informais como formais. No caso das ações informais, podemos citar as barricadas e cinturões humanos para impedir a demolição de barracos. Um exemplo levantado do estudo de Canella (*ibid.*, p. 98), foi o de que funcionários da prefeitura, encarregados de demolir as casas, eram conhecidos dos moradores das favelas listadas e incitaram uma espécie de “movimento tartaruga”, em que demoravam cerca de 10 minutos para retirar uma telha da casa. A ação era feita para que houvesse tempo para o juiz aprovar um recurso que impedia as demolições. Ao final da manhã, quando o recurso foi aprovado, apenas 4 telhas e 5 tijolos haviam sido retirados.

No âmbito das ações formais, conselhos comunitários eram criados para dialogar com o poder público local. Lideranças que compunham estes conselhos vieram a fundar as associações de moradores de suas respectivas comunidades. Iniciando um processo de estruturação política para que as comunidades estivessem suficientemente instrumentalizadas para se articular perante o poder público em defesa de seus direitos.

Assim se configurou a ação da primeira instituição sem fins lucrativos de sociedade civil que construiu uma interlocução entre o movimento de ocupação e apropriação do bairro do Monte Cristo e a cidade. Saber sobre sua constituição se faz importante, pois, como foi visto, permite conhecer por quais processos um outro grupo de organização foi construído na sociedade civil local, ou seja, as associações de moradores. Marca-se nesta relação, a construção de táticas de resistência e estratégias de negociação junto com os migrantes para fazer frente às ações do governo local.

1.3. Relação das comunidades com(tra) o Estado

Ao contextualizar sobre o momento político no período das ocupações, situamos sucintamente o posicionamento do poder público local. Neste item, pretende-se esclarecer por quais vias se efetivaram relações entre a instância pública e as da sociedade civil em questão.

Durante o mandato de Édson Andrino foi promovida a idéia de uma prefeitura que deveria ser democrática e participativa. A prefeitura era do PMDB e contava com apoio parcial, embora não oficial, do PT e, portanto, o discurso democrático-participativo passava por discussões com as camadas populares, via instituições legitimadas pela mesma e pelo governo estadual.

Para representar as bases populares foi incitada, pelo poder público local, a criação da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias), uma federação que se constituiu por associações comunitárias da cidade com aparente autonomia perante o Estado. Neste momento, as associações de bairro encontram espaço para se instituírem como um coletivo.

Durante as articulações para a fundação da instituição, relata-se que o governo municipal estava privilegiando e fortalecendo a participação de lideranças dos conselhos comunitários ligados ao governo e associações que compunham a Federação das Associações do Estado de Santa Catarina (FEMAESC). Desta forma, a UFECO foi sendo composta por representantes, políticos e técnicos, ou simpatizantes do governo municipal, alijando do processo de deliberação as representações das comunidades de periferia e dos morros ocupados (CANELLA, 1992, p. 60-66).

Após a estruturação da UFECO, seu discurso era o da organização dos movimentos comunitários e de suas exigências. Neste sentido, foram estabelecidos entre os anos de 1986 e 1988, seminários populares que tinham como objetivo discutir o planejamento orçamentário do

município. Segundo Canella (op.cit.), os processos de negociação e implantação das deliberações durante os seminários foram frágeis e inconsistentes. Nos dois primeiros seminários, observou-se uma falta de organização das duas partes e no terceiro, que tinha a intenção de se transformar em medida permanente de deliberação, o prefeito Édson Andrino teve seu projeto vetado pela Câmara de Vereadores, pois a mesma era composta por uma maioria conservadora.

Com a eleição de Espiridião Amin para prefeito, observa-se uma mudança nas deliberações sobre as participações populares na gestão dos bens públicos. Durante este governo, não foram priorizadas estas ações participativas e fez-se valer a representatividade eleita. O atual governo, pertencente ao PDS era descendente do partido que apoiava o regime de ditadura militar e, como tal, defendia que o povo devia deixar a seus representantes legais a tarefa de gerir o território sem sua interferência.

Neste sentido, várias instituições enfrentaram problemas para deliberar sobre os problemas que afligiam a cidade como as ocupações territoriais. Os instrumentos utilizados por este governo eram a lei, pelas ações de despejo, e a polícia, pelas demolições e conflitos pela disputa dos territórios.

Em 1989 (primeiro ano de mandato de Amin), uma série de embates se deflagrou acerca da questão de disputa de terras e moradias. Com a já citada ocupação da prefeitura por parte do MST, apoiado pelo CAPROM, foi produzido um documento assinado pelas partes em que o poder público local se comprometia com o encaminhamento de um projeto de lei prevendo a regulamentação das áreas ocupadas e a suspensão das ordens de despejo.

A lei nº 3210 instituía, assim, um Fundo Municipal de Famílias de Baixa Renda e a formação de um Conselho Municipal de Habitação. No entanto, a formação deste conselho não era paritária e o poder público ficou com maior representatividade para as deliberações. Ainda no mesmo ano, a Prefeitura Municipal decide elaborar um plebiscito com a cidade para decidir sobre o futuro dos migrantes. Esta atitude terminou por afastar de vez os movimentos de base das deliberações com o poder público referentes ao problema das ocupações.

Os dois governos municipais deste período apresentavam diferentes posicionamentos quanto ao tipo de gestão democrática a ser trilhada. No governo de Édson Andrino, prezava-se por um modelo de democracia mais participativa em que conselhos comunitários e espaços de deliberações populares eram criados com o objetivo de deliberar sobre a gestão do orçamento municipal. No entanto, como se pôde perceber estes instrumentos foram criados e geridos por

sujeitos vinculados ao governo local, criando suspeitas sobre sua real eficácia no que diz respeito à participação popular. Já no governo de Espiridião Amin, o desejo de que a população não participasse diretamente da gestão municipal era mais explícito e o resultado foi um conflito mais direto entre os migrantes e o governo.

Embora com diferentes estratégias, esses dois governos representavam um desejo da cidade de investir em uma estética urbana voltada para o turismo e para os olhares estrangeiros em que os “barracos” não faziam parte. Neste sentido, ficava difícil gastar o orçamento municipal na urbanização das áreas ocupadas. A prioridade estava em desenvolver as áreas que seriam transitadas pelos turistas e pela população de maior poder aquisitivo da cidade

Obviamente, os moradores desses casebres, também não desejavam continuar naquela situação. No entanto, a expulsão das áreas conquistadas, obrigando-os a voltar para o campo, onde o Estado também não realizava grandes investimentos, não lhes parecia atraente. O desejo estava na conquista por melhores condições de vida dentro do projeto social previsto pelos direitos de cidadania.

A partir destes posicionamentos, pode-se perceber a demarcação de dois acontecimentos politicamente diferenciados. De um lado, a produção da norma voltada para a imagem de uma cidade bem desenvolvida que representasse um estilo de vida europeu e acima dos padrões nacionais. De outro, a produção de um sujeito do contingente representada pela população que vem para esta cidade grande e desenvolvida em busca desta imagem, todavia, nesta norma estética não cabe uma população sem alto poder aquisitivo e fora dos altos padrões sociais exigidos. O resultado foi este conflito urbano que culminou na criação de táticas de resistência contra a expulsão e a regulação da norma, ou mais do que isso, a necessidade de lutar pela garantia dos básicos direitos sociais por moradia, educação, trabalho e lazer.

1.4. Movimento de ocupação: um cotidiano coletivo e necessário de luta social

Conhecidos os personagens institucionais e os discursos apresentados por estes durante o período de ocupação e apropriação do bairro Monte Cristo, torna-se possível delinear algumas especificidades que compõem as relações dos sujeitos inseridos neste processo e de como foi sendo produzida uma concepção de cidadania.

A partir do relato dos moradores, é possível notar como foi sendo construída uma história de luta para a conquista de direitos sociais, como moradia, melhores condições na área da

educação, urbanização, lazer e segurança. Em nenhum momento da história relatada pelos moradores, foi creditado ao poder público um eficiente trabalho em garantir estes direitos, obviamente, porque isto não aconteceu.

Apesar das reivindicações perante o poder público não terem rendido grandes êxitos, houve uma seqüência de ações que contribuíram para a formação política do local. Uma política coletiva (mutirões) e associativista (formação de conselhos comunitários e associação de moradores) que configurou relações e posicionamentos como pode se observar em alguns fragmentos dos relatos.

Quando se ocupa um espaço como este é formada uma comissão para conversar com os órgãos públicos, pois nós não queremos somente a terra, mas também uma moradia adequada que é de nosso direito. Se nós tivéssemos o dinheiro para comprar um espaço, isto seria feito, mas ninguém tinha condições de comprar. E o melhor para conseguir este direito é unindo nossas idéias, pois unidos conseguimos várias coisas, como, por exemplo, o que nós já conquistamos: rede de esgoto, água, luz, centro comunitário e outras conquistas.

Uma formação política que, não somente se direcionava para as formas institucionalizadas, mas que antes, se fundamentava pelo cotidiano de luta e conquista conjunta dos habitantes. As formas de resistência ao movimento de expulsão pela cidade faziam com que os moradores criassem táticas de sobrevivência e reinvenção do que a sociedade despejava ou instalava no território: como no caso do banheiro comunitário que servia de esconderijos para os moradores que fugiam da polícia ou o uso de tábuas e outros materiais jogados pelas caçambas de construção para construir os barracos.

Neste período, a maior bandeira levantada era a do coletivo. As ações que representavam este coletivo oscilavam entre os mutirões organizados (para construir casas, abrir ruas, tapar esgotos) e a organização política da população em comissões e associações para lutar pelo direito de todos. Parece que começa a ser construída, neste território, uma cultura de luta social coletiva em que os moradores participam de todo o processo de conquistas. Configura-se um exercício de uma cidadania que pode ser afirmada como um discurso que, antes de ser democrático e participativo, parte de necessidades vitais como comer e morar.

Neste caso, a necessidade produz o sentido coletivo de luta social. No entanto, cabe questionar se a construção de um coletivo, ligado estritamente às necessidades materiais, tem potência de sustentar diretrizes estruturais e políticas, para construir uma cidadania consistente e transformadora do plano social de forma mais ampla e perene.

Um primeiro entendimento que pode ser feito sobre estes modos de operar dos movimentos sociais, é sobre o processo ideológico que os impulsiona. De base marxista, estes movimentos polarizam o processo capitalístico em dois únicos planos existentes a serem transformados: infraestrutura e superestrutura. No primeiro plano, encontram-se os fundamentos materialistas da ideologia marxista. Refere-se aos meios de produção e da necessidade de sua apropriação pelo operariado visando mudar, primeiramente, as relações de trabalho para, posteriormente, alcançar uma transformação social sólida que opere sobre um segundo plano. Neste segundo plano, a superestrutura, operam as outras relações do sujeito como a arte, a religião, a produção de idéias, o desejo, ou seja, a própria construção da história.

É fato que, para acelerar processos mais amplos de transformação social, como distribuição equitativa de renda e mudança nas relações econômicas de mercado, é preciso investir na transformação de definições estruturais como o trabalho, a moradia e a alimentação. No caso dos mutirões, não se tratava de um processo de militância macropolítica carregada de estratégias para transformar a sociedade, tratava-se de táticas de sobrevivência que visavam resistir aos movimentos de segregação da cidade.

Esta relação de resistência atenta para uma compreensão sobre processos moleculares de ação política. Um micropolítica singular a este grupo que cunhou o território com uma experiência de coletivo que se limitava apenas a construir com as próprias mãos o que o Estado lhes devia por direito. A existência de banheiros públicos, a necessidade de se unir com outros para construir a sua própria casa e abrir ruas levaram os moradores a uma vida em coletividade não por escolha, mas por necessidade de sobrevivência.

Assim que a comunidade foi conseguindo sanar os problemas de ordem emergencial e começando a reivindicar seus direitos de cidadão perante o Estado, percebe-se mudanças nas relações do grupo. O Estado não dialoga com a massa, mas com representações legítimas das mesmas. Comissões e, em seguida, associações de moradores foram formadas para “representar” os direitos dos moradores do bairro Monte Cristo. No entanto, com a criação da UFECO, observa-se também a utilização de uma tecnologia de controle, na qual o poder público ganha a via legítima necessária para comandar quem pode ter o espaço de deliberação nas articulações associativistas comunitárias.

Inicia-se um processo de educação para um funcionamento do grupo que priorizou uma relação macropolítica da democracia participativa e o resultado foi que a população se deixou

representar por este sistema. A determinação de uma convivência de política mais ampla deixou lugar para uma relação política do sujeito limitada apenas ao modelo de lideranças comunitárias.

Este tipo de movimento impõe aos processos de transformação social uma cronologia hierárquica de relações do sujeito com a sociedade, ou seja, a massa popular seguindo as lideranças. Certamente, este modelo não se faz suficiente para que estas mesmas ações se sustentem posteriormente. É possível evidenciar tal fato com um outro fragmento do relato apresentado.

Na época das ocupações havia uma preocupação pelo teto. Havia a participação em massa e as assembleias tinham a participação das massas. Os “cabeças” das organizações tinham um apoio significativo. Atualmente, poucos dos que participaram dessas ocupações, participam das associações de moradores.

A reflexão que se segue, ilustrada com a fala acima, remete a discussão para o tipo de relação que se estabelece entre os sujeitos sobre o diagrama da cidadania. Marilena Chauí (1986), ao discutir as práticas de conformismo e resistência na cultura popular brasileira, afirma a figura do “senhor-cidadão”. Neste sentido, é estabelecida uma relação acerca dos direitos em que se observa “(...) uma concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidirem” (p. 54).

O discurso da necessidade, ou a lógica da sobrevivência (CARRETEIRO, 1994, p.61), se conecta com a lógica da competência para dar um sentido justificável de tutela. Ora, se um cidadão não tem a capacidade de conduzir sua vida nos padrões valorizados pela sociedade de consumo, o mesmo não terá a competência para decisões de cunho público. Neste caso, a sociedade assume o “dever” de “cuidar” deste cidadão (COIMBRA, 1996, p. 1-8). Este sistema de tutela permite a construção do conformismo e deixa para poucos as determinações da vida política.

Fica evidente que as lutas sociais, apresentadas neste contexto, não seguem a ordem dos desejos, mas sim das necessidades ou da “preocupação pelo teto”. O coletivo era, naquele momento, uma necessidade, uma única saída possível para que os migrantes sem lugar para viver se apoiassem em busca de melhores condições de vida. Consistia sim, em uma luta pelo direito à vida que, ao ser conquistado, pode provocar uma nova ordem das relações ou não. No entanto, esta energia politicamente construída começa a ser “administrada” pelos organismos “competentes”.

Faz-se necessário um tipo de investimento econômico que seja mais amplo e concomitante. Isto implica em abrir brechas dentro de uma concepção limitada no plano da economia de mercado para uma economia dos desejos, ou seja, o campo da subjetividade. Guattari (1986, p. 139-146) afirma que se não houver esta ampliação na compreensão das práticas sociais, corre-se o risco de que estes movimentos minoritários sejam conduzidos por tendências conservadoras e formatadoras de modos de existência.

A Prefeitura do Município, ao perceber que já estava perdendo o território para aqueles migrantes, vê a necessidade de elaborar novas estratégias para manter o controle local. Neste momento, uma mudança nas relações vai sendo provocada e a questão não é mais a disputa pelo território, mas o modo como governá-lo.

2. Governa(r)mentalidades:

estratégia e táticas numa sociedade de controle

Com os relatos anteriores, nota-se como uma população, em sua maioria, migrantes da região oeste de Santa Catarina, elaborou táticas para conquistar o direito de moradia. Assim foi se constituindo o bairro Monte Cristo, durante o final da década de 1980 e 1990. Com o território ocupado e a moradia garantida a questão social muda para as melhorias de condições de vida do local, como, por exemplo, a própria melhoria das moradias, instalação de redes de esgoto, água e luz, áreas de lazer, programas de geração de renda, educação e saúde.

Sobre o plano de educação, pode-se citar a construção prévia da Escola Estadual América Dutra Machado, no ano de 1980. Neste mesmo ano ocorria a chegada dos primeiros moradores da comunidade Chico Mendes. Como pode se verificar no registro de relatos dos moradores do bairro, a escola teve um importante papel no local ao auxiliar seus moradores em necessidades básicas como fornecimento de água e comida, o que denota uma função para além de seu papel de formação educacional formal.

O único meio de conseguir água era esperar em uma fila muito grande que ficava em frente à escola, pois havia uma torneira para o lado de fora do muro e era ela a nossa única fonte. Havia ainda o Sopão que era distribuído pela escola. A escola, naquela época, era mais aberta para a comunidade. A Escola América Dutra Machado foi construída por motivo de reivindicação da comunidade PROMORAR. As comunidades do PROMORAR e do Panorama foram construídas para as pessoas que vieram trabalhar na empresa Eletrosul.

Como será visto no decorrer desta descrição, a Escola América Dutra Machado tem importante papel no local, por ser um espaço de encontro de diferentes grupos e como possibilidade de abarcar diferentes demandas dos moradores e instituições de organização civil. Para o momento, basta salientar que, desde o início, suas ações nunca se limitaram apenas na área da educação, mas também promovia outros tipos de intervenções sociais. A própria

construção da escola também é vista como símbolo de luta e conquista por parte dos moradores do bairro, como registrado no relato acima.

Assim como na escola, os relatos apontam para uma história popular de luta para conseguir água, luz e um sistema de esgoto. Como o caso dos moradores que correram atrás do prefeito, ou das idas incessantes à CELESC que insistia em não atender a suas reivindicações.

Neste ínterim, ia se configurando uma história de apropriação e forma de habitar o território conforme as lutas e deliberações da própria comunidade que ia pressionando o poder público para atender ao que eles mesmos consideravam como prioridade. Assim, foi se construindo um bairro com ruas não simétricas e habitações improvisadas conforme a comunidade podia fazer.

Foto aérea do bairro Monte Cristo (1994)



Fonte: IPUF

Em 1996, Ângela Amin é eleita (esposa do ex-prefeito Espiridião Amin) para a prefeitura do município. Naquela época, a região do bairro Monte Cristo e Jardim Atlântico já contava com cerca de 17 mil habitantes e o índice de violência no local era alarmante. Os dados são da 9ª Delegacia de Polícia Militar (9ª DP) que concentrava 60% do total de atos infracionais do município.

A comunidade, a sua maneira, afirma que estes índices de violência, que se concentravam em seu bairro, era um problema que transpunha as delimitações de um território e encontrava suas demarcações no contexto social contemporâneo.

Sabemos que nosso bairro, de certos anos para cá, veio se modificando como qualquer outro bairro em Florianópolis, pois a violência está aumentando, não apenas no continente, mas também em toda a cidade. A violência não está somente no Brasil, mas, como vimos no encontro passado, também está no mundo todo. O que nós temos que fazer é ir conversando, traçando idéias para mostrar que somos pessoas dignas e cidadãos que têm os seus direitos.

Embora a comunidade tivesse este tipo de compreensão mais ampla da violência, nem a Prefeitura Municipal e nem os jornais pareciam compartilhar desta leitura na cidade.

2.1. O espetáculo a serviço da vigilância

Um quadro se configura: crescimento não planejado pelo Estado do número de moradores das comunidades do Monte Cristo, migrantes, falta de estrutura e condições dignas de moradia, maior concentração de delito na cidade e, principalmente, localizada na única via expressa que dá acesso para a ilha. A cidade assiste e, às vezes, se entretém com notícias que começam a ocupar as páginas dos jornais. Por volta do ano 2000, nos impressos, as reportagens sobre violência ganhavam cada vez mais as manchetes que discursavam sobre o maior foco de violência do município.

Em 1998, o jornal O Estado, publica uma matéria de capa da seção “Cidades” em que relata o mal estado de habitação sofrido por migrantes que se instalaram ao longo da Via Expressa, hoje região do Monte Cristo. Logo abaixo da foto que mostra parte dos barracos às margens da rodovia uma afirmação: “O sonho da maioria é a transferência para conjunto habitacional da Cohab”. No alto da página, em destaque, estão os telefones da Delegacia da Mulher e do Tele-Denúncia¹. Esta matéria destaca as precárias condições de vida dos moradores,

¹ O Estado, 30/11/2000, Seção Cidades, p. 14.

problemas de violência que começam a aparecer e a possibilidade de implantação de um programa de habitação da Prefeitura Municipal em forma de conjuntos habitacionais.

A partir do ano 2000, no jornal de maior circulação do Estado de Santa Catarina, o Diário Catarinense, pertencente à rede de televisão RBS que, por sua vez, é filiada à Rede Globo de Televisão, aumentava o número e os teores das notícias sobre a violência que crescia em Florianópolis. Na grande maioria das notícias encontradas por esta pesquisa, a discussão sobre violência ficava encerrada aos territórios do Monte Cristo, especialmente na comunidade Chico Mendes e nos morros do centro da cidade, onde também habitavam comunidades de baixa renda.

Em 07 de maio de 2000, uma reportagem, com o título “Cresce volume de crimes envolvendo adolescentes”, apresenta o bairro Monte Cristo como a região da 9ª DP². Nesta forma de delimitação, o bairro é apresentado como o maior foco de delitos na cidade. A delegada pondera sobre o contexto apontando o tráfico de drogas, a carência financeira e a falta de políticas públicas como os maiores contribuintes para o quadro atual. A discussão fica encerrada ao bairro. A mesma matéria é acompanhada por um quadro em que são expostos cinco casos de adolescentes acusados de algum tipo de infração ligada a homicídio ou assalto à mão armada. Em todos os casos, os moradores pertenciam ao bairro Monte Cristo. Começa a ser criada a figura do adolescente, morador da favela, armado e perigoso.

Uma semana depois, em 15 de maio de 2000, é publicada uma notícia em que um repórter do jornal consegue comprar uma arma por R\$ 300,00 com jovens moradores da comunidade Chico Mendes e de outras comunidades dos morros do centro da cidade. O tema levantado era a facilidade com que se consegue uma arma no mercado informal. Até mesmo um artigo que acompanha a reportagem, localizado numa subseção chamada opinião, aponta o problema do desarmamento em Santa Catarina para as comunidades referidas. Com o título de “Santa Catarina precisa se desarmar” o autor coloca:

Na região da Grande Florianópolis a situação é bastante grave. A área do entorno do Morro da Cruz, no Centro da Capital, talvez seja o melhor retrato da preocupante situação. Ali é possível ver, principalmente à noite, jovens vigiando pontos de venda de drogas empunhando revólveres, pistolas e até espingardas calibre 12, de alto poder de fogo. Na região que engloba os bairros Chico Mendes, Pedregal, Jardim Atlântico, Coloninha e imediações – na divisa de Florianópolis e São José – a situação também já parece ter fugido ao controle das polícias. É

² Diário Catarinense, 07/05/2000, Seção Polícia, p. 44.

preciso que as autoridades repensem a atual política de repressão ao tráfico e ao comércio ilegal de armamento, se é que existe uma³.

É preciso ressaltar o tipo de comércio que o repórter busca e denuncia, qual seja, a facilidade com que qualquer cidadão compra uma arma. Em nenhum momento, indaga-se sobre como a cidade está se armando e quais os desdobramentos destes aliciamentos de jovens de comunidades de baixa renda para comprar armas. Afinal, se há um alto índice de venda de armas nas favelas, logicamente, há um alto consumo desta mercadoria pela cidade.

No dia seguinte a esta reportagem, no mesmo jornal, ao lado de uma matéria que discutia sobre o alto índice de gravidez na adolescência nestas mesmas comunidades, aparece um artigo que discute a falta de uma educação para a cidadania entre os jovens destes territórios. O artigo chamado “A cidadania construída com arte”, ressalta a importância de trabalhos de ONGs que atuam em comunidades de baixa renda. Estas organizações efetuam oficinas artísticas para ensinar aos adolescentes o que é cidadania⁴.

Para ilustrar as perspectivas das matérias deste jornal, no mesmo dia (16/05/2000), um outro jornal, chamado A Notícia, publica uma reportagem intitulada “Policiais são acusados de truculência contra menores”. O conteúdo do texto remete a um dossiê preparado pela promotoria pública da união em que denuncia casos de violência praticados pela polícia contra moradores de rua e adolescentes das comunidades de baixa renda. Nesta matéria, é possível perceber uma perspectiva em que discute a emergência da violência a partir de um outro vetor, ou seja, do Estado contra o pobre e não ao contrário. A matéria se localiza na seção Geral, contrariando a disposição do jornal concorrente, que coloca a maioria dos casos remetidos às comunidades de baixa renda na seção intitulada Polícia⁵.

Ao final do ano 2000, o Diário Catarinense publica uma seção chamada “Comportamento”, dedicando três páginas ao tema da violência entre jovens de comunidades de baixa renda. Nestes textos é possível perceber a confirmação da construção de um perfil do novo criminoso das cidades. Acompanhando as reportagens, há descrições de jovens, moradores de favelas que cometeram algum crime e se encontram, segundo o discurso jurídico, em “privação de liberdade”. Segue abaixo um exemplo das descrições:

³ Diário Catarinense, 15/05/2000, Seção Polícia, p. 26.

⁴ Diário Catarinense, 16/05/2000, Seção Geral, p. 27.

⁵ A Notícia, 16/05/2000, Seção Geral, p. 16.

DOZE ANOS. É a idade do mais novo interno do Centro Educacional São Lucas, em São José, na Grande Florianópolis. Fugas de casa, abandono da escola, uso de drogas, furtos, passagens pelo juizado de Infância e da Juventude, descumprimento de medida judicial, A trajetória do menino que gosta de soltar pipa e revela saudades da família coincide com a de muitos adolescentes infratores de 12 a 18 anos. Aos sete anos, experimentou cola de sapateiro. Depois, fumou maconha. Achou-se mais ‘homem’ e cheirou cocaína. Não demorou a ser apresentado ao crack. Trancafiado, agora enfrenta a abstinência forçada.

A família do adolescente mora na favela Chico Mendes, em Florianópolis. Parte do complexo Monte Cristo, a Chico Mendes é um desafio para as polícias Civil e Militar em se tratando de combate ao tráfico de drogas. Autor de furtos e de roubos em Florianópolis e praias do Norte da Ilha de Santa Catarina, o garoto de voz baixa e que parece ter medo de olhar nos olhos desobedece a Justiça. Seduzido pela rua, não volta para o colégio. Tampouco aceita desenvolver atividades determinadas pelo juiz e que pretendem mantê-lo longe do conflito com a lei.

(...) Até agora, a avaliação dos técnicos é satisfatória. O menino chegou agressivo, falava pouco e parecia não ter limites. Hoje, mostra-se mais aberto. (...) A mãe prefere que esteja internado para não vê-lo envolvido com droga. E justifica a fragilidade com que não consegue resistir a uma pedra de crack⁶.

Outros quatro relatos, parecidos com o citado acima, confirmam a construção do adolescente favelado e perigoso. Não é objetivo desta pesquisa se alongar na questão de como o jovem vai sendo submetido a várias tecnologias de contenção, como, por exemplo, os institutos de recuperação e o saber técnico que os envolve, ou sobre o tipo de trajetória de vida que o repórter escolheu para apresentar os jovens. No entanto, vale ressaltar o relato da mãe que diz preferir o menino preso ao vê-lo vitimado pela realidade que os cerca. Outros relatos apresentados pelo jornal fazem parecer que esses adolescentes e seus familiares preferem a reclusão.

Na mesma série de reportagens, aparece o discurso técnico que confirma a violência entre os jovens da favela. Um médico geneticista é entrevistado para comentar o quadro apresentado. Ele ressalta que “a pobreza forma o contexto ecológico para a eclosão da violência...”⁷. A reportagem segue dizendo que crianças e jovens maltratados podem desenvolver alterações neurobiológicas e que grande parte dos atos violentos (mais de 90%) é cometida por homens e jovens socialmente excluídos.

Uma psicanalista, em entrevista ao jornal, afirma que a “falta de perspectiva do jovem agrava o problema numa sociedade que estimula o consumo e não oferece acesso a outros valores”⁸.

⁶ Diário Catarinense, 10/12/2000, p. 28.

⁷ Op. cit., p. 30.

⁸ Diário Catarinense, 17/06/2001, Seção Violência, p. 33.

O saber científico então confirma o território em que se localiza o problema da violência. Para a opinião pública, fica comprovada “biológica e psicologicamente” qual é o “foco” da criminalidade. A violência é remetida ao patamar de doença socialmente construída, provinda de famílias mal estruturadas, e que se encerra nas comunidades de baixa renda.

No mês de junho de 2001, outra série de reportagens é publicada pelo jornal. Na seção chamada “Violência”, o tema trata sobre adolescentes de favelas que foram mortos em disputas por pontos de drogas, ou em festas no bairro, ou, até mesmo, na escola. Neste discurso a idéia que se passa é que esses bairros de baixa renda estão tomados pela violência. A polícia afirma, durante as matérias que “bandido bom é bandido morto”, ou ainda, quando da morte de algum destes adolescentes, “é menos um para incomodar”⁹.

Sobre esta mesma seqüência de reportagens, um artigo assinado pelo Promotor de Justiça da Infância, reflete sobre possíveis formas de violência pelas quais esta população sofre. O promotor elenca: a desnutrição e submoradia; falta de vagas nas Escolas e baixa qualidade de ensino, tráfico de drogas, violência policial e intolerância social; e a convivência com a morte sempre presente. Como soluções para estes problemas, o promotor coloca a educação de boa qualidade, programas sócio-familiar e tratamento para os casos de drogadição. Mais uma vez a problemática é encerrada no território onde os casos de delitos aparecem em detrimento a um plano de discussão maior.

Como a cidade continuava no movimento de afirmar sua “vocação turística”, não interessavam aos mesmos discutir estes acontecimentos como um problema mais amplo. O conceito “violência” era sempre remetido aos casos de polícia. O discurso legal predominava sobre o entendimento desta questão na cidade. Antes que os moradores pudessem construir sua própria concep o sobre o que acontecia, os jornais, e principalmente o Diário Catarinense, publica a origem da violência em Florianópolis.

Michel Foucault (1988), em sua obra “História da Sexualidade I”, questiona a produ o de discursos acerca da sexualidade não mais como a descri o da realidade, mas como a inven o e a vontade de verdades. Segundo o autor, esta produ o de discursos remete ao embate de poderes e   produ o de saber. Neste sentido, a sociedade moderna na necessidade de controle que a origina, cria a tecnologia da fabrica o de verdades para dizer aos cidadãos no que acreditar. O discurso torna-se, portanto, um enunciado de controle, de repressão (p.17).

⁹ Op. cit., p. 30-33.

Como diz o mesmo autor em *Vigiar e Punir* (2000, p. 178-179): “A sociedade não é de espetáculo, mas de vigilância; sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; (...) os circuitos de comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber”. No caso em discussão, o espetáculo é uma das táticas que leva a uma estratégia mais ampla e tão individualizada, quanto a vigilância pública do privado.

Uma indústria de informação é montada sobre o local, produzindo dossiês que circunscrevem tipos, hábitos, cotidianos e saberes sobre a violência. A cidade observa e vigia uma espécie de mundo paralelo ao da ilha de Florianópolis, onde se contrapõe o grotesco ao belo, sendo que um nunca se reconhece no outro.

Diante deste quadro, observou-se a construção de um local violento e de condições precárias de modo de vida. A questão da crescente violência vista, inicialmente, pelo relato dos moradores como algo que faz parte do mundo contemporâneo, é afirmada por promotores, médicos, psicanalistas, policiais e jornalistas como um evento encerrado em um território bem demarcado, ou seja, as favelas.

Em nenhuma das reportagens citadas, vê-se a indagação sobre o tema da violência que possa adentrar as casas das classes mais abastadas. A estratificação que se produz é de classes e a relação possível para tratar o problema é entre a comunidade e o Estado, por meio da polícia, ou da assistência social ou da escola. O problema fica limitado às instituições e não incomoda o morador da cidade que se vê fora dos acontecimentos ou, no máximo, como vítima deles. Ao lado da Ilha de Santa Catarina é construída outra ilha, ou seja, as favelas que compõem o bairro do Monte Cristo: “intransitável”, “perigosa” e “violenta”.

O sentimento produzido entre a relação cidade e favela é o da piedade ou da compaixão. O local está doente, podre e indigno da vida humana. O médico alerta para os malefícios biológicos que os moradores sofrem. A psicanalista, ao falar do menino de 20 anos que desde os 14 carrega sacolas na feira, exalta a resistência dos “pobres” que não se deixam corromper pela violência. O promotor público alerta para os tipos de violência que ocorrem no local.

Em toda a cidade há a compreensão de um sofrimento localizado e não reconhecido em si mesmo. Caponi (1998/1999), ao afirmar uma lógica da compaixão, fundamentada por Nietzsche, Foucault e Harendt, como uma necessidade moral de falsos benfeitores se utiliza do discurso do bem-estar como tecnologia do poder.

O que fazemos no momento de realizar um ato de caridade é libertar-nos de um sentimento de dor que é absolutamente nosso, a dor que inspira o espetáculo da miséria, e o que fazemos então é libertar-nos de um padecimento, de um medo que é muito pessoal e é muito nosso. (...) A moral da compaixão, que apregoa a entrega e a mortificação, detesta reconhecer que por trás de um ato de piedade e na própria entrega de si (quanto maior o sacrifício, maior a dívida gerada), o que se afirma é a existência de uma dívida que haverá de ser paga com eterna gratidão e com humildade (p.94).

Diagnósticos são preparados e tecnologias de intervenção construídas para atender à “preocupação” da cidade em torno dos problemas que assolam sua fração territorial menos abastada. Enfim, a comunidade é patologizada e a violência é seu maior sintoma. Saberes externos se instituem para resolver o problema, pois o território não tem condições de gerar suas próprias soluções.

Em todas as matérias de jornais, o problema sempre se direciona para uma política de Estado deficiente e que necessita atuar com mais eficácia. O sofrimento que seria da ordem do privado, agora se torna público pelas manchetes dos jornais como se a comunidade estivesse pedindo socorro. Os falsos benfeitores, por sua vez, assumem a gestão daquele cotidiano e, em nome do bem-estar social, instituem as melhores maneiras de lidar com a situação. A comunidade, doente, sofre um processo de infantilização em que perde o direito de falar sobre si, para ter em troca a assistência da sociedade. Segundo Caponi (Ibid., p.110-111), ao citar Szasz (1994), afirma: “(...) só é na responsabilidade que a liberdade acha sua condição e sua razão de ser. É, então, evidente que afirmar ausência de responsabilidade, haverá de ser idêntico à ausência de liberdade”.

Com esta configuração, o território se tornou fértil para o surgimento e entrada de ONGs que já atuavam na cidade. Instituições de base social tanto da igreja, quanto autônomas foram construindo seus trabalhos ao mesmo tempo em que as associações de moradores iam se fortalecendo. Neste processo, interlocuções foram criadas e ações em conjunto estabelecidas.

Com o foco do problema diagnosticado e apresentado em forma de territórios críticos e tipo de população definida, a participação da Prefeitura Municipal de Florianópolis também começa a se direcionar para o plano da assistência social e estratégias de infiltração no local por este viés começam a ser estabelecidas como poderá ser visto a seguir.

2.2. Projeto Habitar Brasil: quando o conflito deixa de ser o território

No seio da construção deste cenário surge o poder higienista moderno, em que saberes se instituem no local e sobre o local para conduzir os acontecimentos. O problema da violência foi diagnosticado (família desestruturada, valores destorcidos, educação precária) e seu modo de intervenção endossado pelos especialistas (assistência pelo Estado para estruturação da comunidade). A Prefeitura Municipal tem a legitimidade democrática para assistir aos “carentes” com objetivo de mudar a realidade local.

A primeira tática é de cadastrar a população classificando dentro de categorias sociais e econômicas. Neste período, em torno do ano 2000, este tipo de cadastramento não é feito apenas pelo Estado, mas também por ONGs e universidades. O lugar que era “intransitável” agora permite a entrada dos especialistas para que estudem e determinem as melhores formas de intervenção.

Estes especialistas entram nas comunidades, muitas vezes, vestindo a pele do cordeiro da compaixão e da assistência, dizendo ao morador como se alimentar, como se educar, como se relacionar e onde morar.

Neste mesmo período, a Prefeitura Municipal de Florianópolis inicia o Projeto Bom Abrigo, financiado pelo Programa de Habitação Habitar Brasil/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Este projeto prevê a urbanização da região das comunidades de Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte e Chico Mendes, apontadas como as comunidades em condições mais precárias de moradia.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição financeira internacional criada em 1959 e sediada em Washington D.C. – E.U.A., objetiva contribuir para o progresso econômico e social da América Latina e do Caribe mediante a canalização de seu capital próprio, de recursos obtidos no mercado financeiro e de outros fundos sob sua administração para financiar o desenvolvimento nos países prestatários; complementar os investimentos privados; e prover assistência técnica para a preparação, financiamento e execução de projetos e programas de desenvolvimento. O BID conta hoje com 46 membros, entre países regionais e extra-regionais.

O Programa Habitar Brasil/BID apresenta os seguintes objetivos gerais:

- a) contribuir para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias, predominantemente aquelas com renda mensal de até 3 salários mínimos, que residem em assentamentos subnormais, localizados em regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas, e

capitais de estados; b) estimular os governos municipais a desenvolver esforços para atenuar os problemas dessas áreas, tanto nos efeitos como nas causas, inclusive as institucionais, que os originam; e c) aprofundar o conhecimento setorial dos problemas de habitação e infraestrutura urbana do país¹⁰.

O projeto respeita o padrão de intervenção social participativa, pois estabelece como exigência a efetivação de parcerias entre poder público Federal, Estadual e Municipal, organizações comunitárias, ONGs, universidades e institutos de pesquisas. Desta forma, o projeto pretende articular a participação de várias instituições da sociedade. Entre os vários tipos de apoios técnicos na área do urbanismo, está previsto também um “apoio ao desenvolvimento comunitário [que implica em um] conjunto de ações que visem promover a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental, a capacitação profissional e a implantação de atividades voltadas à geração de trabalho e renda para as famílias residentes na área do projeto”¹¹.

A implantação do projeto ainda planeja medidas sócio-econômicas contendo elaboração de diagnóstico, comprovação efetiva da comunidade na discussão do projeto, atendimento sócio-familiar, fortalecimento das organizações comunitárias, infra-estrutura básica e equipamentos sociais para atender às demandas dos moradores¹².

Embora esteja prevista a efetuação de parcerias com uma variedade de instituições e, portanto, de saberes, não é possível que o projeto controle os modos de relações estabelecidos ao longo do processo. Estes fatores movimentam os interesses políticos envolvidos provocando uma reconfiguração do território.

Com este movimento político observa-se a complexificação dos modos de intervenção social. Como afirmou Foucault (1999), trata-se de uma “guerra” política que tenciona as linhas de poder, provocando transformações nas conexões, novos dimensionamentos e desdobramentos no cotidiano.

Os conselhos comunitários garantiram uma via de diálogo com o poder público, no entanto a conexão se estabelece muito mais com as lideranças comunitárias do que propriamente com a comunidade. Estagiários do curso de arquitetura da UFSC realizaram uma pesquisa com os moradores para elaborar um projeto urbanístico a partir das singularidades que o local

¹⁰ Programa Habitar – Brasil/BID: regulamento operacional. Banco Interamericano de Desenvolvimento, novembro de 1999, p. 3.

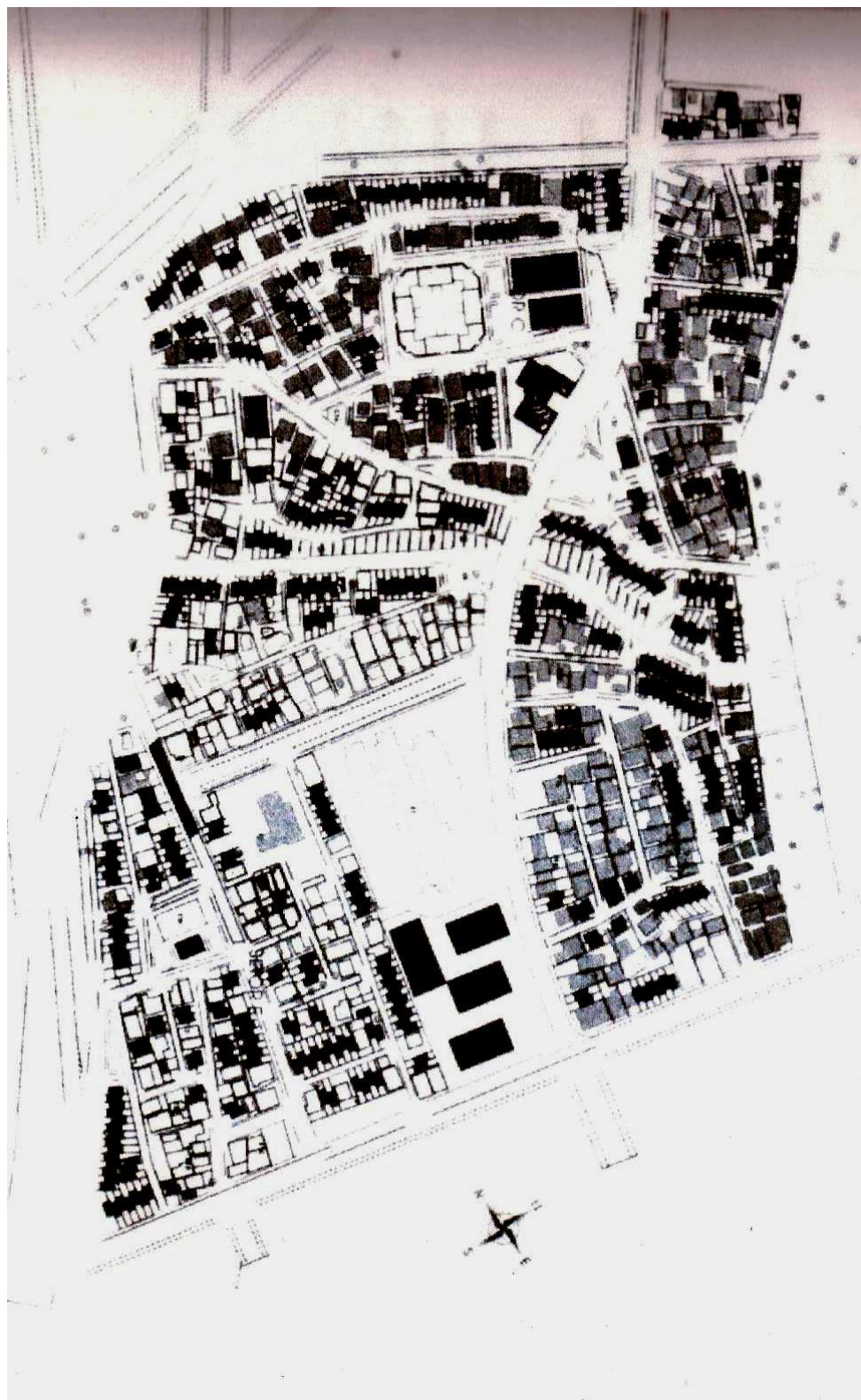
¹¹ Op. cit., p. 8.

¹² Op. cit., p. 18 e 20-21.

manifestava. No entanto, o grupo técnico da prefeitura, responsável pela elaboração e execução do projeto, indeferiu a proposta apresentada pela universidade.

Projetos sobre sistema viário:
Departamento de arquitetura e urbanismo – UFSC



IPUF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

Como ilustrado no relato dos moradores durante o curso de capacitação feito pela rede, o campo de futebol que havia no centro destas comunidades se caracterizava por ser um local de encontro de todos.

Uma grande perda que a comunidade teve e sentiu foi a do campo de futebol. Todos utilizavam aquele espaço, tanto a criança e o jovem, quanto o adulto e o idoso. O espaço era utilizado para várias coisas. Ali o pessoal realmente se organizava: tinha espaço para jogar taco, tinha espaço para jogar tampinha, bolinha de gude, jogar pinhão, futebol; até os adultos utilizavam aquele espaço para jogar e agora, com a quadra e o campo de areia murados, ninguém joga mais.

O campo foi dividido ao meio para a construção de duas quadras cercadas, as quais atualmente, somente a quadra de futebol de areia, que é cercada por um alambrado, é utilizada, mas apenas para o futebol. A quadra ao lado é murada e coberta, dando pouca visibilidade de quem está dentro e se tornando um local considerado perigoso pelos moradores.

Um relatório realizado pelos estagiários do curso de arquitetura apresenta as deficiências das casas construídas pelo programa de habitação: modelos padronizados, dimensões diminutas, desenho contrastante com o entorno do local, pouco isolamento acústico, material de pouca durabilidade e falta de espaço para ampliação das casas¹³. O projeto da prefeitura também proibia os moradores de fazer qualquer tipo de mudança na fachada das casas.

O sistema viário foi outra polêmica para sua implantação, apesar dos estudantes da UFSC terem elaborado o projeto em conjunto com a comunidade, a prefeitura planejou um outro tipo de reforma. Grandes avenidas que cortam a comunidade Chico Mendes ao meio foram projetadas. A maior reclamação da comunidade é que as crianças só têm as ruas para brincar e com essas grandes avenidas elas estariam correndo risco de vida. Para acelerar o processo de construção destas vias, muitas casas foram desapropriadas, sendo que haviam outras em pior estado que se tornavam, a cada dia, um perigo iminente para seus moradores que teriam prioridade no seu remanejamento (PERES; LIMA, 2002).

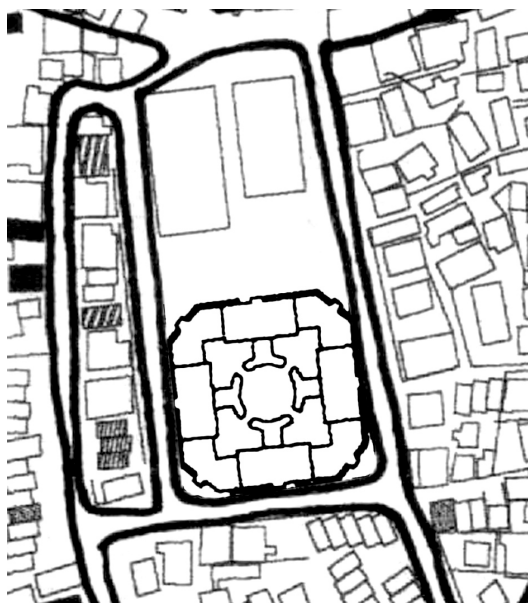
Salvo estas determinações sempre características de conjuntos habitacionais, este projeto apresenta algo bem representativo no que concernem aos modos arquiteturais de uma sociedade

¹³ Avaliação das políticas públicas no âmbito da pós-ocupação da habitação de interesse social. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico – UFSC.

moderna e vigilante de si mesma. Localizada ao lado das quadras, ergue-se uma edificação em forma de um anel quadrado: o Edifício Chico Mendes. Desenhando o perímetro do quadrado constrói-se um prédio de três andares e uma praça ao meio.

Conforme o relatório da universidade, esta construção teria um papel central no processo de urbanização. O primeiro andar seria destinado a “serviços gerais de atendimentos comunitários” (Centro de Educação Comunitária - CEC) e os dois andares superiores são compostos por apartamentos que servem como moradias temporárias até que as moradias oficiais fiquem prontas.

Planta baixa do Centro de Educação Comunitária

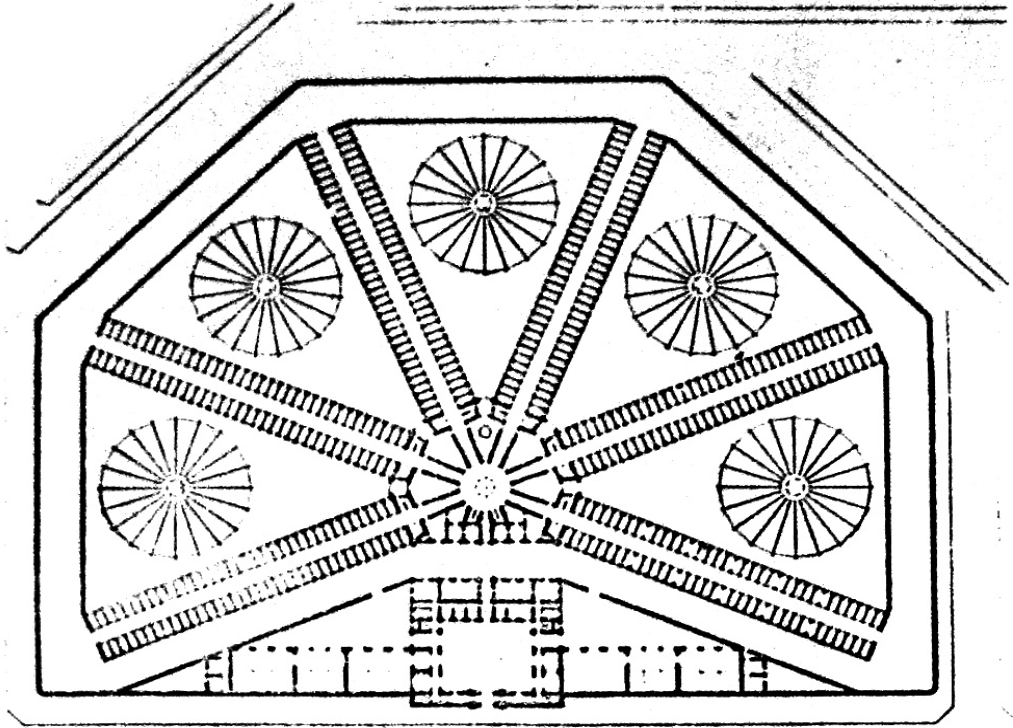


Fonte: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

Como mostra a figura acima, não é preciso se esforçar muito para perceber a semelhança quase fiel ao Panóptico de Jeromy Bentham que foi analisado por Foucault (2000). Uma torre central e na periferia uma construção em anel onde os indivíduos estão encarcerados. Fazer uma comparação desta construção com a estrutura prisional não é somente uma análise desta

pesquisa, mas também dos moradores que chamam o prédio de Carandiru¹⁴ ou cadeia. É fácil perceber a semelhança com os projetos arquiteturais de presídios apresentados por Foucault, como os exemplos da prisão de Mazas e Petite Roquette (2000):

¹⁴ Referência a Estação Presidiária do Carandiru. Palco de um dos eventos mais sangrentos do sistema prisional brasileiro, o massacre do Carandiru, em 1992, culminou em sua desativação e implosão dos prédios que o compunham.



Fonte: Foucault, 2000.

Janelas pequenas, tanto para fora, como para dentro do anel formam uma vista realmente parecida com o Carandiru. As janelas viradas para dentro permitem que todos possam se ver, bem como, todo o movimento na praça central. Os moradores reclamam dos cômodos pequenos, da pouca capacidade de isolamento acústico e, portanto, da falta de privacidade. No primeiro andar localiza-se o CEC, onde, como dito antes, são realizados trabalhos sociais pela prefeitura como: creche, assistência social, projetos de educação popular, oficinas artísticas e de geração de renda.

A prefeitura instala uma estrutura como esta no meio da comunidade Chico Mendes, considerada, como vimos, a mais violenta na época. Ali, com a vestimenta do trabalho social, aumenta o trânsito de especialistas na área. Todos os projetos realizados no primeiro andar do prédio têm como objetivo educar a população para a cidadania. Sendo assim, dossiês sobre os moradores são montados, seus comportamentos vigiados e diagnosticados todos os dias, para a construção de intervenções que promovam o bem-estar social.

Foucault (2000) não se refere ao Panóptico apenas como uma estrutura prisional. Certamente ele discute sobre o efeito Panóptico de outras instituições como a escola, a igreja e a família. No entanto, Foucault descreve o Panóptico como um dispositivo, ou seja, um vetor de poder não apenas estrutural, mas em forma de fluxo que automatiza e despersonaliza o poder (p. 167). Um estado de visibilidade consciente e permanente que se institui no sujeito, ponderando seus atos e suas relações.

Com a construção do Edifício Chico Mendes e com a reforma do sistema viário, permite-se que uma infinidade de sujeitos transite por entre o território e que especialistas intervenham no cotidiano dos moradores por meio de técnicas como cadastros, anamnêses e ações sociais. O projeto, visto como um instrumento de cidadania acaba por modular o sujeito ao saber institucionalizado e higienista. Ao falar sobre o sistema prisional, Foucault (2000) coloca: “Quanto mais numerosos esses observadores anônimos e passageiros, tanto mais aumenta para o prisioneiro o risco de ser surpreendido e a consciência inquieta de ser observado. O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder” (p.167).

A partir das afirmações de Foucault (2000), poder-se-ia dizer ainda que esta tecnologia política adota sem problemas o discurso da cidadania, pois a possibilidade de fazer transitar qualquer especialista ou curioso membro da sociedade garante que este dispositivo disciplinar

seja “democraticamente controlado, pois será sem cessar acessível ‘ao grande comitê do tribunal do mundo’” (p. 171).

As crianças aprendem nas aulas de educação popular os significados de virtude, vício, como se comportar nas ruas, que as drogas não prestam e que a violência traz prejuízos para eles mesmos. Os projetos sócio-familiares muitas vezes se limitam a cestas básicas de alimentos, orientações superficiais sobre saúde pública e prevenção de DST/AIDS e oficinas de artesanato ou algo parecido para as mães. Os jovens participam de programas de profissionalização para a inserção no mercado de trabalho, sendo que estes cursos, muitas vezes, se referem a profissões de baixo valor na hierarquia do capital.

Com todas estas ações, observa-se a construção de um plano de reformulação urbana que determina a formatação do cotidiano dos moradores direcionado e gerenciado por instituições alheias ao cotidiano local.

Neste plano, algumas táticas foram estabelecidas para formatar a favela com a perspectiva higienista da modernidade. O território, antes marcado pelas lutas de ocupação, agora começa a ser reorganizado sem uma participação efetiva pela comunidade. Por meio do discurso de inclusão social, o sujeito começa a ser convencido de que de outra forma é impossível viver e de que ele precisa se adequar aos direitos e deveres de todo cidadão brasileiro, usar camisinha e arranjar um emprego. Observa-se uma sociedade que preza pelo seu bem-estar sem deixar protagonizar a singularidade do sujeito, ou ainda pior, patologizando-a.

2.3. A estratégia de governa(r)mentalidades e suas tecnologias de controle

Para compreender num plano mais amplo o quadro apresentado neste capítulo, vale trazer à tona dois conceitos trabalhados por Foucault e Deleuze utilizados para discutir sobre o processo de fabricação desta sociedade que está sendo ilustrada.

Foucault (1999, p. 277-293), em seu artigo “A governamentalidade”, afirma que existem três tipos possíveis de governo que se interligam de forma contínua: a ciência de bem governar o Estado, tendo como plano de relação a política; a capacidade de administrar bem a família, em que a economia é a forma de gestão; e o governo de si mesmo, em que a moral se coloca presente.

Estas três artes de governar adquiriram sentidos opostos conforme o período histórico. Do século XVI ao XVIII, o ato de bem governar estava focado primeiro em como o soberano

administrava a sua própria vida e de sua família para, assim, demonstrar que pode ser capaz de governar com responsabilidade o Estado. Já no período moderno esta ordem se inverte e a arte de governar está em criar a necessidade do cidadão governar sua família e suas propriedades, seu trabalho e seu lazer em benefício do que o Estado precisa para manter o bom funcionamento da sociedade. Durante o processo desta transformação histórica a família muda de papel social.

Durante os séculos XVI e XVII, uma Razão de Estado já sinalizava para uma reformulação do contrato social para manter o regime de soberania. O Estado deveria atuar da maneira racional que lhe é própria, sem se deixar conduzir por emergências militares, preceitos morais ou regras transcendentais. Era preciso perceber esta racionalidade do Estado para colocá-la em prática no cotidiano. O Estado não mais deverá apenas conquistar, mas, além disso, bem administrar o território. Para isto, não será mais suficiente sustentar-se apenas pelo modelo da família, outras técnicas se fazem necessárias, pois a diferença entre conquistar e administrar está em ampliar o poder sobre o território, para o poder sobre a população.

Neste contexto, a estatística se torna aliada do Estado para provar que problemas como fome, violência, acidentes e outros, transcendem o âmbito da família. Logicamente, a família tem ainda um papel importante, mas apenas no sentido de ajudar o Estado a sanar estes problemas, todavia, localizados agora dentro de uma população e como um instrumento para o benefício social.

Foucault (1999, p. 281), após fazer esta descrição histórica, afirma que a problemática da arte de governar na modernidade está em definir os meios pelos quais o Estado pode conduzir as ações do sujeito e de como ele administra as riquezas, bens e costumes da família para garantir um bem-estar social.

O Estado se preocupa com o bem-estar da sociedade e para isto não é mais preciso garantir o território como patrimônio, mas garantir que a produção de riquezas e as relações deste território se desenvolvam para um progresso do modelo de funcionamento social moderno.

Trata-se não mais de um governo limitado a conquistas territoriais, mas sim de *governa(r)mentalidades*. É preciso governar as coisas e não mais os territórios e, neste meandro, o sujeito também é objetivado. Suas relações, seu comportamento, suas crenças e seus saberes são direcionados para um bem maior, a sociedade.

Neste patamar de ação, à Prefeitura Municipal de Florianópolis não interessa mais estabelecer uma relação de conflito com os moradores do bairro do Monte Cristo. Diante de tal postura, vale questionar quais os interesses que levou o poder público a mudar de estratégia.

O movimento de ocupação solidifica-se com as medidas de apropriação do território, por meio de constituição de associação de moradores, instalação da rede luz, construção da escola e outras conquistas pelos moradores já mostradas no capítulo anterior. Com este movimento de apropriação do território como um lar, os moradores começam a se tornar cidadãos florianopolitanos e, conseqüentemente, ter direito a voto para eleger prefeitos e vereadores. Não interessa então aos profissionais da política que estes eleitores tenham uma visão negativa do poder público. A estratégia precisa ser mudada de uma situação de conflito para uma outra forma de poder.

Estabelece-se, então, uma nova estratégia que não se limita a dominar o território, mas governá-lo. Este outro modo de governança focaliza o sujeito em suas práticas. Primeiramente constrói-se a patologia, isto é, o excesso de casos de violência que ocorrem no local, a ponto de aparecer incessantemente na mídia, é o sintoma de um grupo social que necessita de intervenções para não comprometer a saúde de toda uma sociedade, já que as vítimas são, muitas vezes, moradores dos bairros vizinhos.

O próximo passo é a escolha da melhor forma de intervenção para o local. A forma de entrada foi então um projeto de reurbanização, reivindicado pelos próprios moradores. Desta forma, o poder público entra com a proposta de atender a demanda do próprio bairro. Com este mote e carregados por saberes especialistas, ocorre a tal transformação social no cotidiano do sujeito. A saúde social será então a norma vigente e passará por cima das singularidades ao construir mais do que corpos dóceis e obedientes, mas também uma vida ascética conforme as prescrições dos especialistas.

Para discutir sobre tais práticas pode-se novamente evocar Foucault. Em suas aulas no Collège de France (1975-1976), organizadas na obra *“Em defesa da sociedade”* (2002), o autor explicita que a sociedade deixa de funcionar pelo sistema de soberania, que primava pelo poder de deixar viver e fazer morrer, para dar lugar a uma tecnologia do poder que inverte esta ordem, ou seja, deixar morrer e fazer viver (p. 283-315).

É nesta nova forma de se relacionar com o poder que a sociedade contemporânea desenvolve duas técnicas. A primeira delas trata-se da sociedade disciplinar que, como foi visto

no caso do Panóptico, implica em investir um saber-poder que sofisticava instituições como igrejas, prisões, manicômios, universidades e outras. Como este tema já foi tratado ao falar sobre o Edifício Chico Mendes, é interessante, para o momento, concentrar na discussão sobre uma segunda tecnologia do poder: a biopolítica.

Foucault (ibid., p. 289) diferencia este tipo de tecnologia da disciplinar num sentido de complementaridade. O poder disciplinar se direciona ao corpo, produz saberes sobre o corpo e se preocupa em transformá-los em objetos dóceis e úteis. Já a biopolítica se preocupa com a vida, trabalha no âmbito das massas e dirige seus investimentos ao ideal de um homem como ser vivo, ou seja, à espécie humana e sua preservação.

Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos, em todo caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que procura, portanto, não o comportamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. Logo, uma tecnologia do treinamento, oposta a, ou distinta de, uma tecnologia de previdência; uma tecnologia disciplinar que se distingue de uma tecnologia previdenciária ou regulamentadora; uma tecnologia que é mesmo, em ambos dos casos, tecnologia do corpo, mas, num caso, trata-se de uma tecnologia em que o corpo é individualizado como organismo dotado de capacidades e, no outro, de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto (ibid., p.297).

Nesta última parte da citação, é possível ver desvelar uma sociedade que instala mecanismos regulamentadores da vida sobre os acontecimentos aleatórios inerentes a uma população, no sentido de otimizar a vigência de um modo de vida homogêneo, e, portanto, mais fácil de controlar.

Foucault (ibid., p.299) também cita a intenção de se construir uma cidade-modelo, ou cidade artificial, em que todos estes mecanismos se articulam para uma disposição espacial, quadriculada, colocando cada família em uma casa, cada morador em um quarto, ou seja, a individualização ou isolamento do sujeito dentro de seu próprio grupo. Neste contexto, vale trazer à tona o relato sobre a reurbanização do bairro Monte Cristo, em que se evidenciou, por meio de registros, relatos, fotos e mapas, o surgimento desta cidade modelo ou, como afirma o autor, cidade-operária. Ruas aumentadas para o tráfego de carros, quarteirões cortados ao meio, famílias inteiras reposicionadas conforme o saber ascético do Estado em prol da sociedade.

Junto a isto, acompanha a vigência de um modelo de vida saudável. Nesta forma, a ilusão de um direito do cidadão bem viver segue uma série de programações projetadas pelo Estado, como, por exemplo, sistemas de seguro previdenciário, regras de higiene para garantir a longevidade, controles de natalidade, a higiene da família, níveis de escolaridade, entre outros. No caso de estudo, observa-se a construção do CEC no andar térreo do Edifício Chico Mendes, que tem a incumbência de educar a população, dar assistência para a projeção de um modo de vida nos moldes de uma concepção de saúde para a preservação da espécie humana.

Vê-se a construção de uma assepsia privada e outra pública e, nestes dois, a efetividade de tecnologias: disciplinar e biopolítica. Nestes dois planos de ação, estabelece-se um conjunto uno que é chamado de norma. A norma, sendo a base de operação, circula por entre as técnicas do corpo e os efeitos regulamentadores dos acontecimentos aleatórios da massa. “A sociedade da normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (ibid, p. 302).

O conceito de sociedade de controle (DELEUZE, 1992) vem incrementar a análise destas ações, que constrói formas de fluxos de poder invisíveis e que se infiltram nas práticas do sujeito independentemente do discurso sustentado. Pois não se trata apenas de entender o conteúdo desses discursos, mas também denunciar como ele aparece nas práticas.

A sociedade de controle é esta que briga pelo direito ao consumo, à inserção no mercado, à participação nos lucros que produzem a sua própria miséria. As práticas disciplinares se abrem, como as instituições de ensino e as de profissionalização, na qual uma se organiza conforme as necessidades da outra em benefício do desenvolvimento e sustentação do mercado, que implica em produção de desigualdades e miséria. Mais especificamente, no que se trata da discussão presente, este fluxo de controle social tem espaço para se inserir nos discursos de movimentos sociais, na sociedade civil organizada e de intervenção social pela cidadania e bem-estar social, provocando confusões e continuidades entre transformações sociais e processos legais.

Contraditoriamente, ao que se espera destes próprios movimentos, o que se produz são programações ou previsibilidades destas ações, dois elementos que são essenciais ao próprio controle. Sendo assim, cada tipo de sociedade pode possuir sua própria máquina de controle que respeita a uma mesma lógica capitalística e dentro delas produzir os aparelhos de captura (DELEUZE; GUATTARI, 1997, Vol. 5, p. 111-178).

Segundo as táticas elaboradas que foram se constituindo sobre o projeto de urbanização de comunidades do bairro Monte Cristo, fica evidente que a preocupação da cidade não é mais de expulsá-los do território, mas de como disciplinar a população que o habita.

O Estado, cumprindo com sua função de atuar pela sociedade, esquadrejou, estratificou, demarcou, marcou, diagnosticou e entrevistou no local. As pessoas perdiam o direito de criar a sua própria concepção de lar. O rótulo produzido pela cidade e pela mídia agora é interiorizado no cotidiano do morador, desta forma, o controle não estava mais nas mãos de um inimigo, mas em sua própria rua, dentro de sua casa, nos olhos dos pais e dos filhos e no seu próprio corpo.

As casas, todas iguais, não tinham espaço aberto para o lazer, ou para ampliação, ou para construção de jardins ou hortas, ou qualquer outro tipo de apropriação singular pelo sujeito. Quase coladas umas às outras, o vizinho pode ouvir e vigiar tudo o que o colega ao lado faz. As ruas, agora largas, não podem mais ser utilizadas pelas crianças como espaço de lazer. Estas mesmas crianças começam a ser ocupadas com projetos de educação popular que irá instruí-las para a cidadania. A higiene da família começa a ser direcionada conforme o saber científico construído com o objetivo de regular um bem-estar social a partir da boa conduta do sujeito.

Em suma, pôde-se observar que no início da constituição daquele território, há a preocupação, pelos próprios moradores e por algumas ONGs, de possibilitar a construção de uma vida digna que começou a ser conquistada com a história de ocupação do bairro e as lutas para conseguir uma estrutura básica de habitação e legitimação das moradias. No entanto, os poderes conflitantes a este processo mudam de estratégia ao não se configurarem mais a partir da lógica de contraposição. A lógica se transforma para uma concepção de governa(r)mentalidades que se utiliza de táticas desenvolvidas numa sociedade de controle e disfarçadas pelo discurso da cidadania.

Guattari e Rolnik (1986, p.29), discutem que, à primeira vista, o trabalho comunitário pode assumir uma ação coletiva e emancipadora pela autonomia, mas a estrutura de funcionamento desta prática pode estar reproduzindo movimentos paternalistas e reacionários por meio de relações totalmente autoritárias e até fascistas. Relações estas concretizadas nas próprias práticas dos personagens envolvidos, os trabalhadores sociais que, de alguma maneira, atuam na produção de subjetividade.

O Estado cumpre um papel fundamental na produção de subjetividade capitalística. É um Estado-Mediador, um Estado-Providência, pelo qual tudo deve passar, numa relação de

dependência, na qual se produz uma subjetividade infantilizada. Essa função ampliada do Estado – muito mais abrangente do que os poderes administrativo, financeiro, militar ou policial – se realiza, por exemplo, através de um sistema assistencial – aquilo que nos EUA é chamado de well fare state. É um sistema de “salários diferidos”; um sistema de subvenções que fazem com que o grupo se auto-regule, se autoforme, se autodiscipline; um sistema de informação, de exame, de controle, de hierarquia, de promoção, etc. O Estado é este conjunto de ramificações, essa espécie de rizoma de instituições que denominamos “equipamentos coletivos”. É por essa razão que o Estado pode falar, sem medo, em descentralização (ibid., p. 147).

Sendo assim, é preciso lançar um olhar sobre as práticas de intervenção social no sentido de reconhecer quais atravessamentos maquínicos que esquadriham práticas profissionais, artísticas, ou de articulação submetidas a modos hierarquizados de trabalho, financiamentos controlados, ou outra forma de captura. Guattari e Rolnik ainda colocam que a verdadeira autonomia ou reapropriação da vida se coloca na valorização das potencialidades de resolução dos problemas que surgem, pelas pessoas que habitam aquele território, “na medida em que os indivíduos, as famílias, os grupos sociais de base, os grupos sociais primários forem capazes de escolher por si próprios o que querem como equipamentos em seu bairro” (ibid., p.148).

Sobre esta realidade, o próximo questionamento que se configura é discutir por quais vias a comunidade resiste a um processo como este e se estas vias realmente se configuram no plano da resistência já que o território está submetido a formas tão diluídas e amplas de controle.

3. Movimentos segmentários:

a Rede de Instituições e Entidades Articuladas do Monte Cristo

Não é apenas o poder público que se infiltra no território e nas relações dos moradores para produzir uma conduta para o bem-estar social. A partir dos diagramas de análise expostos na primeira parte desta pesquisa, foi possível perceber como uma história de lutas por movimentos sociais se transforma em uma prática de negociação entre o poder público, o mercado e a sociedade civil.

Com o crescimento do bairro e, concomitantemente, com o crescimento de sua visibilidade como foco de violência, tem-se a construção de um público alvo perfeito para a intervenção de sociedades civis organizadas.

Por volta do ano 2000, o bairro Monte Cristo se encontra habitado por várias ONGs que têm em seu discurso, assim como o poder público, a construção da prática cidadã entre os moradores visando o bem-estar social, como melhoria de condição de vida.

Não cabe, nesta pesquisa, analisar as práticas realizadas por cada uma destas ONGs, pois não é esta a proposta de trabalho. O que compete a esta pesquisa é colocar estas instituições dentro dos diagramas de análise, ou seja, como submetidas a uma construção histórica que pressupõe um bem-estar social pela formulação de uma cidadania individualista e alienante em consonância com uma normatividade contemporânea da sociedade.

Com este pano de fundo, fica difícil estas ONGs fugirem ao processo de subjetivação produzido em massa para uma padronização das condutas. A individualidade de suas ações no local constrói cotidianos que marcam os sujeitos. No bairro, por exemplo, é comum os moradores qualificarem adolescentes como pertencentes a projetos de uma ONG específica.

Em virtude do conflito do tráfico entre as comunidades, a maioria dos moradores fica impedida de transitar por todo o bairro. Sendo assim, cada ONG trabalha com o público da

comunidade em que se localiza. Este processo confirma ainda mais este tipo de estratificação do território.

Outro ponto que configura esta prática é a falta de conhecimento entre estas instituições sobre os projetos que cada uma realiza. Em uma sociedade da vigilância é preciso saber o que seu vizinho está planejando e quais os interesses envolvidos. Mas, também, em uma sociedade corporativista, é preciso unir seus semelhantes em busca de otimizar as práticas a que se propõem.

A partir destas características e demandas institucionais as organizações começam a se articular com o objetivo de constituir um trabalho em conjunto. Conforme visto durante a montagem do diagrama de análise, a opção mais contemporânea de reunião destas instituições será o trabalho em rede. Pois então, cabe agora descrever como este encontro foi sendo estabelecido, considerando suas identificações homogeneizantes e seus pontos de singularização.

3.1. Os primeiros passos da rede: o Dia Internacional de Combate ao HIV/AIDS

Com a forte intervenção da Prefeitura Municipal, utilizando de pano de fundo o plano urbanístico do território, as ONGs e representações institucionais da comunidade vêm a necessidade de se unir para trocar informações e estabelecer planos coletivos de atuação em contraponto ao projeto fragmentário que começava a se fazer presente no local.

As ONGs e associações comunitárias já eram um número expressivo e não fazia sentido que as mesmas seguissem o fluxo individualista e fragmentado de trabalho que estava se estabelecendo. Conforme relatos de antigos trabalhadores destas instituições, discussões como estas já permeavam os interiores das ONGs. Em 2002, a Casa Chico Mendes e a Fundação Fé e Alegria do Brasil enviaram os primeiros ofícios convocando as associações comunitárias e ONGs do bairro Monte Cristo e arredores a se reunirem com a proposta de se estabelecer um trabalho em rede intitulado, inicialmente, como Rede de Entidades do Monte Cristo (conforme ANEXO).

Na primeira linha deste ofício era expresso o “desejo de construir cidadania com os moradores deste Bairro, através de espaços de participação popular” em que, com a colaboração de entidades governamentais e não governamentais, tinham como proposta buscar “formas de articulação que possam contribuir para melhorar a qualidade de vida desta população” (ANEXO).

A concepção inicial era de que, é importante a construção de um trabalho em rede, pois “cada entidade se fortalece sem perder sua autonomia, construindo, ao mesmo tempo, [um] importante espaço de troca de idéias e de busca de soluções conjuntas para os (...) grandes desafios” (ANEXO).

A partir das atas e registros de reuniões deste período, foi possível contabilizar ao todo 14 instituições que participaram das primeiras reuniões. Foram elas: Associação de Moradores da Comunidade Chico Mendes, Associação de Moradores Nossa Senhora da Glória, Casa Chico Mendes, CEA FIS (Centro de Apoio à Formação Integral do Ser), CARMOCRIS (Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo), Creche Chico Mendes, Creche do Conjunto Habitacional Chico Mendes, Ação Comunitária Chico Mendes (Prefeitura Municipal de Florianópolis), Escola Estadual América Dutra Machado, Fundação Fé e Alegria do Brasil, Oficina do Saber, Lar Fabiano de Cristo, BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil) e GAPA (Grupo de Apoio aos Portadores de AIDS/HIV).

Embora a Associação de Moradores PROMORAR fosse a mais antiga do bairro (fundada em 1988), há de se ressaltar que a mesma nunca manifestou interesse em participar das atividades da rede. Convém lembrar que tanto a comunidade do PROMORAR, como a do PANORAMA não participaram do mesmo tipo de movimento de ocupação pela qual as outras comunidades passaram. Como dito anteriormente, estas eram formadas por funcionários da Eletrosul e sua estrutura de habitação era diferenciada, correspondendo a um tipo de arquitetura nos padrões de conjuntos habitacionais: conjuntos de prédios padronizados e aglomerados em um mesmo terreno com áreas de lazer em comum, construídos especificamente para a população de baixa renda.

As reuniões tinham duração de duas horas e costumavam ser realizadas quinzenalmente. Havia, como proposta de coordenação, uma dinâmica de rotatividade que compreendia no revezamento de coordenação e também de local de realização das mesmas, possibilitando que seus participantes transitassem pelas dependências de todas as instituições envolvidas.

Nas primeiras reuniões surgiu como proposta que a rede tivesse como primeiro tema a ser trabalhado a educação sexual e prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS). Este mesmo tema já constava no calendário de atividades da escola do bairro e este fato contribuiria para o movimento de mobilização dos moradores. Vê-se então, que a primeira ação

já se vinculava com a escola, pois assim seria possível se comunicar com o maior número de pessoas possível no bairro.

Foi possível notar nas atas registradas da época, a atenção dada a como seriam as melhores maneiras da rede se comunicar com o bairro em grande escala. Como fruto desta discussão surgiu a proposta de se realizar um evento para comemorar o Dia Internacional de Combate ao HIV/AIDS, a ser realizado no sábado, dia 30 de novembro de 2002.

Na programação do evento eram previstos shows de Hip-Hop, Maracatu, cultura popular (Boi de Mamão), teatro, capoeira, dança, e, inicialmente, uma apresentação e resgate histórico do evento. Um dos objetivos do evento era divulgar e fortalecer a idéia da construção de uma Rede de Entidades do Monte Cristo e, conforme foi discutido nas reuniões, um evento deste porte, seria o instrumento ideal para tal empreita. Durante o processo de organização do evento, a rede passou por alguns obstáculos que se fazem relevantes nesta descrição para compreender como este grupo de instituições foi sendo tecido.

Pelo registro de uma das atas das reuniões da rede para a organização do evento, datada de 24 de outubro de 2002, o então presidente da Associação de Moradores da Comunidade Chico Mendes ressaltou as dificuldades em conseguir dar seguimento a alguns encaminhamentos solicitados para a prefeitura. A denúncia é no sentido de que a prefeitura demora em responder a estas solicitações e o presidente da associação teme um boicote por parte da mesma sobre as atividades da rede. A representante do poder público então se desculpou pelos entraves e sugere a oficialização da rede perante o mesmo. Os integrantes da rede negam tal encaminhamento.

Durante o mês de novembro, mais próximo ao evento, a rede encaminha ofícios para as secretarias municipais de esporte, saúde e transporte coletivo no sentido de solicitar materiais para a realização do evento e transporte para artistas de fora da comunidade que fariam apresentações no referido dia. Todas as solicitações foram indeferidas.

Na terceira reunião realizada pela rede, uma das pautas da reunião era a saída do CARMOCRIS da rede. A justificativa dada pelo presidente é de que a instituição não poderia mais participar das reuniões, já que o mesmo não teria disponibilidade de frequentar os encontros, pois tinha outros compromissos a cumprir. Sabe-se que neste período, o presidente deste conselho tinha uma maior proximidade com a prefeitura e especulou-se sua saída devido a este fato.

O evento foi então realizado no dia 30 de novembro do ano referido com maciça participação da população local e marcando a oficialização pública e em massa da rede de articulação comunitária das ONGs e OGs. Devido ao sucesso do evento, a rede iniciaria o próximo ano com o apoio popular e, portanto, com uma capacidade de mobilização em massa. O desafio ficaria em torno de como aproveitar esta capacidade de mobilização da rede para abrir discussões na comunidade sobre questões sociais e políticas públicas.

3.2. I Seminário do Bairro Monte Cristo: “Vozes do Monte Cristo: Paz – fruto da justiça social”

Com a consolidação da rede, tendo como via concreta a elaboração de um evento, pôde-se perceber dois pontos fortes de tal articulação: o primeiro era a capacidade de diagnósticos amplos, como o problema da sexualidade e do alto índice de gravidez precoce e de portadores de HIV no bairro; e, o segundo, a potência de mobilização em massa pelo processo de articulação.

Com estas prerrogativas, a rede inicia os trabalhos de 2003, segundo os registros das reuniões realizadas na época, discutindo sobre a violência nas comunidades da Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória. Neste período, o bairro vinha sofrendo com o mercado do tráfico de drogas que cooptava os adolescentes e jovens do local. Com o desenvolvimento do tráfico e seus grupos de venda nas diferentes comunidades do bairro, começa uma disputa pelo mercado em que o maior prejuízo é sofrido por todos os moradores. Filhos de antigos migrantes que conquistaram o direito à moradia, agora sofrem ao ver seus filhos se matando em busca da mais próxima e possível fonte de renda, ou seja, o tráfico.

Neste sentido, a rede começa a elaborar ações de divulgação de informações e de deliberações populares acerca do tema. A intenção era de discutir, em conjunto com a população local, que a violência que assolava o bairro não era de sua natureza ou característica própria e encerrada às suas delimitações territoriais, mas também fruto de uma precariedade da gestão sobre as políticas públicas.

Este discurso veio junto com a inquietude provocada pelo projeto de reurbanização pelo qual o bairro vinha passando e que abria espaço para discutir os problemas de espaços comuns de convivência e lazer. Neste ano e sobre estas deliberações, as instituições mais envolvidas eram a Casa Chico Mendes, a Fundação Fé e Alegria do Brasil, as Irmãs Catequistas Franciscanas, o Lar Fabiano de Cristo, o CEAFFIS, a Escola Estadual América Dutra Machado e as associações de

moradores das comunidades da Chico Mendes e da Nossa Senhora da Glória. Vale ressaltar que o poder público municipal, a partir deste ano, resolveu não mais participar das articulações da rede.

Durante as reuniões, no decorrer do ano referido, dois temas protagonizaram a mesa de negociações: a construção de um portal virtual gerido pela rede e a organização de um seminário popular. A este portal ficaria a incumbência de realizar uma central de comunicação e geração de informações e, ao seminário, a possibilidade de uma discussão mais ampla referente ao diagnóstico realizado pela rede.

A proposta do portal virtual foi apresentada pela Fundação Fé e Alegria do Brasil. Dois frequentadores das reuniões, integrantes desta fundação, eram alunos da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e tinham vínculo com estudantes do curso de graduação Comunicação e Expressão Visual realizado na mesma universidade. A proposta destas duas pessoas era a de auxiliar os estudantes projetar um sítio na internet, sendo que adolescentes do bairro seriam envolvidos no processo de criação com o intuito de que assumissem posteriormente a manutenção do portal.

A estrutura do portal virtual ficaria determinada da seguinte forma (a descrição abaixo foi retirada de um registro de reunião da rede datado de 19/08/2003).

- 1º) Fórum – só para os participantes da rede, onde as pessoas discutirão alguns assuntos. Listas de discussão paralela as reuniões. Não se pretende acabar com o contato pessoal e sim estimular o mesmo. O objetivo é melhorar a rede.
- 2º) Banco de pesquisas – os integrantes da rede podem participar incluindo artigos, fontes de informação e banco de dados.
- 3º) Mural – parte onde qualquer pessoa pode acessar e deixar uma mensagem. Deixando opiniões, [há a possibilidade de] gerar debates.
- 4º) Notícias – só o pessoal das instituições podem colocar estas notícias e informações como vagas de aula... Serão divididas em categorias.
- 5º) Galeria – colocaremos trabalhos, fotos dos moradores com suas visões de vida, mundo e realidade, as instituições decidirão o que será exposto.
- 6º) Documentos – pareceres... na voz coletiva.
- 7º) Institucional – apresentação das organizações. Todas elas. Apresentação da rede. O que é, como surgiu. História da comunidade, como surgiu e como está a situação atual.”

Após a apresentação desta proposta por parte dos estudantes, houve o aval da rede para que o projeto continuasse. Foi acentuado que a proposta era de realização do sítio com o compromisso de que adolescentes da comunidade fossem capacitados para, posteriormente, assumirem a manutenção do mesmo.

O que se percebe, nos registros de reunião, é que o grupo de estudantes da UFSC continuou a frequentar algumas reuniões da rede para deliberar sobre o tema. No entanto, não se verifica nenhuma discussão aprofundada sobre o assunto e o projeto acabou não sendo realizado. Há de se ressaltar que a proposta não estava oficialmente vinculada a nenhuma das instituições participantes da rede e não dispunha de recursos financeiros para a realização do mesmo.

O assunto que realmente protagonizou as discussões da rede foi a realização do I Seminário do Monte Cristo. Conforme os registros de atas, os objetivos desta ação foram os seguintes: promover um ponto de encontro entre as instituições que atuavam na área social e a comunidade; possibilitar um mapeamento das compreensões que a comunidade formava sobre temas na área social; e exercitar uma articulação comunitária, proporcionando a visibilidade do bairro como construtor de ações positivas e propositor de soluções e não apenas como foco de problemas sociais.

Pôde-se perceber, pelos registros de reuniões, que a construção do evento se deu de forma coletiva tanto no que diz respeito ao tipo de proposta, como na divisão de responsabilidades. Neste ínterim, todas as organizações citadas participaram da elaboração da proposta e dividiram incumbências como: convidar a comunidade, divulgação na cidade, providenciar os materiais necessários para realização do evento e divisão de coordenação dos grupos de discussão no dia do evento. No entanto, é importante observar que no item que diz respeito à obtenção de materiais e alimentos para a realização do evento, há registros que indicam uma certa crítica à Fundação Fé e Alegria do Brasil e ao CEAFIS por não terem participado desta ação.

A metodologia do evento compreendia em uma divisão dos participantes em grupos de discussões com temas previamente determinados e com diferentes maneiras de sistematização, havendo, em seguida, uma plenária geral em que se levaria ao conhecimento de todos o que foi discutido separadamente. Os temas escolhidos para os grupos de discussão, bem como a maneira de sistematização, ficaram assim definidos: Partilha, por colagem; Comunidade, por pintura; Justiça, por desenho; Cidadania, por argila; Paz, por escrita; Direitos, por poesia; Solidariedade, por teatro; Sonhos, por história; Autonomia, por acróstico; Transformação, por música ou jogral. A previsão era de que haveria a participação de 200 moradores.

Em conjunto com a realização do evento, haveria a oportunidade das organizações que compõem a rede de exporem painéis que contenham suas atividades e projetos realizados no

bairro. Desta forma, o evento incrementaria o seu caráter de mobilização popular, para também de comunicação em massa das atividades e propostas de trabalho das instituições.

O I Seminário do Bairro Monte Cristo: Paz – fruto da justiça social, foi realizado no dia 04 de outubro de 2003 e contou com a participação das instituições que compunham a rede na época: Casa Chico Mendes, Fundação Fé e Alegria do Brasil, Escola América Dutra Machado, Comissão do Meio Ambiente, Liberdade Assistida – ASA (Ação Social Arquidiocesana), UFSC e Lar Fabiano de Cristo. Embora tenham sido estimados 200 participantes, o evento contou com a presença de 120 moradores, entre crianças, adolescentes e adultos, sendo que a maioria era de mulheres e adolescentes.

Três lideranças comunitárias ficaram responsáveis por coordenar o evento, todas elas moradoras do bairro e representantes de instituições e associações de moradores do local. Ao contrário do que havia acontecido no primeiro evento articulado pela rede (Dia de Combate Mundial Contra HIV/AIDS), em que dois representantes, um da escola e outro da Fundação Fé e Alegria do Brasil, ficaram responsáveis por coordenar e apresentar as atividades do evento, sendo que nenhum dos dois era morador do bairro.

O que se pode observar pelo registro é que o seminário contou com a presença de vários segmentos das comunidades. A avaliação, feita pela rede social sobre o encontro, levanta alguns pontos que se fazem importantes nesta descrição.

Um deles foi que as instituições que compõem a rede tiveram que participar de uma ação concreta em conjunto para viabilizar o evento. Salvo o evento de combate ao HIV/AIDS, foi a oportunidade que a rede construiu para agir realmente em conjunto. A luta para conseguir alimentação para os esperados 200 participantes, bem como estruturas de som, material didático, entre outros e a coordenação dos grupos de discussão exigiram uma divisão de tarefas em que as instituições que participavam da rede, muitas vezes, “para fazer número”, acabaram saindo do grupo, pois os profissionais que as representavam não encontraram espaços dentro de sua própria instituição para auxiliar na organização e realização do encontro. Começa a se perceber que, nas ações concretas promovidas pela rede, podia-se reconhecer quem participava do grupo por demagogia ou por achar politicamente correto, ou, ainda, politicamente interessante.

Outro ponto levantado é que, com a presença de redes de jornais e televisão, tanto ações dos moradores do bairro, como a rede, conseguiram maior visibilidade em nível municipal. Vale

ressaltar que um dos objetivos do encontro era desmistificar, frente aos habitantes da cidade, que o bairro era apenas um reduto de violência.

Os registros sobre o seminário revelam ainda que os moradores ressaltam sua história de luta e resistência contra o descaso do poder público e reconhecem que esta história só pode ser conquistada com trabalhos em cooperação mútua entre as comunidades. Um dos comentários mais freqüentes nos grupos de discussão, e também o que foi mais ressaltado pelo evento, é o de como as pessoas gostam de morar ali e o de que a compreensão de violência pelos mesmos ultrapassa os limites do bairro e habita o plano social como um todo.

Percebe-se uma forte tentativa por parte da rede de valorizar uma identidade positiva pelos moradores do bairro Monte Cristo em combate à imagem que a mídia e o governo municipal tentam passar de que a violência se restringe aos focos de pobreza do município e de que estes lugares são verdadeiros “infernos na terra”. A briga não era somente por uma articulação mais integrada no bairro, mas também pela construção de uma imagem que servisse de contraponto ao que se estava sendo construído pela cidade sobre acontecimentos no local. A tática parecia ter gerado frutos e precisava continuar a ser reafirmada.

3.3. II Seminário do Monte Cristo: o momento de discutir as políticas públicas

A partir do I Seminário do Monte Cristo, a rede inicia um caminho que indica para a discussão da necessidade de pressionar o poder público para desenvolver políticas públicas mais presentes e eficazes no bairro. Nas primeiras reuniões, identificam-se problemas na estrutura educacional da Escola América Dutra Machado, que traz como demanda a falta de projetos suplementares ao plano de ensino formal e à evasão escolar.

A Rede de Articulação do Monte Cristo, em seu terceiro ano de atuação e, portanto, com mais visibilidade e propriedade em suas ações, começa a reivindicar junto ao poder público respostas aos problemas denunciados pela escola. Denúncias são feitas também ao Ministério Público sobre a falta de recursos para a instituição de ensino. Embora poucas ações tenham se efetivado por parte da Prefeitura Municipal, a rede conseguiu um espaço de interlocução com a mesma. Neste sentido, a articulação na área das políticas públicas começava a se desenvolver.

A partir destas ações foi sendo planejado o II Seminário do Bairro Monte Cristo, de mesmo nome que o primeiro: “Vozes do Monte Cristo: a paz é fruto da justiça social”. O mesmo

nome foi dado, pois a intenção era de dar continuidade às discussões iniciadas do primeiro seminário.

Neste ano de 2004, observa-se também a diminuição de instituições participantes dos encontros da Rede. Houve uma tentativa por parte da rede de convidar as organizações que não estavam mais vindo a voltarem a frequentar as reuniões. No entanto, embora elas tenham aparecido uma ou duas vezes, não deram continuidade a sua participação. Portanto, durante este ano, a rede contou apenas com a Casa Chico Mendes, as Irmãs Catequistas Franciscanas, a ASA, a Escola América Dutra Machado e o padre de uma da paróquia do bairro, para realização de suas ações.

O segundo seminário foi então realizado com o objetivo de aprofundar as discussões sobre políticas públicas, apontar diretrizes de ação e conscientizar a população sobre seus direitos. A exemplo do outro seminário, foram organizados grupos de discussão e, neste momento, os tópicos foram: cultura e lazer; segurança e direitos humanos; organização comunitária; habitação e meio ambiente; saúde; e trabalho e renda.

O encontro teve um menor número de participantes do que o primeiro (cerca de 100 moradores), no entanto, segundo os registros, pôde-se perceber que houve uma continuidade no processo de mobilização popular. Se no primeiro encontro os participantes ressaltavam o quanto era bom morar no bairro, neste momento, a discussão partiu no sentido de fortalecer a crítica sobre a precariedade das políticas públicas no local e de como a população poderia se mobilizar para reivindicar ações junto ao poder público.

A rede avaliou como resultado do encontro duas demandas emergenciais a serem tratadas: direitos humanos e lazer. Sobre a primeira demanda, foi organizada uma pesquisa no sentido de se produzir um banco de dados sobre a população. Os temas a serem abordados por esta pesquisa eram: emprego e renda; lazer; segurança, organização comunitária, política, religião e aspectos culturais.

A Rede de Articulação do Monte Cristo encerra o ano de 2004, desenvolvendo novos tópicos de ação na comunidade a partir da produção de dados locais. Desta forma, não estariam mais se submetendo apenas a avaliações de saberes externos, mas também produzindo sua própria compreensão sobre os problemas e diretrizes para reivindicar como demanda social para o poder público.

3.4. Rede: a afirmação de um grupo

Com os resultados da pesquisa, a rede social do Monte Cristo inicia o ano de 2005 elencando os temas mais eminentes para discutir junto à comunidade. Em continuação às discussões sobre a evasão escolar e o alto índice de violência na comunidade, a rede resolve elaborar um próximo seminário dedicado ao tema da juventude e do lazer. Outra estratégia que daria continuidade aos trabalhos do grupo de ONGs seria a promoção de um curso de capacitação para lideranças e moradores do bairro, no sentido de informar e formar ações coletivas na área das políticas públicas.

No decorrer das reuniões percebeu-se que apenas cinco instituições continuavam participando dos encontros da rede: Casa Chico Mendes, Fundação Fé e Alegria do Brasil, Irmãs Catequistas Franciscanas, ASA e a Escola América Dutra Machado. O curso de capacitação começou então a ser pensado como estratégia de reaproximação da rede com os presidentes das associações de moradores. Neste sentido, a rede tinha como objetivo do curso não apenas construir ações coletivas, mas revitalizar-se atraindo as associações de moradores para os encontros. Mais uma vez, a rede elabora suas ações pensando também em seu desenvolvimento como grupo de organizações da sociedade civil que tenha em seu corpo o maior número de instituições afins em seus trabalhos.

Ao final das deliberações sobre o curso, a rede optou por realizá-lo em quatro etapas com os seguintes temas: 1^a – Análise de conjuntura: cidadania e direitos; 2^a – Organização comunitária e espaços educativos; 3^a – Emprego, desemprego e geração de renda: o que é possível realizar no bairro; 4^a – Organismos da sociedade civil.

No entanto, somente os dois primeiros foram realizados durante o ano, sendo que durante a segunda etapa não houve tempo para um tópico considerado importante que seria a discussão sobre como a comunidade conquistou direitos durante sua história de conquista. Um dos materiais produzidos, nesta segunda etapa, foi o registro de relato de moradores sobre a história de construção do bairro, que foi utilizado por esta pesquisa.

Outro fator que mobilizou a rede para realização destes encontros foi a dificuldade em conseguir verba para a realização dos mesmos. Em todos os eventos realizados pela rede sempre foi preciso contar com o que cada uma poderia conseguir, por exemplo, quanto à alimentação e materiais didáticos. Para solucionar tal problema a rede resolve, pela primeira vez elaborar um

projeto em conjunto, de baixo valor financeiro (R\$ 1.000,00), que foi pleiteado e aprovado junto ao Fundo Arquidiocesano de Solidariedade, pertencente à Igreja Católica.

Um problema que chamou a atenção durante os encontros da rede foi a falta de participação da ASA que não vinha mais freqüentando as reuniões. Quando a representante desta organização apareceu novamente, ela justificou que a ASA não estava mais podendo participar, pois havia o risco de que seu projeto na comunidade perdesse o financiamento e, então, estavam passando por um corte de pessoal. Devido a estes fatores, a instituição estava encontrando dificuldades para continuar freqüentando as reuniões da rede. Mais tarde, no ano seguinte (início de 2006), a Fundação Fé e Alegria do Brasil também se vê obrigada a não mais participar das reuniões da rede por falta de financiamento e redução de pessoal.

Quanto ao Dia da Juventude, um dos maiores problemas para organizá-lo seria no sentido de possibilitar que os jovens das diferentes comunidades pudessem se encontrar em um mesmo local, já que um dos maiores problemas do bairro é que estes mesmos jovens não têm liberdade para transitar de uma comunidade para outra em virtude do tráfico organizado. Ao final das discussões, ficou deliberado que o evento seria realizado na Escola América Dutra Machado. Todavia, a maioria dos participantes deste encontro era da comunidade Chico Mendes, onde se situa a escola.

O Dia da Juventude foi realizado no dia 26 de novembro em conjunto com um evento organizado pela escola referente a um projeto ambiental realizado na mesma. De caráter comemorativo e não deliberativo, houve apresentações na área da cultura de dos esportes realizados por jovens e crianças. O encontro contou com as seguintes atividades: apresentações teatrais, apresentações de dança, apresentações de grupos de Hip-Hop e um campeonato de futebol.

A rede também continuou apoiando reivindicações junto ao Ministério Público para melhoria nas políticas públicas para a região. Sobre tal ação, vale ressaltar o caso de que Escola América Dutra Machado enviou um documento apontando os vários problemas pelos quais vinha passando como: falta de qualificação de profissionais que trabalham na escola, falta de policiamento preventivo e qualificado em lugar de um policiamento apenas ostensivo, projetos alternativos e complementares ao processo de educação formal. Junto com estas discussões a rede levou o problema da falta de financiamento ao projeto da ASA sobre a Liberdade Assistida.

Esta reunião com o Ministério Público provocou, então, encontros com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Estas reuniões se caracterizaram em uma abertura para as organizações da sociedade civil deliberar, junto ao poder público municipal, a melhoria das políticas públicas na região. Durante as reuniões, pôde-se contar não apenas com as instituições pertencentes à rede, mas também com algumas associações de moradores como a do Novo Horizonte, Chico Mendes, Carmocris e PROMORAR.

A intenção, por parte dos representantes da sociedade civil, era de pensar, em conjunto com a Secretaria Municipal, planos de desenvolvimento social no bairro a curto, médio e longo prazo. No entanto, a única ação que a prefeitura ofereceu foi uma “colônia de férias” durante o mês de janeiro para crianças e adolescentes do bairro. Este projeto consistia em oficinas esportivas, lúdicas e culturais.

Fecha-se, neste momento, o relato sobre as atividades deliberadas e organizadas pela Rede de Instituições e Entidades do Monte Cristo. Durante este percurso, foi possível notar a existência de alguns instrumentos bem definidos.

O primeiro remete ao formato do espetáculo. A Dia Internacional de Combate ao HIV/AIDS foi organizado nestes moldes, demonstrando sua capacidade de mobilização popular e, principalmente, de comunicar a existência dos trabalhos da rede para a comunidade.

A segunda técnica, que se limitou ao ensaio, mas não a sua efetivação, foi a idéia de formular um sítio na internet e um jornal da rede. Esta impossibilidade pode sinalizar para o fato de que a rede não está interessada em “enxertar” o território de informações, ou até de produzir um dossiê público sobre o mesmo.

O que se pretendia era que os próprios moradores produzissem suas informações e esta proposta foi efetivada com a realização dos seminários populares. Com esta prática, a rede conseguiu aparecer como um real articulador comunitário para a comunidade e não pela mesma. A diferenciação está no fato de que a rede não tentava representar o bairro sobre as questões sociais, mas sim atuar com o bairro sobre suas formulações acerca desta pauta.

A rede, então, poderia funcionar pela comunidade quando estas propostas coletivas já estavam trabalhadas, no sentido de ser sua via institucional. Esta prática foi representada pelas

denúncias à Promotoria Pública e pelas reuniões com dirigentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Por último, cabe destacar o Curso Permanente de Capacitação para Lideranças Comunitárias. A partir deste instrumento, a rede retoma uma forma de contato e deliberação com as associações de moradores que se encontravam afastadas dos encontros da rede desde 2003.

Em si, estes instrumentos não apresentariam nenhuma novidade se não fosse o modo de apropriação efetivado pela rede social do Monte Cristo, ou seja, a questão está na produção de técnicas. O uso destas técnicas será descrito, em seguida, conforme o plano de relações do sujeito neste determinado tempo e espaço. Este tipo de discussão permitirá perceber formas de diferenciação ou repetição no que diz respeito à construção de uma concepção de cidadania no território.

4. Processos de subjetivação na rede social:

a construção das relações

4.1. A construção do tempo

O relato, feito sobre o processo de constituição de uma rede social no bairro Monte Cristo, pode parecer com a tradicional construção de uma linha de tempo constante, lógica e homogênea. No entanto, espera-se que, com o tratamento que será dado neste momento de análise, esta primeira impressão se dissipe e se reorganize em um emaranhado de linhas que dão nuances ao presente.

A intenção é de emancipar o tempo de seu movimento (PELBART, 2004, p.15), no sentido de não limitar os acontecimentos a uma ordem sensório-motora, mas de fixá-la numa perspectiva ótica em que se permite analisar um plano de acontecimentos e não uma linha do tempo.

Retomando o registro dos relatos dos moradores sobre a história de conquista do bairro Monte Cristo, vê-se, ao contrário de uma reconstituição do passado, a construção de uma elaboração dos acontecimentos em virtude do que se vivencia no presente. Em hipótese, se este registro fosse constituído por ex-moradores que voltaram para suas antigas cidades, provavelmente, teríamos uma outra construção do passado no presente. Da mesma forma, pode-se pensar sobre a constituição da rede social do Monte Cristo, não como uma trajetória, mas como um plano de acontecimentos.

Neste sentido, Pelbart (2004, p. 63-72), ao discutir a compreensão de tempo nas obras de Gilles Deleuze, coloca no plano das relações a lógica de um tempo chamado Cronos e de outro chamado Aion. Cronos é o tempo cronológico, aprisionado nas ações dos corpos, das qualidades corporais das causas. Enquanto Aion é o tempo da superfície em que se dá espaço para acontecimentos incorporais, dos atributos e dos efeitos. “Cronos é o domínio do limitado e infinito, Aion do finito e ilimitado” (p.72). Aion é um tempo que não pretende se instaurar, mas

apenas *se fazer aparecer*, ou seja, ações legitimadas apenas pela sua existência e sem princípio de causa. Por outro caminho, o Cronos se limita ao que não pode escapar, às relações já previstas e que, portanto, não se ativam para se fazer aparecer, mas somente para seguir o que está previsto.

Com esta síntese, torna-se possível perceber em quais ações a rede dá vazão a um tipo de prática que constrói um tempo da diferença e onde ela possibilita a instauração de um tempo que se faz instituinte de uma cronologia e previsibilidade de ações.

Neste plano, observa-se a construção de um tempo próprio que se reflete na prática e dialoga com a dinâmica do tempo moderno. A rede social em análise é constituída, basicamente, por um conjunto de instituições que respeita um novo modelo de intervenção social. Este formato, mais contemporâneo, tende a um estilo de “empresas sociais”. Como dito anteriormente, elas estão localizadas nestes moldes quando seguem um padrão institucionalizado de ação com base nos “projetos sociais”. A este formato é instituído um poder como se fosse uma “cartilha” de intervenção social. Com este instrumento, permite-se uma racionalização da ação social enquadrada em categorias como: público alvo, cronograma de metas, viabilidade do projeto e, até mesmo, dias de atendimento em horário comercial.

Estas determinações imputam uma lógica de tempo submetida a um mundo capitalístico integrado que industrializa os modos de vida. Guattari (2003), em *As três ecologias*, afirma a existência de um Capitalismo Mundial Integrado (CMI) que “(...) tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens, etc” (p. 31).

Neste tipo de organização mundial, produzem-se regimes semióticos econômicos, jurídicos, técnico-científicos e de subjetivação. Com estes instrumentos tem-se a construção de um objeto produtivo-econômico-subjetivo. É possível identificar em projetos das organizações da sociedade civil que atuam no bairro Monte Cristo a necessidade de se enquadrar como objeto desta lógica quando estabelece a viabilidade do projeto, ou determina como índices de avaliação o crescimento da renda financeira do público alvo, ou, ainda, estabelecem prazos para as transformações sociais em seus cronogramas.

O mundo contemporâneo se vê cada vez mais encerrado nesta lógica capitalística. Integrada, ela não precisa mais de um centro do poder e se dilui na produção de subjetivações

serializadas. O mundo capitalístico também se organiza em rede, e com ele a sociedade como um todo, para estabelecer um padrão de funcionamento submetido à lógica neoliberal na modernidade.

Vivemos um CMI, um capitalismo globalizado que se estende em rede. É por isso que contra a rede do capitalismo da globalização se insurge uma outra rede que é a do terrorismo. Rede contra rede. Acreditamos que não há como escaparmos da rede e por isso a estratégia é a de constituirmos outras redes: redes quentes, redes não comprometidas com a exploração capitalista nem com o terror, mas sintonizadas com a vida, redes autopoieticas. Redes públicas que envolvem a dimensão coletiva da existência e que estão comprometidas em processos de produção de subjetividades não dominadas pelo pânico, pela dívida, pela depressão (PASSOS, 2000, p. 09).

Nesta perspectiva de ação, tem-se a inserção num trabalho em rede que implica em abrir um tipo de prática, caracteristicamente, hierárquica, homogênea e previamente definida, para um tipo de relação múltipla e aberta.

Quando várias instituições, com várias formações político-pedagógicas e outros vários interesses e financiamentos estão envolvidos em um trabalho conjunto, todas as ações do grupo precisam ser discutidas e deliberadas, levando-se em consideração esta multiplicidade de naturezas.

Em termos práticos, no simples ato dos integrantes da rede se encontrar já se caracteriza como um problema. Sobre suas reuniões, observa-se a definição de uma frequência (quinzenal) e de um tempo (2 horas). Mesmo que a rede precise de uma maior frequência de encontros ou de maior tempo de discussão, isto é definido a partir da possibilidade destas instituições liberarem seus profissionais para tal necessidade que não é interna, mas do plano coletivo.

Como evidência, observa-se nos registros que, na ocasião em que são organizados eventos da rede e é necessário aumentar a frequência de encontros, por muitas vezes, os profissionais que integram a rede são impossibilitados de comparecer às reuniões por exigência de seus afazeres corporativos. Estas impossibilidades se refletem em adiamentos de resoluções, de organização de eventos e de definições de posicionamentos coletivos sobre ações de reivindicação junto ao poder público municipal.

Tem-se, assim, o dilema do mundo individualizado e interiorizado das organizações em um constante embate com o mundo, não apenas em rede, mas, presencialmente, coletivo. Integrantes da rede, em uma reunião de avaliação das atividades de 2005, acentuam a dificuldade de se trabalhar em rede, ao dizerem que é preciso ter paciência para uma relação desta amplitude.

A rede social tem, então, como um de seus algozes, a velocidade e dinâmica dos tempos contemporâneos em que as instituições estão envolvidas, tornando-se barreira para uma maior concretização de um espaço em rede que pretende ser diferenciado. A velocidade que o projeto da modernidade exige não contrapõe, mas compõe o trabalho em rede, infiltrando-se no formato de seus encontros, na participação de seus integrantes e na resolução de suas práticas.

Todavia, a rede resiste à fugacidade do mundo contemporâneo quando insiste em continuar existindo. O simples fato de sua permanência, mesmo sem contar com todas as organizações que atuam no bairro, permite a construção de um outro tempo mais lento, porém mais móvel e perene. A rede nunca depende de apenas um ponto, no caso uma instituição, para se manter. Ela é plástica, permite idas e vindas devido a sua propriedade coletiva e múltipla. A Rede de Entidades e Instituições do Monte Cristo já está em atividade desde 2002, passando por solidificações e fissuras, mas nunca deixou de ser uma potência de ação.

Outro fator que diferencia este trabalho em rede diz respeito ao tempo de intervenção que está criando. A rede estabelece aparecimentos pontuais e definidos no território. Produz acontecimentos, no sentido de promover encontros entre moradores sem estabelecer um público estanque, ou um resultado esperado. Estes acontecimentos mobilizam o bairro como um todo, cidadão ou não e sem esperar um desempenho favorável a todos para garantir o bom andamento dos trabalhos. Não há um financiador a se prestar contas, apenas a si mesmos, seus próprios reguladores. Como dito anteriormente, ações em um tempo Aion, ou seja, finito e ilimitado.

Pode-se dizer, desta forma que a possibilidade de produzir um outro tempo em suas ações abre muitas possibilidades de diálogo no bairro e com o poder público. Não está se falando em liberdade de ação, mas em autonomia, ou seja, na possibilidade de determinar suas ações tendo apenas como diretrizes, seus limites e as responsabilidades sociais (PRADO FILHO; TRISOTTO, não publicado).

A noção de tempo aqui adota uma faculdade plástica em que se permite atuar por mutações, ou seja, formas diferentes de aparecer: como no caso da realização dos seminários, como também por formas mais perenes, como no caso do curso de capacitação permanente. Até mesmo neste último formato, não se encontra um objetivo uno em que se almeja um resultado visível e viável. Nesta prática, os objetivos são as conexões em si, independente do que se desdobrará delas.

Portanto, algumas relações nesta rede podem ser efêmeras, pois não pressupõem vínculos institucionais ou contratação de profissionais e nem estabelecem por quanto tempo e quais organizações devem participar de seus trabalhos, mas, certamente, sua existência deixa de ser efêmera a partir do momento em que insiste em permanecer no local e em efetivar as práticas a que se propõe.

4.2. A construção do espaço

Em outro momento, discutiu-se sobre o aprisionamento em que as ONGs se inscrevem quando começam a delimitar suas ações a partir da estruturação de projetos para financiamento. As grandes agências financiadoras beneficiam projetos a partir da política de atuação que é priorizada em um contexto macropolítico. Os resultados são as estratificações sociais em que se define, por exemplo, um “público alvo” a ser beneficiado pelos projetos sociais.

As ONGs, que não surgiram de dentro da comunidade, escolheram o bairro Monte Cristo como área de atuação por entender que a pobreza (econômica, educacional e habitacional) é o principal foco de problema a ser erradicado para que se construa uma sociedade mais cooperativa, segura e igualitária. Para isso é preciso que estas instituições operem no campo das individualidades, no sentido de fortalecer uma cidadania para o bem-estar social.

Estes projetos, geralmente, são submetidos a um plano-político-pedagógico em que se constrói corpos e espaços políticos de ação na comunidade conforme os princípios compreendidos pela missão de trabalho a que uma determinada ONG se propõe a realizar.

Além disto, o tipo de conexão que estas organizações estabelecem com o local pode impossibilitar um conhecimento amplo do território. A maioria das ONGs limita suas ações a uma comunidade definida, já que, como comentado anteriormente, muitos moradores são impossibilitados de transitar entre uma comunidade e outra por motivo de disputas do tráfico de drogas. Estas ocorrências intensificam e confirmam recortes e conflitos que, por sua vez, fragmentam e contrapõem relações no território.

Este projeto estratificado se rompe com o trabalho em rede, pois, diferentemente dos projetos sociais, a rede social não depende diretamente de financiamentos e de público alvo. Sua característica não se define a partir de um público alvo em que as agências financiadoras acreditam valer a pena intervir. A proposta deste trabalho em rede é o de articulação e não de

projeção. Articular implica em angariar potencialidades daquele espaço para concretizá-las em ações.

Um projeto social estabelece uma educação para a cidadania, enquanto um processo de articulação implica não apenas em um exercício, mas também numa construção política por parte de seus participantes. Em contraponto às ações estratificadas, os eventos organizados por esta rede social, como no caso dos seminários, colocaram no cerne das discussões e diagnósticos sobre o território, diferentes grupos do local. Cada instituição se compromete a levar o grupo com o qual se relaciona e o que se percebe é a realização de ações mais amplas em que se estabelece como resultado, articular uma multiplicidade de desejos e olhares que possam se fazer presentes.

Estas ações abrem frestas nas duras linhas que separam as comunidades e potencializam novas conexões entre sujeitos e instituições, ou seja, propõem uma nova estruturação de uma cartografia das subjetivações.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), o princípio da multiplicidade está em se constituir efetivamente como um substantivo. O conceito de multiplicidade implica em uma “inexistência de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito”. Para estes autores o múltiplo não é definido pelos sujeitos ou objetos, mas sim por “determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza” (p.16).

Desta forma, pode-se entender esta rede social como resultado e resultante de multiplicidades. No momento em que se limita, ou na verdade se expande, para uma intervenção em modo de articulação, ela estabelece um modo de relação da amplitude. O repertório ideológico que habita a rede impossibilita uma ação de formatação homogênea. Os diferentes posicionamentos políticos que habitam a rede se confundem neste formato de interação e abrem espaço para a criação de outros tipos de intervenção.

Se as ONGs, por meio dos projetos sociais, podem ficar aprisionadas por planos político-pedagógicos ideológicos e políticas de financiamento, a rede é a construção de um espaço que servirá como linha de fuga para outras ações, ou seja, outras potências de intervenção em que as instituições podem investir suas energias.

Isto se reflete também no campo dos indivíduos que se encontram quinzenalmente nas reuniões da rede. Como relatado por estes próprios sujeitos nas reuniões, este espaço de encontro da rede possibilita desabaços de seus integrantes sobre a falta de flexibilidade e limitações de

suas ações institucionais. Alguns indivíduos promovem as reuniões como um espaço de diálogo coletivo contra a solidão do discurso e das práticas das organizações em que trabalham.

Portanto, a construção não é de um espaço cooperativo e comunitário. Trabalhar em rede não pressupõe nenhum destes dois princípios, pois implicaria em negar as individualidades que se fazem presentes por meio de seus vetores políticos de ordens diversas. O trabalho em rede pode ser visto como um espaço onde habitam multiplicidades, pois assume como existentes as diferentes forças que se regulam ao interagir e que produzem, por meio desta convivência coletiva, formas de ações diferenciadas.

4.3. A construção das práticas

Uma descrição foi feita no sentido de abordar as várias formas de intervenção social existentes no bairro Monte Cristo, desde seu período de ocupação até a formalização de uma rede social que, em seu início, agrupava ONGs e OGs para deliberar sobre a construção da cidadania, por meio do fortalecimento de espaços de participação.

Foi discutido, neste estudo, que uma ação social voltada para a cidadania, ainda que com o rótulo da participação, não implica, obrigatoriamente, em um processo de politização dos sujeitos. Pode-se citar como exemplo, a relação representativa que as comunidades estabeleceram com suas respectivas associações de moradores. Os moradores personalizam nas lideranças comunitárias a figura do representante legítimo de seus interesses e deixam de participar da gestão de seu próprio cotidiano.

Outro exemplo é o caso da criação da UFECO, durante o mandato do prefeito Édson Andrino, que, mesmo com a bandeira da participação popular, desvelou-se como mais uma técnica de controle e domesticação da prática política.

Observou-se também, que o trabalho das ONGs não garante que processos de singularização sejam desvelados. Estas instituições, com seus projetos sociais, instituem saberes estabelecem recortes sociais e modos de conduta que respeitam muito mais às demandas capitalísticas das agências de financiamento, do que as demandas e saberes que são produzidos no próprio território.

A partir destas práticas, é possível trazer à tona a primeira problematização em análise que permeia toda esta pesquisa, ou seja, questionar as práticas de entidades da sociedade civil

que produzem uma conduta da participação democrática sobre a gestão dos bens públicos, por meio do discurso da cidadania, mas que se fundamentam em demandas do capital privado.

Segundo as descrições realizadas, instituições que sustentam estes discursos operam na ordem de produção de valores, pois atuam em detrimento das singularidades existentes no local. Em suas metodologias, listam uma série de condutas aceitas e valorizadas socialmente, mas que não implica, necessariamente, em transformar a realidade do local, mas, ao contrário transformar o local a partir de uma realidade globalizante.

Foucault (1998) afirma que a institucionalização da moral conduz as práticas em nome de um possível bem maior, por meio de um conjunto de valores e regras, neste caso, o bem-estar da sociedade. O autor ainda coloca que estas práticas se afirmam dentro das instituições tradicionais, como a família, a escola e a Igreja, mas também se infiltra nas práticas de si para produzir um sujeito moral. Por sua vez, o sujeito avalia os prejuízos e débitos de um conjunto de valores e pressupostos morais para determinar o seu posicionamento a partir de seus interesses (p.26-28).

Foucault também estabelece critérios para se constituir a história de uma moral em que se faz necessário evocar as diferentes realidades que permeiam as práticas no mundo contemporâneo:

História das “moralidades”: aquela que estuda em que medida as ações de tais indivíduos ou tais grupos são conformes ou não às regras e aos valores que são pressupostos por diferentes instâncias. História dos “códigos”, a que analisa os diferentes sistemas de regras e valores que vigoram numa determinada sociedade ou num grupo dado, as tomadas por sua multiplicidade, suas divergências ou suas contradições. E, finalmente, história da maneira pela qual os indivíduos são chamados a se constituir como sujeitos de conduta moral: essa história será aquela dos modelos propostos para a instauração e o desenvolvimento das relações para consigo, para a reflexão sobre si, para o conhecimento, o exame, e decifração de si por si mesmo, as transformações que se procura efetuar sobre si. Eis aí o que se poderia chamar uma história da “ética” e da “ascética”, entendida como história das formas de subjetivação moral e das práticas de si destinadas a assegurá-la (op. cit.).

Foucault apresenta a palavra ética entre aspas, pois questiona um tipo de conduta que inscreve o sujeito em modos de subjetivação submetidos por normas sociais. Como construção de um pensamento uno sobre a prática cidadã que estabelece bens gerais à sociedade, muitas vezes em detrimento a seus próprios sujeitos. À ascética, compreendem as práticas de si, ou seja, as tecnologias que operam no e a partir do sujeito para sustentação desta moral.

Nestas relações, valoriza-se um cuidado do si que implica num trabalho que o homem aplica sobre si mesmo construindo um sujeito moral: o domínio de si. Este trabalho requer um treinamento, um exercício, uma repetição prescrita pela virtude que se inscreve para formar o cidadão.

Em um outro momento deste estudo, afirmou-se que o exercício da cidadania implica em sua prática repetida e incondicionada, um voto de obediência ao que a sociedade decide como útil. Em conexão com o que está sendo discutido no momento, percebe-se que o sujeito moral exercita uma cidadania que seja útil não, prioritariamente, para si, mas para a sociedade, acreditando assim, estar revertendo esta prática em seu próprio benefício.

Do mesmo modo, tratou-se de elencar a história de adequação de um território e população às normas e valores estipulados pela concepção de bem-estar social. Durante este processo, também foram levantadas as técnicas para assegurar a vigência dos códigos estipulados socialmente. E, ainda, como os moradores do bairro foram implicados neste processo em que foram sendo inscritos, a partir de suas práticas cotidianas, como sujeitos desta moral.

No que concerne ao estudo da cidadania, vê-se um projeto de moralização que transcende as instituições e atua no campo da individualização. Não se trata exatamente de uma despolitização do sujeito, mas de um controle de seus interesses a fim de delimitar seu plano de atuação. Neste sentido, ser cidadão envolve, muitas vezes, a garantia de seus direitos, ainda que em depreciação ao direito do vizinho. E mesmo quando se trata de uma cidadania pautada nos moldes de participação, trata-se de uma participação individualizada, ou seja, uma participação revertida às lideranças ou representantes associativistas.

Dentro deste contexto, em que a cidadania em si não é vista como uma garantia da politização do sujeito no coletivo, faz-se figurar a segunda parte da problematização presente ao longo deste estudo: descrever como a tecnologia de uma ação em rede pode se conectar com esta realidade. Mais especificamente a este estudo, indagar como a Rede de Instituições e Entidades Articuladas do Monte Cristo compreende, em sua prática, uma ação para a cidadania que pode reproduzir ou se diferenciar do padrão contemporâneo de individualização do cotidiano.

No mesmo discurso em que a rede afirma atuar para a construção da cidadania, ela define como prática o fortalecimento não apenas da participação, mas da participação popular (ANEXO). No dicionário (FERREIRA, 1977), vê-se alguns sentidos que o adjetivo *popular* traz

para incrementar o sentido de participação: **1.** Do, ou próprio do povo, ou feito por ele; **2.** Simpático ao povo; **3.** Democrático; **4.** Homem do povo.

No momento em que foi discutido o conceito de população, afirmou-se um processo de diluição dos sujeitos na massa. Como no dicionário, o homem agora é do povo, pertence a ele amarrado pelos grilhões da ditadura democrática e pelo povo tem o dever de trabalhar, se cuidar, viver e até morrer. Quando a rede afirma a participação popular corre o risco de encerrar o modo de ação do sujeito a uma compreensão tão opressora quanto.

Obviamente as ações do sujeito se fazem no coletivo, mas se afirmam na sua singularidade para fazer protagonizar a diferença. Portanto, fortalecer a participação do sujeito no coletivo se diferencia da idéia de fortalecer a participação popular, na medida em que protagoniza a ação de qualquer sujeito e não apenas daquela determinada população.

Esta diferenciação é o analisador dos tipos de participação refletidos nas práticas construídas pela rede social do Monte Cristo. A construção de uma cidadania por meio da participação popular caracteriza uma estratégia da rede, mas, tão importante quanto, são as táticas empregadas no cotidiano para promover estas ações estratégicas.

A primeira tática que se observa é a promoção de um evento como o Dia Internacional de Combate ao HIV/AIDS. Durante o início de trabalho da rede em 2002, este foi o tema escolhido para intervir socialmente, pois a escola do bairro já o estava discutindo com os alunos. Contar com um trabalho que a escola já estava desenvolvendo garantiria o envolvimento não apenas dos alunos, mas de seus responsáveis. Em todos os eventos que a rede promoveu envolvendo a Escola América Dutra Machado, pôde-se observar como esta instituição participou levando a maioria dos moradores.

O fato do evento se configurar como um dia comemorativo e não deliberativo também pode ser visto como uma tática de apresentação da rede para comunicar à população sobre sua existência e força de mobilização popular.

O I Seminário do Monte Cristo foi elaborado com o objetivo de promover uma história do local baseada em lutas e conquistas. Em uma cidade que valoriza apenas a cultura de migração dos açorianos na ilha, o bairro Monte Cristo afirma sua diferença ao recuperar uma história de migrantes do oeste catarinense excluídos do projeto macro-econômico da agricultura de latifúndio. Uma história de ocupação que, para se consolidar, precisou da participação

coletiva e da insistente reivindicação de seus moradores, junto ao poder público, por melhores condições de vida.

No II Seminário do Monte Cristo, novos tópicos foram levantados para definir as necessidades (e não problemas) sociais do bairro. O que se observou não foi mais uma afirmação de sua história de lutas e conquistas, mas uma projeção de futuro quanto às políticas públicas. O objetivo era de que os próprios moradores diagnosticassem o que o bairro entendia como lazer, cultura, trabalho, saúde, educação, habitação e direitos humanos. No momento em que o poder público intervia no local, por meio de um plano de habitação higienista, a rede organizava, como forma de resistência, um espaço de deliberação popular sobre os mesmos tópicos.

O Curso de Capacitação Permanente para Lideranças Comunitárias é construído, não para formar opinião, mas como tática de aproximação com as associações de moradores que estavam deixando de frequentar a rede social. Com esta prática era possível manter um circuito de diálogo entre estes dois grupos de organizações da sociedade civil, sobre temas claramente definidos e sem pressupor um vínculo institucionalizado de participação.

Durante o ano de 2004 e, principalmente, durante o ano de 2005, a participação, nos encontros da rede, das ONGs que atuavam no bairro foi diminuindo restando apenas 4 instituições, sendo uma delas, a Escola América Dutra Machado. Inicialmente, este fator foi visto pelos participantes como uma crise pela qual a rede estava passando. As primeiras ações foram de enfrentamento do problema, refletido em tentativas de reaproximação das organizações que haviam saído.

Após algumas frustrações neste sentido, os integrantes da rede transformaram a crise em afirmação, ou seja, discutiram e concluíram que a rede não precisa agregar todas as instituições que existem no bairro, esgotando, desta forma, qualquer outro tipo de atuação integrada que não seja a própria rede. Era necessário perceber que a Rede de Entidades e Instituições Articuladas do Monte Cristo podia se limitar ao que era e ao que foi construído, sem vislumbrar um domínio total de participações das ONGs no local. Este fato é comprovado pelo próprio curso de capacitação citado, em que a rede estabelece uma tática de diálogo com as associações de moradores e com o seu conselho (CARMOCRIS), abolindo a tática de atraí-las para a integração institucionalizada.

Para encerrar este conjunto de exemplificações, em todos os processos de avaliação feito pela rede sobre suas práticas, sempre foi acentuada a importância de se destacar que a rede, em

seus planejamentos, não visualiza resultados, mas principalmente o processo de trabalho coletivo. Isto significa que as práticas da rede têm um fim em si mesma e não se submete a uma razão teleológica.

Retomando a discussão colocada neste item, foi apresentada uma problemática para localizar por quais modos a construção de uma rede social no Monte Cristo pode produzir diferenças a um movimento de moralização da concepção de cidadania imputada no sujeito. Após as ações apresentadas, pode-se seguir uma lógica de reflexão contrapondo o uso da moral por uma construção ética das práticas do sujeito. Para compreender a concepção aqui utilizada de ética, convém citar Prado Filho e Trisotto (artigo não publicado):

A conduta ética é um tipo particular de comportamento orientado por preceitos, que apresenta dimensões individuais e coletivas, implicando questões políticas, uma vez que coloca em jogo um sujeito que toma decisões dentro de uma estreita faixa definida por limites e padrões socialmente estabelecidos. Isto pressupõe um sujeito racional, consciente e reflexivo – sujeito kantiano, moderno – que exerce sua liberdade e autonomia para decidir, tendo em conta seus limites e responsabilidades sociais avaliando as conseqüências dos seus atos (p. 2).

Esta concepção se baseia nas discussões de Foucault (1998) sobre um posicionamento do sujeito que se contrapõe ao cuidado de si. Trata-se de uma cultura de si, que permite transparecer um sujeito que se constitui frente a si próprio, não como um indivíduo imperfeito, foco de violência e de mazelas sociais que precisa ser cuidado pela sociedade, mas como um indivíduo que marca seu lugar e seu valor num coletivo e que é tão responsável quanto todos pelos acontecimentos a sua volta.

Diante desta concepção, é o campo de relações do sujeito que possibilita abarcar o indivíduo e o coletivo como produtor de decisões e não apenas como vetor para elas. Este sujeito, apesar de contar com a força política das decisões democráticas, por estar no campo do coletivo, não pode ignorar a responsabilidade social que exerce sobre ele. Foi por este motivo que, em determinado momento desta pesquisa, colocou-se em contraponto ao verbo exercitar, pelo verbo construir, em que foi atribuído a este a potencialidade de abrir frestas para fazer desvelar multiplicidades.

As práticas da rede social do Monte Cristo podem ser vistas também por este prisma. Em suas ações, a rede possibilita que os moradores do bairro se encontrem para discutir o que lhes incomoda na comunidade e na sociedade como um todo. Estes eventos, como toda a ação da

rede, não se move por finalidades, mas é em si o próprio fim, ou seja, a própria razão do encontro como ato de cidadania.

Em suma, a Rede de Instituições e Entidades Articuladas do Monte Cristo, marca sua diferença no momento em que não se limita apenas a reproduzir e exercitar uma cidadania imputada por forças cristalizadas e, tão somente, macropolíticas. Por meio das práticas desta rede social, criam-se tecnologias próprias para uma cidadania, não apenas participativa, mas efetivamente coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste processo descritivo analítico, buscaram-se os diferentes tipos de enunciados que atravessam as práticas da Rede de Instituições e Entidades do Bairro Monte Cristo. Como nas viagens de Marco Pólo (CALVINO, 1990), ao lançar um olhar sobre este território, foi possível se deparar com uma heterogeneidade de acontecimentos que se entrecruzam sobre o tema da cidadania. Estes acontecimentos, não se limitam a descrever apenas o interior do funcionamento desta rede, mas também seus contornos.

Durante a construção do diagrama de análise, foram traçadas algumas linhas gerais de tensão que atravessam o campo da cidadania e o trabalho em rede e que fundamentaram as práticas apresentadas posteriormente.

O andamento do estudo foi apresentando uma relação em rede que não se caracteriza como a expressão de uma vontade una e harmônica por parte dos envolvidos, mas que a mesma é um constante embate político de forças que tentam se estabelecer e se sobrepor umas sobre as outras a partir de seus interesses. Com esta configuração, identificou-se em quais momentos um tipo de funcionamento institucional em rede pôde ser visto como um espaço que possibilita posicionamentos diferenciados.

Deixo, por fim, algumas digressões sobre os processos de formação de uma rede:

1. Sobre as linhas: *a multiplicidade de interesses e sua variação na intensidade das forças envolvidas resistem à produção de uma lógica programática, pois possibilita o aparecimento de uma “lógica de situação”, ou seja, ações como segmentos e não restritas somente a linhas contínuas.* Este termo, utilizado por Guattari e Rolnik (1986, p. 167), apresenta uma outra forma de operar sobre vida. A “lógica da situação” é o próprio movimento de resistência, pois não implica em ações como meios para se alcançar uma nova verdade ou um novo status. Como toda ação institucionalizada, esta rede social está submetida a uma lógica programática que estabelece a coerência de suas ações. No entanto, esta coerência se constrói por um código de ética que tem como linguagem a mobilidade e atualidade das ações, que se definem conforme os gritos que

surgem no território. Por este motivo, a rede em análise estabelece segmentaridades, ou seja, ações que têm um território definido como movente, mas que o compreendem como múltiplo e o afirma desta forma, em resposta a uma força que quer construí-lo como um sedimento estático e inanimado.

2. Sobre os nós: *uma rede não representa um interesse único e sintetizado de todas as instituições, mas sim um encontro variado de interesses que se pretendem estabelecer em relação a um mesmo campo de intervenção.* Isto significa eliminar a compreensão de que esta rede social se baseia por um princípio de cooperação, para afirmar em seu lugar ações sustentadas por um princípio de ação coletiva. Neste sentido, não é a síntese de suas conexões em nós que caracteriza esta rede, mas o movimento que potencializa a criação destes. Uma rede pode prescindir do discurso de solidariedade para acontecer. Suas práticas se caracterizam por embates políticos, conforme a linha de força que se faz predominar sobre determinado momento e que varia a cada decisão tomada em conjunto pelas diferentes instituições. Portanto, o trabalho em rede abre a possibilidade de se caminhar por várias direções e criar diferentes conexões, ainda que corra sempre o risco de reproduzir outras, como as que se fabricam pelo discurso maquínico da cidadania.

3. Sobre os espaços: *atuar desta forma implica em ampliar a visão da rede, não somente como linhas e nós, mas também como são habitados os seus interstícios.* A rede não reproduz as práticas das linhas que a compõem e nem se configura meramente por seus pontos de conexões, ela dialoga com os espaços deixados por estas linhas e nós. Isto permite que a rede seja também produtora de acontecimentos. Os acontecimentos não estão previstos por determinações e encontros pré-estabelecidos, eles aparecem entre estes sem estar exatamente conectados aos mesmos. É o que Guattari e Rolnik (1986, p. 176-177) vão afirmar sobre uma “função de autonomia”, ou seja, a potencialidade de não funcionar apenas em submissão às linhas e nós já estabelecidos, mas de criar, conforme seus interesses e necessidades, outras formas de agenciamentos que ainda não foram ocupados por suas práticas e não estão previstos como utilitários para seu processo de organização. Neste sentido, preencher os espaços, que à primeira vista significam o vazio ou o nada, implica em ter autonomia para considerar os lugares que as linhas e conexões pré-estabelecidas não alcançam. É a própria ação micropolítica que considera o

que acontece nas pequenas frestas e por elas permitem potencializar o que antes não havia encontrado passagem.

Uma prática que se caracteriza também como ampla e transitável. Ampla, pois se permite criar e possibilitar criações de intervenções em diferenciadas frentes, sem se submeter a um único caminho ideológico ou pragmático. Transitável, pois sua característica de abertura para infinitas conexões implica em ser tecida por diferentes linhas e pontos, estáticos ou móveis, duros ou flexíveis, que caracterizam a riqueza do território que constrói. Tais aspectos possibilitam ao sujeito refletir sobre si mesmo e sobre o coletivo para que produza seus próprios posicionamentos, a partir de práticas, não apenas individualizadas entre quatro paredes (ideológicas ou pragmáticas), mas emaranhadas pela diversidade de relações que a vida pode produzir em seus momentos paradoxais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, Luiz Antonio **A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades**. São Paulo : Summus, 1999.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**; tradução Diogo Mainardi. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CANELLA, Francisco; KRISCHKE, Paulo José. **A UFECO e o movimento dos sem-teto: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade**. 1992. 153fDissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- CAPONI, S. **A lógica da compaixão**. In: TRANS/FORMA/AÇÃO: Revista de Filosofia (Fundação para o Desenvolvimento da UNESP). São Paulo, v. 21/22, 1998/1999.
- CARRETEIRO, T. C. **Formação, desenvolvimento e transferência de uma favela**. In: **Revista do Departamento de Psicologia** – UFF, v. 6, nº 1 e 2, jan/dez 1994, p. 61-68.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____ **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. – 3º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTEL, Robert **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**; tradução Roneide Venâncio Majer; atualização para 6ª edição Jussara Simões. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo : Paz e Terra,1999.
- CHAUÍ, Marilene **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986

- COIMBRA, Maria. B. C. **Cidadania e processos de exclusão social: a construção da identidade.** In: Revista do Departamento de Psicologia – UFF, v. 6, nº 1 e 2, jan/dez 1994, p. 01-08.
- DAMATTA, Roberto **A casa e a rua.** – 5 ed. – Rio de Janeiro : Rocco, 1997
- DELEUZE, Gilles **Conversações,** 1972 – 1990; tradução Peter Pál Pelbart. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- _____ **¿Que és un dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161
- DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol. 1.** Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 (Coleção TRANS).
- _____ **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia,** vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996 (Coleção TRANS).
- _____ **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia,** vol. 5. Tradução de Peter Pál Pelbrt e Janice Caiafa. – SãoPaulo: Ed. 3, 1997 (Coleção TRANS).
- DUARTE, Adriano Luiz **Cidadania e Exclusão: Brasil 1937-1945.** Florianópolis : Ed. Da UFSC, 1999.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FONSECA, T. M. G. & KIRST, P. G. **Cartografias e Devires: a construção do presente.** Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder,** In: DREYFUS & RABINOW Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____ **A ordem do discurso;: aula inaugural no Collège de France,** pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 12. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 1996.

- _____ **A história da sexualidade 1, 2 e 3**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de Augusto Guilhon de Albuquerque. – 8. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- _____ **Microfísica do Poder**; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- _____ **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. – 22. ed. – Petrópolis, Vozes, 2000.
- _____ **A arqueologia do Saber**; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____ **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**; tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GOHN, Maria Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GONÇALVES, C. A. P. **Os usos políticos do ciberespaço pelas redes de movimentos sociais**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2001.
- GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**; seleção, prefácio e tradução de Suely Belinha Rolnik. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- _____ **As três ecologias**; tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP : Papirus, 1990.
- GUATTARI, Felix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis - RJ, Vozes, 1986.
- KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**; tradução de Tereza B. Carvalho da Fonseca. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.
- MANCINI, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 19-25
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1967.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

- PAOLI, M. C. **Empresas e responsabilidade social: os enredos da cidadania no Brasil**. In: SANTOS, B. S. (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- PASSOS, E. **Os dispositivos clínico-políticos e as redes no contemporâneo**. *EntreLinhas do Conselho Regional de Psicologia CRP-07, Porto Alegre*, p. 8-9, 2000.
- PELBART, P. P. **O Tempo não-reconciliado**. – São Paulo : Perspectiva, 2004.
- PERES, L. F. B. & Lima, R. P. – **Da favela ao bairro: urbanização das comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, Florianópolis, SC**. Trabalho não publicado, 2002.
- PRADO Fº, K. & TRISOTTO, S. **Psicologia, ética e bioética**. Texto apostilado em xerox. Encaminhado para publicação da revista *Psicologia Argumento*.
- RAITZ, Tania Regina; WARREN, Ilse Scherer **Discursos plurais assessorando um movimento popular em Florianópolis: estudo de caso de uma organização não-governamental**. 1994. 137fDissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- ROLNIK, Suely **Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia**. In: *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar* / Mary Jane Paris Spink org. – São Paulo : Cortez, 1994.
- SCHERER-WARREN, Ilse **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.
- VIEIRA, E. **Democracia e política liberal**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.

ANEXO